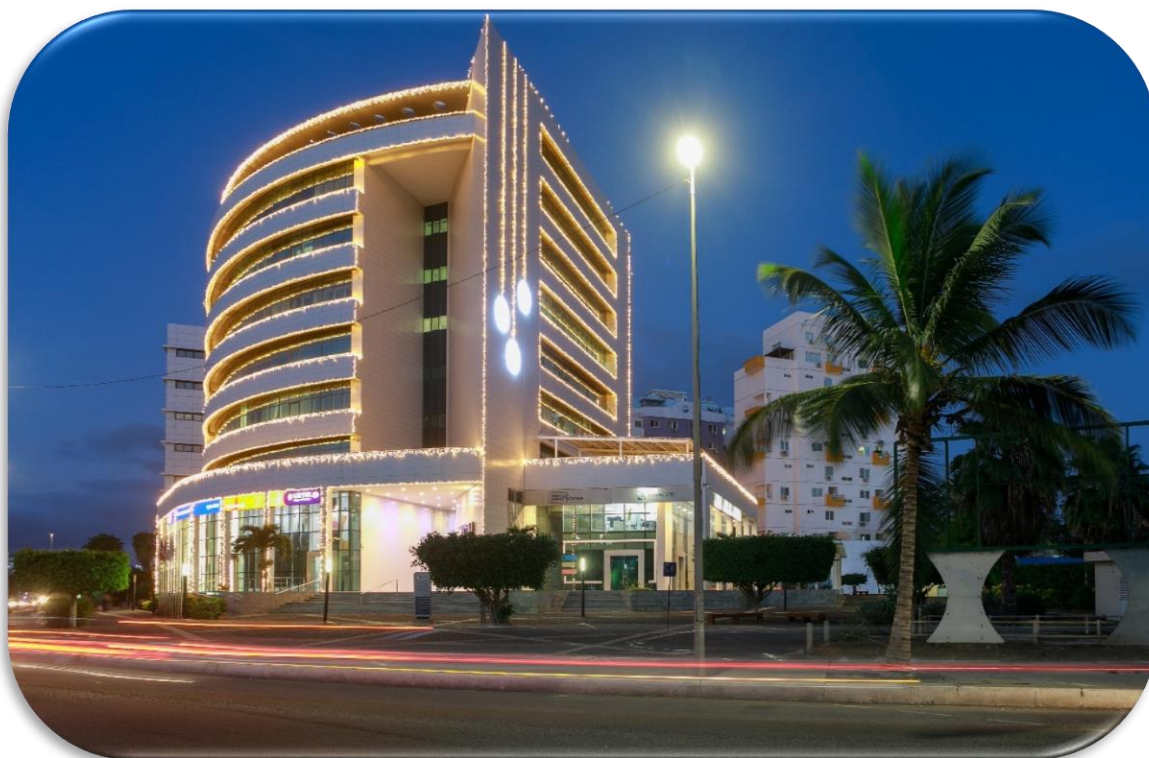




CONFIANÇA NO FUTURO.



Relatório & Contas

2024

Banco BAI Cabo Verde, S.A.
Edifício "BAICENTER" R/C • Chã D'Areia, Praia • Cabo Verde
Tel.: +238 2602300
E-mail: bai@bancobai.cv • Portal: www.bancobai.cv
C.R.P.C.A.P n.º 2728 • NIF 254746420
Capital Social: 2.092.385.000\$00

Índice

1.	Principais Indicadores	3
	A. Síntese dos Indicadores Financeiros	3
	B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores	5
2.	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	6
3.	Principais Referências	9
	A. Acionistas	9
	B. Órgãos Sociais	9
	C. Estrutura de Gestão	11
	D. Marcos da Atividade	12
4.	Enquadramento Macroeconómico e Financeiro	14
	A. Contexto Internacional	14
	B. Contexto Nacional	14
5.	BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro	16
6.	Síntese da Atividade Bancária	18
7.	Canais Eletrónicos	25
8.	Gestão de Riscos	25
	8.1 Riscos Financeiros	27
	8.2 Riscos Não Financeiros	30
9.	Compliance	33
10.	Capital Humano	35
11.	Responsabilidade Social	38
12.	Análise Financeira	42
	A. Elementos do Balanço	42
	B. Elementos da Demonstração de Resultados	44
	C. Indicadores Económicos e Financeiros	47
13.	Plano Estratégico e de Negócio	50
14.	Aprovação do Conselho de Administração	51
15.	Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados	52
16.	Demonstrações Financeiras	53
	A. Demonstrações da posição Financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023	53
	B. Demonstrações de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023	54
	C. Demonstração de Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023	55
	D. Demonstrações de Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023	56
	E. Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023	57
17.	Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023	58
18.	Relatório do Auditor Externo	126
19.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	131

1. Principais Indicadores

A. Síntese dos Indicadores Financeiros

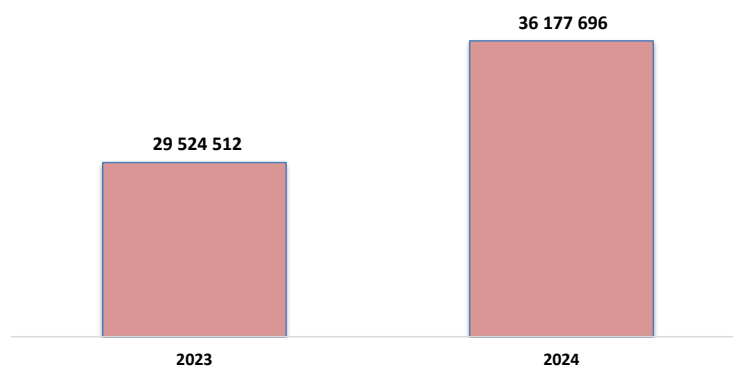
Expresso milhares CVE

	dez/24	dez/23	Variação	
			Abs.	%
Balanco Patrimonial				
Ativo Líquido	36 177 696	29 524 512	6 653 184	22,5%
Créditos s/clientes (líquidos)	17 582 985	14 645 225	2 937 761	20,1%
Títulos de dívida (líquido)	5 550 398	6 269 969	(719 571)	-11,5%
Passivo Total	32 758 015	26 563 316	6 194 699	23,3%
Depósitos Clientes	24 852 322	19 222 052	5 630 269	29,3%
Recursos de OIF	5 649 864	5 206 317	443 547	8,5%
Capitais próprios	3 419 681	2 961 196	458 485	15,5%
Atividade				
Margem financeira	1 166 755	872 928	293 827	33,7%
Margem complementar	296 075	138 297	157 778	114,1%
Produto Bancário líquido	1 462 830	1 011 225	451 605	44,7%
Custos de Estrutura	(971 760)	(825 259)	146 501	17,8%
Resultados Líquidos do Exercício	367 939	101 888	266 051	261,1%
Ações				
Nº de ações	2 092	2 092	-	0,0%
Funcionamento				
Número de empregados	164	152	12	7,9%
Número balcões	11	10	1	10,0%
Número de clientes	59 210	51 777	7 433	14,4%
Número de Cartões Vinti4 (débito) - Ativos	25 639	18 802	6 837	36,4%
Caixas Automáticas Ativas (ATM's)	34	22	12	54,5%
Produtividade/Eficiência				
Cost to income ratio	66,4%	81,6%	-15,2%	-18,6%
Margem Financeira/Produto Bancário	79,8%	86,3%	-6,6%	-7,6%
Número de clientes por empregado	361	341	20	6,0%
(Créditos + Depósitos) / Nº empregados	258 752	222 811	35 941	16,1%
Empregado por Agência (Rede e serviços centrais)	14,91	15,20	(0,3)	-1,9%
(Crédito + Depósitos) / Nº Agências	3 857 755	3 386 728	471 027	13,9%
Custos de Estrutura / Ativo Líquido	2,7%	2,8%	-0,1%	-3,9%
Rentabilidade				
Lucro líquido por ação (EPS)	175,8	48,7	127	261,1%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	11,5%	3,5%	8,0%	230,4%
Rendibilidade do Ativo médio (ROAA)	1,1%	0,4%	0,8%	217,3%
Gestão de Fundos				
Depósito Total / Ativo	68,7%	65,1%	3,6%	5,5%
Taxa de Transformação (Crédito / Depósitos)	70,7%	76,2%	-5,4%	-7,1%
Total Crédito / Total Depósitos (Incluí Crédito por assinatura)	77,3%	83,2%	-5,9%	-7,1%
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos	55,5%	50,4%	5,1%	10,0%
Relevância dos Recursos de Clientes (Depósitos / Passivo Financeiro)	76,9%	73,3%	3,6%	4,9%
Qualidade dos Ativos				
Crédito Vencido (+30 dias) / Crédito Total	4,2%	5,0%	-0,7%	-14,6%
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 195)	4,0%	4,8%	-0,8%	-16,0%
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198)	9,5%	6,2%	3,4%	55,0%
Imparidade / Total Crédito	3,4%	4,0%	-0,6%	-14,6%
Imparidade / Crédito em Incumprimento (+90 dias)	84,1%	83,5%	0,6%	0,7%
Total Crédito / Total Ativo	48,6%	49,6%	-1,0%	-2,0%
Concentração Devedores = 20 > Devedores / Total de Crédito	42,0%	43,3%	-1,2%	-2,9%

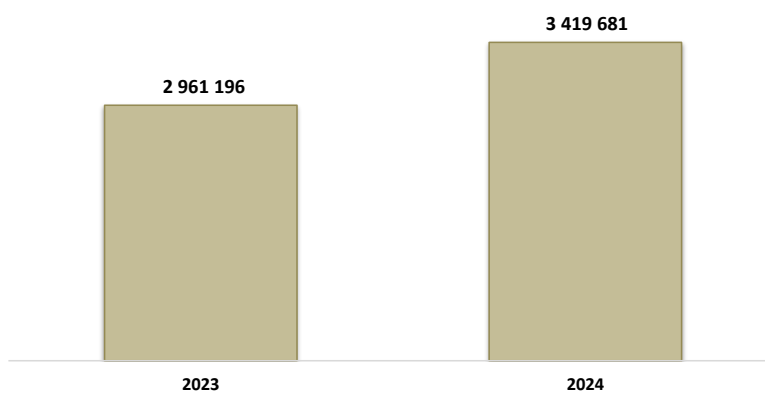
Prudenciais				
Fundos Próprios Regulamentares	3 483 939	3 118 740	365 199	11,7%
Ativos Ponderados pelo Risco (APR)	20 696 056	17 018 217	3 677 839	21,6%
Rácio Global Solvabilidade (Limite 12%)	16,8%	18,3%	-1,5%	-8,1%
Cobertura Imobilizado (Limite 100%)	176,6%	211,3%	-34,7%	-16,4%
Rácio Títulos Dívida Pública / Depósitos Clientes (Limite 5%)	17,5%	27,2%	-9,7%	-35,6%
Liquidez				
Liquidez Geral (Limite 20%)	48,28%	44,97%	3,3%	7,4%
Liquidez Reduzida	28,86%	19,84%	9,0%	45,5%
Liquidez Imediata	12,58%	9,88%	2,7%	27,4%

B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores

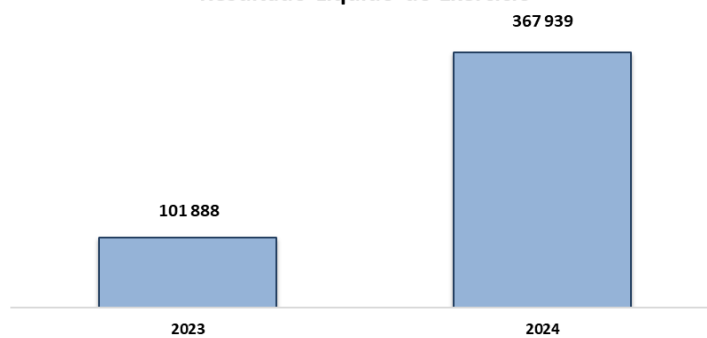
Ativo Líquido



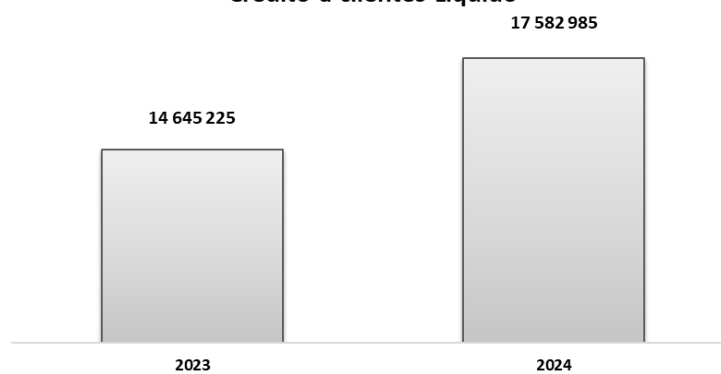
Capitais Próprios



Resultado Líquido do Exercício



Crédito a clientes Líquido



2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Estimados Acionistas e Parceiros,

Concluímos mais um exercício financeiro, marcado por desafios significativos e profundas transformações no cenário global. Em um ambiente de incertezas econômicas, geopolíticas e sociais, atingimos resultados históricos que refletem o empenho e a confiança de nossos clientes, o trabalho dedicado de toda a nossa equipa, e o apoio contínuo dos nossos acionistas e parceiros. Com soluções financeiras inovadoras, seguras e alinhadas às necessidades de nossos clientes, conseguimos navegar com sucesso por um período de grandes mudanças e oferecer o suporte necessário em tempos de transformação.

Na economia nacional, observou-se um forte dinamismo no primeiro semestre, embora a um ritmo mais moderado em comparação com o ano de 2023. O Produto Interno Bruto (PIB) em volume cresceu 9,7%, em relação a 5,2% em 2023, seguido de um abrandamento no segundo semestre de 2024.

O aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e a redução do investimento direto estrangeiro em Cabo Verde contribuíram para a perda de ativos de reserva, refletindo-se na diminuição do estoque das reservas externas líquidas, que garantem agora 5,7 meses de importações projetadas para 2024, comparados a 6,2 meses em 2023.

Diante da necessidade de reduzir o diferencial entre as taxas de juros nacionais e as da Área do Euro, bem como de desincentivar a saída de capitais do país, mantendo o regime de peg fixo ao Euro, a Política Monetária do BCV seguiu uma postura restritiva, iniciada em maio de 2023. Isso se concretizou com aumentos graduais nas suas taxas de juros de referência, de 0,25 pontos percentuais em três ocasiões desde outubro de 2023, além dos aumentos realizadas em maio e novembro de 2024, fixando -se em 2,25% a Taxa Diretora.

O Banco BAICV orientou sua atuação pela mitigação dos efeitos econômicos, sustentado pelo seu Plano Estratégico 2022-2027, focando na criação de valor nos diversos segmentos de negócio. Destacamos o crescimento substancial dos recursos de clientes e do portfólio de créditos, além da dinamização dos investimentos nos mercados financeiros, com a definição de políticas, condições e regras claras para a carteira de negociação. Em 2024, o Banco intensificou seus esforços para gerar negócios e resultados, direcionando recursos para otimizar a gestão financeira (aplicações), equilibrando a relação rentabilidade/risco nas captações e investimentos no exterior. Também ampliamos nossa atuação comercial, reforçando os canais de negócios e fortalecendo nossas capacidades operativas e competências.

A dinâmica comercial também se refletiu nas campanhas de marketing, que destacaram o potencial de produtos inovadores, como os créditos BAI Energia Verde e Mobilidade Elétrica. Estes produtos alinham-se à estratégia do Banco de incorporar práticas de investimento e oferecer soluções sustentáveis, acelerando a transição para uma economia neutra em carbono e promovendo a transição energética. Dentro dessa mesma perspectiva estratégica e com uma abordagem de promoção contínua, foi fortalecido ao longo do ano o produto 'BAI Mulher Empreendedora', voltado para o apoio a pequenos negócios liderados por mulheres. Este produto tem gerado grande interesse dentro desse segmento, com o objetivo de incentivar as mulheres a empreender no setor formal, reconhecendo seu papel crucial na história econômica do país.

A sustentabilidade social e ambiental (ESG - *Environmental, Social, Governance*) tem sido uma prioridade estratégica para o Banco, incorporada em seu plano através do financiamento de projetos que visam a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, o Banco tem implementado ações e disponibilizado produtos e

serviços que se traduzem em parcerias para o desenvolvimento nacional. Para além da promoção de produtos de crédito sustentáveis, o Banco tem se empenhado em iniciativas ambientais, estabelecendo parcerias com entidades-chave no setor de energia renovável, com o objetivo de consolidar seu compromisso com a sustentabilidade. Um exemplo disso é a instalação de painéis solares na sua sede, no Edifício “BAIcenter” e financiamento por meio do produto “BAI Energia Verde” do primeiro parque de estacionamento solar do país, bem como o da construção do Parque Solar Fotovoltaico na Ilha do Sal, com 11.088 painéis solares, contribuindo significativamente para a redução das emissões de CO₂ e de combustíveis fósseis.

No âmbito da responsabilidade social, o Banco financiou uma campanha de reflorestação do Parque Natural de Serra Malagueta, afetado por um incêndio em abril, que devastou uma grande área florestal. Os colaboradores participaram ativamente das ações de reflorestação. Adicionalmente, o Banco patrocinou diversas iniciativas, com destaque para o apoio aos Jogos Olímpicos de Paris, que culminaram na conquista da primeira medalha olímpica de Cabo Verde na modalidade de boxe, e outros patrocínios que totalizaram ECV 10.546.040.

A dinâmica a nível do negócio bancário esteve alinhada com o fortalecimento do controlo interno e da gestão dos riscos associados. A criação de um repositório de acompanhamento das Deficiências de Controlo Interno permitiu uma monitorização mais eficiente junto às unidades de estrutura, resultando em um controlo mais eficaz. A elaboração de relatórios periódicos de riscos globais, de *compliance* e cibernético, bem como o compromisso com a excelência, que nos levou a um marco histórico em ações de formação aos colaboradores, refletem a preocupação contínua do Banco nesse quesito.

O ano de 2024 marcou o 16º aniversário do Banco BAICV, período durante o qual foram realizadas diversas atividades que destacaram e reconheceram o desempenho e mérito dos colaboradores. Foram atribuídos prêmios em reconhecimento ao seu esforço, dedicação e compromisso com o Banco, momentos que reforçaram a marca BAICV e proporcionaram valiosas oportunidades de partilha de experiências entre a equipa. O Capital Humano é um pilar estratégico do Banco, tendo como um dos objetivos de acelerar a implementação do novo modelo de gestão de avaliação de desempenho, além de avançar com a construção de planos de carreira e remuneração mais equitativos. Em paralelo, reforçamos ações voltadas ao endomarketing, com a criação e fortalecimento de programas focados na manutenção, equilíbrio e bem-estar dos colaboradores. Destaca-se ainda a implementação de um programa de seguro de saúde, abrangendo todos os colaboradores do Banco, alinhado ao nosso pilar estratégico de “transformar o BAICV na melhor instituição para trabalhar.

Apesar do contexto económico adverso, tanto externo quanto interno, a estratégia de crescimento adotada pelo Banco resultou em um aumento de 20,1% na Carteira de Créditos, sustentado por um crescimento de 29,3% na Carteira de Depósitos. Além disso, o número de Clientes ativos cresceu 14,4%, com cerca de 56% no *homebanking* “BAIDirecto”.

O Produto Bancário Líquido registou o montante de 1.462,8 milhões CVE, representando um aumento de 451,6 milhões CVE (44,7%). Esse desempenho foi impulsionado por uma evolução positiva da margem financeira, que atingiu 1.166,8 milhões CVE, com um acréscimo de 293,8 milhões CVE (33,7%), aliado ao aumento de 157,8 milhões CVE (114,1%) na margem complementar. Como resultado, o Resultado Líquido alcançou 367,9 milhões CVE, superando em 261,1% o resultado do ano anterior, o melhor já registado na história do BAICV. Este marco é fruto dos esforços realizados na reestruturação organizacional, com a criação de novas unidades destinadas a preparar o banco para uma sustentabilidade sólida em termos de resultados. Os rácios de capital também apresentaram evolução positiva, com o rácio de solvabilidade atingindo 16,8%, em comparação com os 18,3% de 2023, consolidando o forte crescimento dos ativos ponderados pelo risco, especialmente na carteira de crédito a clientes, através do aumento dos fundos próprios regulamentares em 11,7%.

Destaca-se ainda a melhoria dos principais indicadores, nomeadamente o Cost-to-Income que se estabeleceu nos 66,4%, uma melhoria de 15,2 p.p. face ao período homólogo, Rentabilidade dos capitais próprios (ROAE) que atingiu os 11,5% face aos 3,5% registados no período anterior, Rentabilidade dos ativos (ROAA) que passou para 1,1%, face aos 0,4% do período anterior, demonstrando o aumento da capacidade do Banco em gerar resultados, dado os ativos disponíveis, tendo o banco alcançado uma convergência com a média do sistema financeiro nacional.

Consciente dos desafios que continuam a marcar o contexto macroeconómico e das incertezas sobre as evoluções futuras, mas confiante nos caminhos e na estratégia traçada para garantir um futuro de confiança aos cabo-verdianos, e contribuir para a estabilidade do sistema financeiro, o Conselho de Administração do Banco BAICV destaca e agradece a relação de parceria e fidelidade estabelecida com os seus Clientes e Parceiros. Reconhecemos, com gratidão, o empenho, a dedicação e o desempenho dos nossos Colaboradores, bem como a colaboração e o acompanhamento dos nossos Acionistas, do Conselho Fiscal e do Auditor Externo. Agradecemos igualmente aos Correspondentes e Contrapartes pelos serviços prestados e à Entidade Supervisora pelos elevados padrões de supervisão, que foram essenciais para alcançarmos resultados tão expressivos.

Cidade da Praia, 03 de fevereiro de 2025

Carlos B. Chaves

Carlos B. Chaves (4 de fevereiro de 2025 14:48 GMT-1)

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente do Conselho de Administração



Jorge Manuel da Silva e Almeida

Presidente da Comissão Executiva

3. Principais Referências

A. Acionistas

Acionistas	2024			2023		
	Parte no Capital	Participação	Nº de Ações	Parte no Capital	Participação	Nº de Ações
BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, SA	81,63%	1 707 987	1 708	81,63%	1 707 987	1 708
SONANGOL CABO VERDE, SA	9,20%	192 505	193	9,20%	192 505	193
SILVINO MANUEL DA LUZ	7,33%	153 340	153	7,33%	153 340	153
SOGEI - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS, SA	0,89%	18 553	19	0,89%	18 553	19
AÇÕES PRÓPRIAS	0,96%	20 000	20	0,96%	20 000	20
TOTAL	100,0%	2 092 385	2 092	100,0%	2 092 385	2 092

B. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Maria Cristina Lopes Almeida Fontes Lima

Presidente

Adilson dos Reis Mendonça

Secretário

Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Víctor Chaves

Presidente do Conselho de Administração

Manuel Frederico

Administrador Não Executivo (independente)

Maria Encarnação Rocha

Administradora Não Executiva (independente)

Alexandre Augusto Borges Morgado

Administrador Não Executivo

Jorge Manuel da Silva e Almeida

Administrador Executivo

Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva

David Luís Dupret Hopffer Almada

Administrador Executivo

Comissão de Supervisão

Controlo Interno (CSCI)

Manuel Pinto Frederico - Presidente

Carlos Augusto Bessa Víctor Chaves - Efetivo

Líver António Lima Canuto - Vogal Efetivo

Gestão de Risco (CSGR)

Maria Encarnação Rocha - Presidente

Alexandre Augusto Borges Morgado - Efetivo

José Carlos Ramos Cunha - Efetivo

Comissão Executiva

Jorge Manuel da Silva e Almeida - Presidente
Carla Monteiro do Rosário - Administradora Executiva
David Luís Dupret Hopffer Almada - Administrador Executivo

Conselho Fiscal

António Querido dos Reis Borges
Presidente do Conselho Fiscal (independente)
José Carlos Ramos Cunha
Vogal Efetivo (independente)
Líver António Lima Canuto
Vogal Efetivo
Eunice Furtado Pina
Vogal Suplente
José Jorge Borges de Oliveira
Vogal Suplente (independente)
Emanuel Neves Duarte
Vogal Suplente

Distribuição dos Pelouros

Jorge Manuel da Silva e Almeida, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva;
DSI (Direção de Segurança de Informação)
GPC (Gabinete de Planeamento e Controlo)
GII (Gabinete de Inspeção e Investigação)
GSS (Gabinete do Secretário da Sociedade)
GJC (Gabinete Jurídico e Contencioso)
DCH (Direção de Capital Humano)

Carla Monteiro do Rosário, na qualidade de Administradora Executiva;
DCM (Direção Comercial)
DPL (Direção de Património e Logística)
DAR (Direção de Análise e Recuperação de Crédito)
GMC (Gabinete de Marketing)

David Luís Dupret Hopffer Almada, na qualidade de Administrador Executivo;
DMF (Direção de Mercados Financeiros)
DCO (Direção de Contabilidade)
DTI (Direção de Tecnologias de Informação)
DOP (Direção de Operações)

Maria Encarnação Alves da Silva Rocha, na qualidade de Administradora Não Executiva Independente;
GGR (Gabinete de Gestão de Risco), coadjuvada pelo Administrador David Almada na gestão corrente do banco.
GCO (Gabinete de Compliance), coadjuvada pelo PCE na gestão corrente do banco.

Manuel Pinto Frederico, na qualidade de Administrador Não Executivo Independente;
GAI (Gabinete de Auditoria Interna), coadjuvado pelo PCE na gestão corrente do banco.

Auditor externo

EY – Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, representado por Sílvia Silva

C. Estrutura de Gestão

Direções/Gabinetes	Nome	Função
Gabinete de Auditoria Interna - GAI	Elaine Lima	Diretora
Gabinete de investigação e Inspeção - GII	Mónica Gomes	Diretora
Gabinete de Marketing e Comunicação - GMC	Deina Barros	Diretora
Gabinete Jurídico e Contencioso - GJC	Adilson Mendonça	Diretor
Gabinete de Gestão de Risco - GGR	Eder Monteiro	Diretor
Gabinete do Secretário da Sociedade - GSS	Eder Pina	Secretário da Sociedade
Gabinete Planeamento e Controlo - GPC	Olga Barbosa	Diretora Coordenadora
Gabinete de Compliance - GCO	Amarita Mendonça	Diretora
Direção de Mercados Financeiros - DMF	Nélida Barbosa	Diretora
Direção de Tecnologias de Informação - DTI	António Fragoso	Diretor
Direção de Operações - DOP	Areolino Carvalho	Diretor
Direção Comercial - DCM	Angela Cardoso	Diretora
Direção de Capital Humano - DCH	Carla Semedo	Diretora
Direção Património e Logística - DPL	Ricardo Maximiano	Diretor
Direção de Análise e Recuperação de Crédito - DAR	Oldair Barros	Diretor
Direção de Segurança de Informação - DSI	Carlos Tavares	Diretor
Direção de Contabilidade - DCO	João Vargas	Diretor
Secretariado Executivo - SEC	Suzete Lopes	Responsável

Rede Comercial		
Agência da Praia (Sede)	Rei Igo Baptista	Gerente
Agência do Plateau - Ilha de Santiago - Cidade da Praia	Moisés Martins	Gerente (até 15 março 2024)
	Elvis Gomes	Gerente (a partir de 15 de março de 2024)
Agência da Achada Santo António - Ilha de Santiago - Cidade da Praia	Rogério Tavares	Gerente
Agência do Espargos - Ilha do Sal	Eneida Teixeira	Gerente
Agência de Santa Maria - Ilha do Sal	Ricardo Figueiredo	Gerente
Agência do Monte Cara - Ilha de S. Vicente	Isanete Luz	Gerente
	Mikhail Marçal	Gerente (até 15 março 2024)
Agência de Assomada - Ilha de Santiago	Moisés Martins	Gerente (a partir de 15 de março de 2024)
	Marlin Silva	Gerente
Agência de São Filipe - Ilha do Fogo	Adylson Araújo	Gerente
Agência Monte Sossego - Ilha de São Vicente	Ludmila Pinto	Gerente
Agência Palmarejo - Ilha de Santiago	Mikhail Marçal	Gerente (a partir de 15 de março de 2024)

D. Marcos da Atividade

GRANDES MARCOS INTERNOS	GRANDES MARCOS EXTERNOS
12-jan-2024 Comparticipação do BAICV nas Despesas de Ginásio e Aulas de Yoga	11-jan-2024 Patrocínio ao Académico do Aeroporto do Sal – Época Desportiva 2023/2024
16-jan-2024 a 18-jan-2024 Formação Medidas Autoproteção e Teste de Evacuação de Edifício	8-fev-2024 Patrocínio à Associação Desportiva Recreativa e Cultural Cruzeiros do Norte – Carnaval 2024
16-jan-2024 a 18-jan-2024 Prevenção de Incêndios e Uso de Extintores	12-fev-2024 Patrocínio à Associação Grupo Carnavalesco de Monte Sossego – Carnaval 2024
16-fev-2024 Receção da Federação Cabo-Verdiana de Futebol (FCF) pela Comissão Executiva do BAICV	15-mar-2024 Participação do BAICV no Jantar Beneficente do Comité Olímpico Cabo-Verdiano
17-fev-2024 Workshop Procedimentos aplicáveis no Processo de Abertura de Conta	30-abr-2024 Patrocínio à Associação Regional de Ciclismo de Santiago Sul – Atividades 2024
9-mar-2024 Workshop Sistema de Controlo Interno	30-abr-2024 Patrocínio à Sousa Lobo – Sociedade Odjo D’Água – Atividades comemorativas do 25º Aniversário do Hotel Odjo D’Água
15-mar-2024 Abertura Agência Palmarejo	30-mai-2024 Patrocínio à Camara de Comércio de Barlavento – Formação Literacia Financeira e Digital
13-abr-2024 Programa de Atendimento e Vendas com PNL 2024	31-mai-2024 Patrocínio à Federação Cabo-verdiano de Futebol (FCF) - Apoio materialização dos projetos relacionados com a seleção masculina de futebol
22-abr-2024 Formação Prática Combate a Incêndios	06-jun-2024 a 08-jun-2024 Participação do BAICV na FIEREE 2024
25-abr-2024 Formação Primeiros Socorros - Edifício BAICenter	13-jun-2024 Patrocínio à Mariventos – Apoio na realização da XII Edição do Kavala Fresk Festival
7-jun-2024 Receção do atleta David Pina pela Comissão Executiva do BAICV	18-jun-2024 Assinatura de Protocolo de Parceria com a Universidade de Santiago
3-jul-2024 Receção do atleta Edy Tavares pela Comissão Executiva do BAICV	26-jun-2024 Lançamento Campanha BAI Team Cabo Verde
8-jul-2024 Visita dos Atletas do Team Cabo Verde e Comitativa ao BAICV	28-jun-2024 Lançamento Senha de Atendimento através do Site Institucional
12-jul-2024 Serviço Médico Adicional - Policlínica Santiago	13-jul-2024 Participação do BAICV no Kavala Fresk Festival
19-ago-2024 Visita do atleta David Pina ao BAICV	18-jul-2024 Patrocínio ao músico Tito Paris - Realização concertos “Farra na Areia”, Bóí de Conjunto
22-ago-2024 Atribuição aos colaboradores BAICV do Serviço Seguro de Saúde	19-jul-2024 Patrocínio à Associação Judo Clube João Fidalgo – Apoio materialização atividades meses julho, setembro e dezembro

30-ago-2024 e 31-ago-2024

Programa de Desenvolvimento de Liderança 2024

19-out-2024

Participação Baianos na Santa Cruz Arte Week (SCAW)

20-out-2024

Realização do 1º Teste de Recuperação Tecnológica

24-out-2024

Palestra Impostos - Alicerce do Desenvolvimento Nacional

31-out-2024

Lançamento Decoração Luminosa de Natal

31-out-2024

Participação na campanha "Por uma Várzea segura: Todos conta a Dengue" em parceria com a Associação Juvenil Black Panthers

7-nov-2024

Socialização do Manual de Cultura Organizacional BAICV

14-nov-2024

Workshop Inteligência Emocional

21-nov-2024

Comemoração 16º aniversário BAICV

23-dez-2024

Atribuição Prémio de Desempenho aos colaboradores

01-ago-2024 a 03-ago-2024

Participação do BAICV na Feira Automóvel

9-ago-2024

Patrocínio à Quercus Cabo Verde – Produção de Programas “Minuto Verde ou Azul”

16-ago-2024

Patrocínio à HJC Art – Materialização Projeto Santa Cruz Art Week (SCAW)

19-ago-2024

Patrocínio à XU: Collective – Produção do Filme-documentário “AGU RIXU”

9-set-2024

Patrocínio à Câmara de Turismo de Cabo Verde – Concerto “Pedra de Lume in Concert”

20-set-2024

Conversa Aberta - BAICV, David Pina e Comité Olímpico Cabo-verdiano (COCV)

11-out-2024

Balcão de atendimento BAICV na Universidade de Cabo Verde

16-out-2024

Patrocínio à Associação Juvenil Black Panthers – Campanha de Sensibilização contra a Dengue na Várzea e arredores

16-nov-2024

Distinção BAICV com o premio responsabilidade social e ambiental pela CCB

20-nov-2024 a 23-nov-2024

Participação do BAICV na FIC 2024

7-dez-2024

Prova de Ciclismo em parceria com a Associação de Ciclismo de Santiago Sul

4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

A. Contexto Internacional

O ano de 2024 manteve-se como um período de desafios significativos no contexto macroeconómico global, refletindo a continuidade de crises anteriores e a emergência de novos obstáculos. A inflação persistente continuou a ser um dos principais focos de preocupação, obrigando os Bancos Centrais a manterem políticas monetárias restritivas, com aumento das taxas de juro.

O crescimento global foi estimado em 3,0% para 2023, de acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) de janeiro de 2024, mas a desaceleração é evidente em 2024, com projeções de 2,9%, refletindo os efeitos acumulados de políticas monetárias apertadas e a fragilidade de algumas economias emergentes.

Os Estados Unidos continuam a demonstrar força relativa, com crescimento estimado de 2,1% em 2024, apoiado pelo consumo robusto, embora limitado pelo impacto retardado das taxas de juro elevadas e pelo aperto fiscal gradual. Já na Área Euro, o crescimento estimado é de 0,9% em 2024, inferior à média histórica, refletindo os efeitos persistentes da guerra na Ucrânia e da crise energética, apesar de uma inflação em redução e melhorias no consumo doméstico.

A China, com crescimento projetado de 4,6% em 2024, continua a liderar entre as economias emergentes, apesar das preocupações com a crise no setor imobiliário e os desafios estruturais. A recuperação chinesa é sustentada por investimentos públicos e aumento do consumo interno, embora permaneçam riscos relacionados às vulnerabilidades financeiras. No conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, espera-se um crescimento de 4,1% em 2024, sustentado pela recuperação de setores-chave e pelo aumento das exportações de alguns países.

A inflação global, após alcançar picos históricos em 2022, continua a desacelerar em 2024, com projeções de 5,8% para o ano, em comparação com 6,8% em 2023. No entanto, a redução da inflação é desigual entre as economias. Enquanto as economias avançadas registam progressos mais significativos, as economias emergentes enfrentam desafios devido à volatilidade dos preços das *commodities* e às pressões salariais.

A política monetária, que foi um pilar na contenção da inflação desde 2022, mostra sinais de moderação em 2024. O Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal dos EUA mantiveram as taxas de juro estáveis no final de 2023, refletindo uma abordagem cautelosa face à desaceleração económica. Contudo, as condições financeiras permanecem restritivas, com implicações para o custo do crédito e o financiamento empresarial, particularmente em economias mais frágeis.

A nível fiscal, muitos países enfrentam desafios decorrentes de elevados níveis de dívida pública e menores margens de manobra orçamental. A necessidade de consolidação fiscal colide com as exigências crescentes por investimentos em infraestrutura, adaptação às alterações climáticas e apoio social.

B. Contexto Nacional

Em 2024, Cabo Verde enfrentou um cenário económico igualmente desafiador, mas demonstrou resiliência num contexto global marcado por incertezas. O país continuou a lidar com os efeitos persistentes da pandemia, bem

como com as repercussões das crises geopolíticas e económicas internacionais, como a guerra na Ucrânia e os conflitos no Médio Oriente. Apesar dessas adversidades, o setor do turismo manteve-se como um dos principais motores da recuperação económica, beneficiando de uma procura crescente por destinos seguros e sustentáveis, o que contribuiu para o aumento do consumo interno e o fortalecimento da arrecadação fiscal.

A economia cabo-verdiana apresentou uma taxa de crescimento projetada entre 4% e 5% em 2024, ligeiramente abaixo do desempenho de 2023, refletindo os impactos do abrandamento das economias dos principais parceiros comerciais, como a Zona Euro. Contudo, o Governo continuou a apostar em medidas de diversificação económica, com investimentos estratégicos em setores como energias renováveis, economia azul e transformação digital, reforçando a atratividade do país para investidores internacionais.

A inflação mostrou sinais de desaceleração, alinhando-se com a tendência global, com projeções médias entre 4% e 5%. Apesar disso, os custos elevados de alimentos e energia continuaram a pressionar os rendimentos das famílias, especialmente as mais vulneráveis. O Banco de Cabo Verde manteve uma política monetária prudente, priorizando a estabilidade cambial e o controlo da inflação, numa conjuntura de incertezas económicas globais.

O mercado de trabalho cabo-verdiano permaneceu um dos pontos mais frágeis da economia, com uma taxa de desemprego ainda elevada, afetando de forma desproporcional jovens e mulheres. Apesar das iniciativas para a criação de novos empregos, a recuperação do mercado laboral foi lenta, refletindo os desafios estruturais da economia. Para mitigar este problema, o Governo intensificou os esforços em programas de formação e qualificação profissional, bem como em iniciativas para promover o empreendedorismo.

No plano fiscal, a dívida pública elevada, embora em trajetória descendente, continuou a limitar a capacidade do Estado para realizar investimentos em larga escala. No entanto, o Governo conseguiu mobilizar financiamentos externos em condições favoráveis e promover parcerias público-privadas, viabilizando projetos estratégicos em infraestruturas e serviços essenciais.

O saldo da balança corrente melhorou ligeiramente em 2024, com um défice equivalente a 8,7% do PIB até o terceiro trimestre, refletindo um aumento de 25% nas receitas turísticas e remessas de emigrantes. Por outro lado, o défice comercial continuou elevado, impulsionado por uma maior importação de bens de capital e combustíveis.

As reservas internacionais líquidas atingiram 670 milhões de euros, representando 6 meses de importações, um nível considerado confortável pelo Banco de Cabo Verde (BCV), conforme o Relatório de Políticas Monetárias publicado em junho de 2024.

Em 2024, o BCV aumentou a taxa diretora para 1,5%, acompanhando os ajustes do BCE. A massa monetária cresceu 6,2%, impulsionada por um aumento de 10% nos depósitos em moeda nacional, conforme detalhado no Relatório de Políticas Monetárias do Banco de Cabo Verde (BCV) de junho de 2024.

O setor bancário cabo-verdiano manteve-se resiliente, com o rácio de solvabilidade a atingir 22%, acima do mínimo regulatório. O crédito à economia cresceu 7%, enquanto o rácio de crédito malparado diminuiu para 8,7%, refletindo a melhoria da qualidade dos ativos.

Apesar das adversidades, Cabo Verde manteve um compromisso claro com a sustentabilidade económica e social, reforçando o seu posicionamento como um destino turístico de excelência e um *hub logístico* emergente na África Ocidental. O ano de 2024 destacou-se, assim, pela capacidade do país de navegar por um cenário económico global adverso enquanto avançava com políticas e reformas que visam garantir um crescimento inclusivo e sustentável a médio e longo prazo.

5. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Em 2024, o Banco BAI Cabo Verde (BAICV) reafirmou o seu compromisso com o fortalecimento da economia cabo-verdiana, oferecendo uma gama de produtos e serviços de alto valor agregado para os segmentos empresarial, institucional e particular. Alinhado à sua visão de proporcionar a melhor experiência bancária em Cabo Verde, o BAICV concentrou esforços em segmentos estratégicos e consolidou relações com clientes de elevado potencial de crescimento.

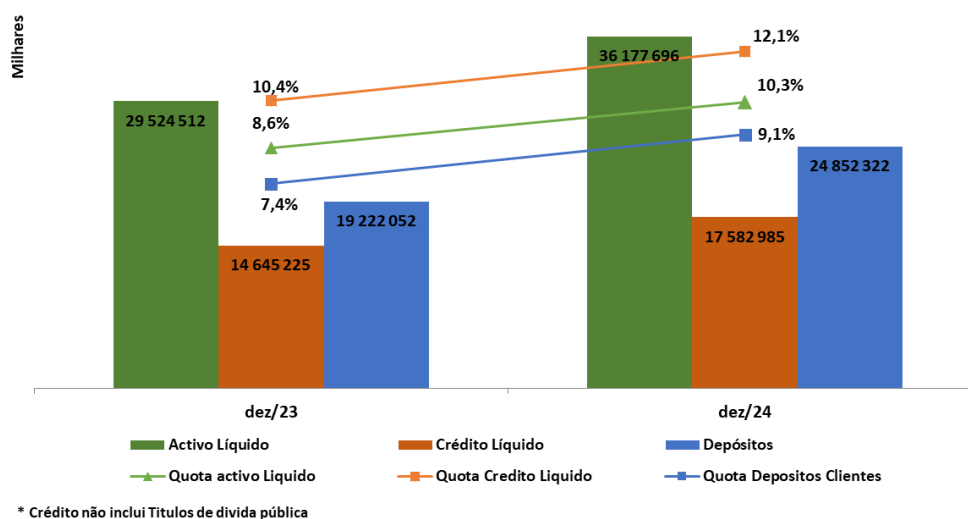
No âmbito da sua expansão física, o BAICV ampliou a sua rede de balcões para 11 unidades, preenchendo lacunas na sua cobertura geográfica. A abertura da agência no Palmarejo, na cidade da Praia, marcou a sua presença em cinco ilhas, permitindo atender de forma mais abrangente às necessidades de empresas, empreendedores, clientes individuais e instituições públicas e privadas. Entre os produtos disponibilizados, destacam-se contas à ordem e a prazo, linhas de crédito diversificadas para empresas, particulares e o setor público, além de soluções abrangentes de poupança e investimento. O Canal Prestige permaneceu como um diferencial importante, oferecendo serviços personalizados de gestão financeira e aconselhamento especializado.

A transformação digital continuou a ser uma prioridade estratégica do banco em 2024, com avanços significativos nos serviços digitais. A plataforma de Internet Banking, BAI DIRECTO, com as funcionalidades que permite o pagamento de serviços, consultas de saldos e movimentos, transferências bancárias nacionais e internacionais, processamento de salários e carregamento de cartões pré-pagos em tempo real, possibilitou uma evolução expressiva da cobertura de clientes assim como no volume de transações realizadas.

Á nível de desempenho, o BAICV registou expressivo em 2024, consolidando assim a sua posição no mercado financeiro cabo-verdiano. A quota de mercado de crédito líquido aumentou para 12,1%, superando os 10,4% verificados em 2023 (excluindo Títulos da Dívida). Paralelamente, a quota de mercado de depósitos subiu para 9,1%, comparativamente aos 7,4% registados no ano anterior. O ativo líquido também apresentou um avanço significativo, atingindo uma quota de mercado de 10,3% em 2024, em relação aos 8,6% alcançados em 2023.

Esses resultados evidenciam o compromisso do BAICV em gerar valor para os seus clientes e parceiros, reforçando a inovação como um dos seus pilares estratégicos e promovendo um crescimento sustentável e equilibrado.

Gráfico 1 - BAICV no Sistema Financeiro



Obs: Quotas de 2024 com base em informações do Sistema Financeiro referentes a setembro de 2024

6. Síntese da Atividade Bancária

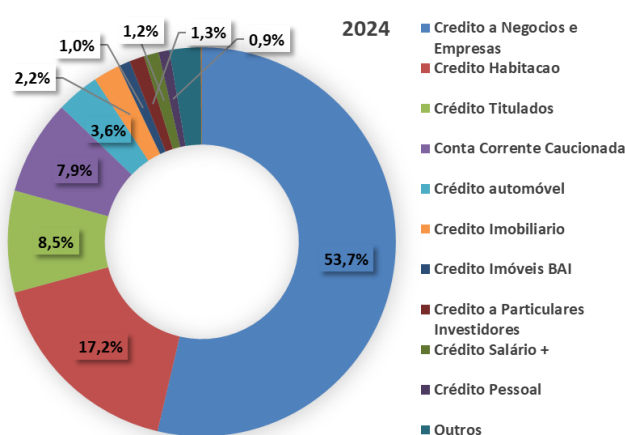
Em 2024, a atividade bancária em Cabo Verde apresenta uma estabilização do ritmo de crescimento evidenciado em 2023, após um período conturbado nos anos 2020 e 2021, que impactaram os sectores económicos importantes como o turismo, os transportes aéreos e serviços conexos, a restauração e o comércio, introduzindo riscos tanto pela redução do nível de atividades das empresas como pelos desequilíbrios no mercado de trabalho e desemprego. Com efeito, atividade Bancária nacional apresentou crescimentos de cerca de 1,2% nos créditos e 4,4 a nível dos recursos¹. O Banco BAICV registou crescimentos no seu volume de negócios, sendo mais expressivos nos créditos do que nos depósitos, porém em ambos os casos superiores aos níveis apresentados pelo sistema financeiro.

Carteira de Crédito

A evolução na da carteira total de crédito, incluindo o capital em dívida, juros, rendimentos diferidos e despesas de crédito vencido, ascendem o valor bruto de 18.201.634 milhares de escudos, o que representa um aumento de 19,3% face ao ano de 2023.

A maior concentração do volume de créditos é representada pela categoria de “Crédito a Negócios e Empresas”, expressos em 9.781.964 milhares de escudos e com uma representatividade de 53,7% e na categoria “Créditos Habitação” que representam 17,2% correspondente ao valor de 3.122.912 milhares de escudos, para além dos “Créditos Titulados”, com um montante de 1.541.142 milhares de escudos, uma concentração de 8,5%.

Gráfico 2 - Carteira de Crédito por Produto



Registaram-se evoluções positivas em praticamente todas as principais categorias de crédito, tendo os mais significativos ocorrido nos “Créditos a Negócios e Empresas” em mais 1.125.615 milhares CVE (13,0%), “Crédito

¹ Informações do sistema Financeiro (agregado bancário) referente a set-24 com previsão calculada para dez24.

Habitação em mais 907.101 milhares de escudos (40,9%), **“Crédito automóvel”** em mais 204.727 milhares de escudos (45,7%), bem como nos **“Créditos Titulados”** em mais 155.871 milhares de escudos (11,3%). Salienta-se igualmente evoluções importantes nas **“Conta Corrente Caucionada”**, mais 126.481 milhares de escudos (9,6%) e no **“Crédito imobiliário”** em mais 111.784 milhares de escudos (38,3%), para além de créditos criados no âmbito da implementação de uma política de *governance* sustentável e que visa a incorporação de práticas de investimento, produtos e serviços sustentáveis e para a aceleração do processo de transição para uma economia neutra em carbono e transição energética no Banco, linha de ação importante do Plano Estratégico BAICV 2022-2027. Neste âmbito salienta-se evoluções positivas no **“Crédito BAI Energia Verde”** (96,45%) e **“Crédito BAI Mobilidade Elétrica”** (24,6%). Ainda no âmbito da sustentabilidade e responsabilidade social, o crédito **“BAI Mulher Empreendedora”**, cresceu em mais 84.561 milhares de escudos (214,7%).

Quadro 1 - Carteira de Crédito por Produto - Evolução

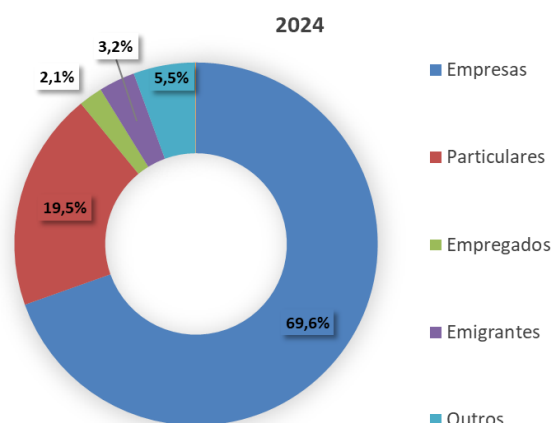
Tipo de Crédito	Milhares CVE					
	2024		2023		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Credito a Negocios e Empresas	9 781 964	53,7%	8 656 349	56,8%	1 125 615	13,0%
Credito Habitacao	3 122 912	17,2%	2 215 811	14,5%	907 101	40,9%
Crédito Titulados	1 541 142	8,5%	1 385 270	9,1%	155 871	11,3%
Conta Corrente Caucionada	1 439 860	7,9%	1 313 379	8,6%	126 481	9,6%
Crédito automóvel	652 942	3,6%	448 215	2,9%	204 727	45,7%
Credito Imobiliario	403 830	2,2%	292 046	1,9%	111 784	38,3%
Credito a Particulares Investidores	227 681	1,3%	176 028	1,2%	51 653	29,3%
Crédito Salário +	226 623	1,2%	140 119	0,9%	86 504	61,7%
Credito Imóveis BAI	180 198	1,0%	193 179	1,3%	-12 981	-6,7%
Crédito Pessoal	162 671	0,9%	120 691	0,8%	41 980	34,8%
Credito BAI Mulher Empreendedora	123 952	0,7%	39 392	0,3%	84 561	214,7%
Adiantamento Factura	59 428	0,3%	65 000	0,4%	-5 572	-8,6%
Credito Bai Energia Verde	46 711	0,3%	23 780	0,2%	22 931	96,4%
Credito BAI Mobilidade Eletrica	19 075	0,1%	15 311	0,1%	3 764	24,6%
Outros*	225 983	1,2%	197 729	1,3%	28 254	14,3%
Juros e desp. crédito vencido	120 032	0,7%	80 174	0,5%	39 858	49,7%
Receita com rendimento diferido	-133 369	-0,7%	-110 217	-0,7%	-23 152	21,0%
Total	18 201 634	100%	15 252 255	100%	2 949 379	19,3%

As **Empresas** representam o segmento-core do Banco, com um montante total que ascende, em dezembro de 2024, os 12.680.811 milhares de escudos, representando 69,7% da carteira, tendo registado um crescimento de 15,0% face ao ano anterior, mais 1.652.176 milhares de escudos, que decorre essencialmente as evoluções ocorridas nos produtos **“Crédito a Negócios e Empresas”** (13,0%) e **“Conta Corrente Caucionada”** (9,6%), principais produtos direcionados a esse segmento.

No segmento dos **Particulares**, com um peso de 19,5%, registou-se uma evolução em 899.396 milhares de escudos, 33,8%, atingindo um montante de 3.556.563 milhares de escudos, decorrente em grande parte aos

aumentos do “**Crédito Habitação**” em mais 907.101 milhares de escudos (40,9%) e do “**Crédito a Particulares Investidores**” em mais 51.653 milhares de escudos (29,3%).

Gráfico 3 - Carteira de Crédito por Segmento de Clientes



Nos segmentos **Emigrantes** e **Empregados**, cujos volumes cifraram-se em 590.210 milhares de escudos e 385.737 milhares de escudos registaram evoluções de 67,2% e 9,7% respetivamente. Em ambos os segmentos o produto “**Crédito habitação**”, o produto mais significativo dentro desses segmentos (85,5% no segmento emigrantes e 80,0% no segmento empregados), o aumento registado foi de 233.984 milhares de escudos (86,5%) no segmento Emigrantes e de 20.462 milhares de escudos no segmento Empregados (7,1%).

O segmento “**Outros**”², com montantes de 1.001.650 milhares de escudos apresentou um acréscimo de 109.627 milhares de escudos (12,3%), determinado essencialmente pela evolução nos “**Créditos Titulados**”.

Quadro 2 - Carteira de Crédito por Segmento - Evolução

Segmento de Crédito	2024		2023		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Empresas	12 680 811	69,7%	11 028 634	72,3%	1 652 176	15,0%
Particulares	3 556 563	19,5%	2 657 168	17,4%	899 396	33,8%
Empregados	385 737	2,1%	351 578	2,3%	34 160	9,7%
Emigrantes	590 210	3,2%	352 896	2,3%	237 314	67,2%
Outros*	1 001 650	5,5%	891 978	5,8%	109 672	12,3%
Juros e desp. crédito vencido	120 032	0,7%	80 218	0,5%	39 814	49,6%
Receita com rendimento diferido	-133 369	-0,7%	-110 217	-0,7%	-23 152	21,0%
Total	18 201 634	100%	15 252 255	100%	2 949 380	19,3%

* Inclui o Sector "Governo Local/Municipal", "Socied Nacional Publica" e "Org sem Fins Lucrativos"

A distribuição dos créditos em termos de prazos residuais registou um aumento de concentração nos créditos de Médio e Longo Prazo, 88,4% do total da carteira, face aos créditos de Curto Prazo, representando 11,7% da

² Inclui o Sector "Governo Local/Municipal", "Socied Nacional Publica" e "Org sem Fins Lucrativos"

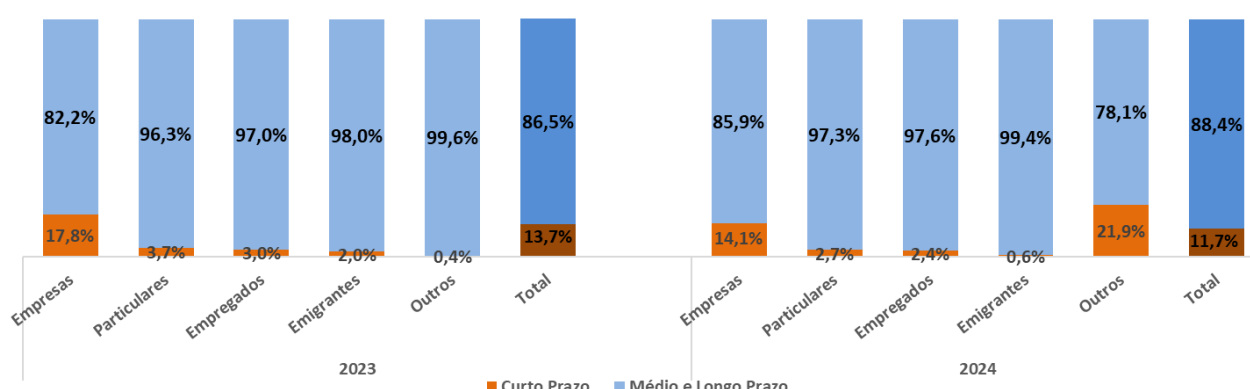
carteira, uma vez que o crescimento da carteira foi determinado por produtos de crédito com essa característica, mormente “Créditos a Negócios Empresas”, “Crédito Habitação” e “Créditos Titulados”. Efetivamente, os créditos de Médio e Longo Prazo aumentaram em 2.897.584 milhares de escudos, 22,0%, enquanto os de Curto Prazo aumentaram mais 35.134 milhares de escudos, 1,7%.

Quadro 3 - Carteira de Crédito por Prazos - Evolução

Crédito por Prazos	2024		2023		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Curto Prazo	2 121 984	11,7%	2 086 849	13,7%	35 134	1,7%
Médio e Longo Prazo	16 092 989	88,4%	13 195 449	86,5%	2 897 539	22,0%
Juros e desp. crédito vencido	120 032	0,7%	80 174	0,5%	39 858	49,7%
Receita com rendimento diferido	-133 369	-0,7%	-110 217	-0,7%	-23 152	21,0%
Total	18 201 634	100%	15 252 255	100%	2 949 379	19,3%

A situação acima descrita corrobora-se pela distribuição por segmentos com o aumento da concentração dos créditos de Médio e longo prazo junto das Empresas.

Gráfico 4 – Carteira de créditos por prazos residuais



No que se refere à qualidade da carteira de crédito, no ano de 2024 o banco registou em termos de **Imparidades acumuladas** um montante de 618.649 milhares de escudos que compara com os 607.031 milhares de escudos registados em 2023, representando 3,4% da carteira total, um aumento de 11.619 milhares de escudos, representando mais 1,9%.

Recursos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2024, os Recursos de Clientes, que constituem a principal fonte de financiamento do Banco com cerca de 68,7% do *funding*, ascendiam a 24.852.322 milhares de escudos, refletindo um crescimento de 29,3% (5.630.269 milhares de escudos) face ao ano anterior (19.222.052 milhares de escudos).

Da evolução dos Recursos de Clientes destaca-se (i) o aumento de 2.994.656 milhares de escudos (36,9%) nos Depósitos a Prazo; (ii) o aumento de 2.672.046 milhares de escudos (24,8%) nos Depósitos à Ordem. Note-se que o peso dos Depósitos a prazo aumentou em detrimento do peso dos Depósitos à ordem, passando dos 42,3% em 2023 para os 44,7% em 2024 respetivamente, com contributo relevante do segmento Empresas. Com efeito, os Depósitos à prazo estabeleceram-se nos 11.120.298 milhares de escudos e os Depósitos à ordem nos 13.454.627 milhares de escudos.

A evolução dos Depósitos à prazo em 36,9% derivou-se essencialmente de captações junto de Empresas, em mais 2.595.866 milhares de escudos (99,2%), mas também de Particulares em mais 493.746 milhares de escudos (+33,6%) e de Emigrantes em mais 111.972 milhares de escudos (11,6%), não obstante reduções ocorridas em Outros clientes em 220.263 milhares de escudos (-7,2%). A rubrica Outros nos Depósitos a prazo referem-se praticamente aos recursos do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.

A evolução nos Depósitos à ordem teve forte impacto do segmento Particulares com crescimento de 917.821 milhares de escudos (27,5%), bem como do segmento Empresas com crescimento de 633.303 milhares de escudos (14,7%). A evolução ainda considera um desempenho favorável nas captações junto de Outros clientes em mais 1.005.320 milhares de escudos (36,2%), que comportam essencialmente os recursos do INPS - Instituto de Previdência Social e de Outras Instituições Financeiras.

Quadro 4 - Recursos de Clientes - Evolução

Depósitos de Clientes	Milhares CVE					
	2024		2023		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Depósitos à Ordem	13 454 627	54,1%	10 782 582	56,1%	2 672 046	24,8%
Empresas	4 938 303	36,7%	4 305 000	39,9%	633 303	14,7%
Particulares	4 252 331	31,6%	3 334 510	30,9%	917 821	27,5%
Empregados	36 779	0,3%	26 006	0,2%	10 774	41,4%
Emigrantes	446 148	3,3%	341 320	3,2%	104 828	30,7%
Outros*	3 781 066	28,1%	2 775 746	25,7%	1 005 320	36,2%
Depósitos à Prazo	11 120 298	44,7%	8 125 642	42,3%	2 994 656	36,9%
Empresas	5 212 852	46,9%	2 616 986	32,2%	2 595 866	99,2%
Particulares	1 961 726	17,6%	1 467 980	18,1%	493 746	33,6%
Empregados	26 353	0,2%	13 017	0,2%	13 336	102,4%
Emigrantes	1 075 330	9,7%	963 358	11,9%	111 972	11,6%
Outros*	2 844 037	25,6%	3 064 300	37,7%	-220 263	-7,2%
Cheques e Juros a pagar	277 396	1,1%	313 828	1,6%	-36 432	-11,6%
Total	24 852 322	100,0%	19 222 052	100,0%	5 630 270	29,3%

* Inclui o Sector "Sociedade Nacional Publica", "Sector Publico e Administrativo", "Segurança Social", "Org sem Fins Lucrativos" e "Outra Inst Financeira"

A análise por prazo residual indica a redução de recursos nos prazos mais longos, ou seja, a partir do intervalo "Entre 1 ano a 5 anos", passando de 49,8% em 2023 para 30,8% em 2024, evidenciando uma tendência de concentração nos prazos mais curtos.

Gráfico 5 - Depósitos a Prazo por Prazo Residual - 2024

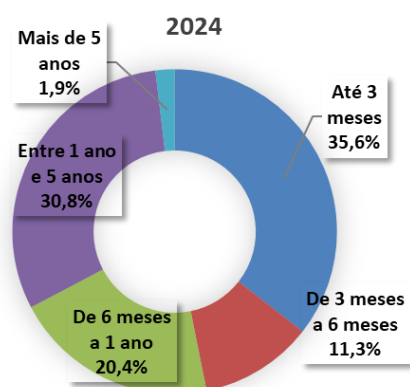
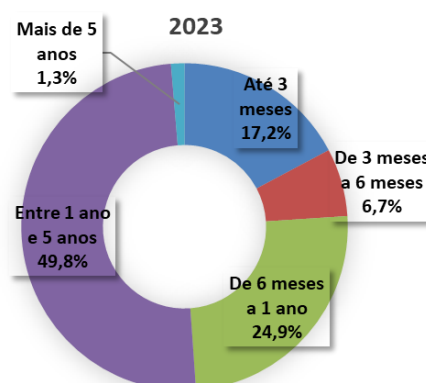


Gráfico 6 - Depósitos a Prazo por Prazo Residual - 2023



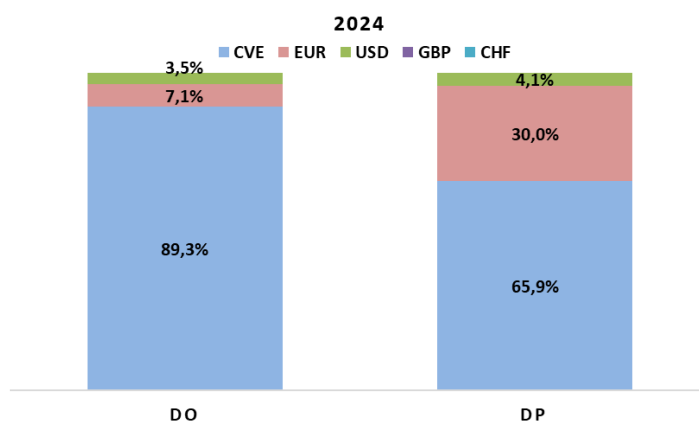
O perfil cambial da carteira de recursos do Banco manteve-se similar ao período anterior, com predominância de operações em moeda nacional, não obstante o forte aumento das captações de depósitos em moeda estrangeira neste período. As operações de depósitos em Escudos (CVE) predominam (77,9%), totalizando 19.349.119 milhares de escudos, tendo crescido 2.014.529 milhares de escudos (11,6%). Em relação às moedas estrangeiras, os depósitos em Euro (EUR) têm maior preponderância e atingiram, em contravalor, 4.285.006 milhares de escudos, um aumento de 3.394.949 milhares de escudos (381,4%) face ao ano de 2023, pelo efeito de uma variação de 2.977.506 milhares de escudos (391,3%) nas Empresas e nos Particulares de 417.471 milhares de escudos (341,5%). Por seu turno, os depósitos em Dólar Americano (USD) registaram um crescimento de 925.930 milhares de escudos (12.751,1%) e, os depósitos expressos em Libra Esterlina (GBP) registaram uma diminuição de 668.707 milhares de escudos (-98,9%).

Quadro 5 - Recursos de Clientes por Moeda - Evolução

Depósitos de Clientes	Milhares CVE					
	2024		2023		Variação	
	Contravalor CVE	Peso	Contravalor CVE	Peso	Abs.	%
CVE	19 349 119	77,9%	17 334 590	90,2%	2 014 529	11,6%
Empresas	6 332 617	32,7%	6 122 193	35,3%	210 425	3,4%
Particulares	5 139 041	26,6%	4 339 307	25,0%	799 734	18,4%
Empregados	63 112	0,3%	39 005	0,2%	24 107	61,8%
Emigrantes	1 513 802	7,8%	1 295 892	7,5%	217 910	16,8%
Outros	6 300 546	32,6%	5 538 192	31,9%	762 354	13,8%
EUR	4 285 006	17,2%	890 057	4,6%	3 394 949	381,4%
Empresas	3 738 440	87,2%	760 934	85,5%	2 977 506	391,3%
Particulares	539 700	12,6%	122 229	13,7%	417 471	341,5%
Empregados	10	0,0%	10	0,0%	0	3,6%
Emigrantes	3 713	0,1%	3 737	0,4%	-23	-0,6%
Outros	3 143	0,1%	3 148	0,4%	-5	-0,1%
USD	933 191	3,8%	7 262	0,0%	925 930	12751,1%
Empresas	79 952	8,6%	140	1,9%	79 812	56911,8%
Particulares	527 853	56,6%	7 121	98,1%	520 732	7312,3%
Empregados	10	0,0%	0	0,0%	10	
Emigrantes	3 963	0,4%	0	0,0%	3 963	
Outros	321 414	34,4%	0	0,0%	321 414	
GBP	7 605	0,0%	676 311	3,5%	-668 707	-98,9%
Empresas	145	1,9%	38 719	5,7%	-38 574	-99,6%
Particulares	7 459	98,1%	333 829	49,4%	-326 370	-97,8%
Empregados	0	0,0%	8	0,0%	-8	-100,0%
Emigrantes	0	0,0%	5 049	0,7%	-5 049	-100,0%
Outros	0	0,0%	298 705	44,2%	-298 705	-100,0%
CHF	3	0,0%	3	0,0%	0	-1,0%
Particulares	3	100,0%	3	100,0%	0	-1,0%
Cheques e Juros a pagar	277 396	1,1%	313 828	1,6%	-36 432	-11,6%
Total	24 852 322	100,0%	19 222 052	100,0%	5 630 270	29,3%

Os Depósitos à ordem estão mais concentrados na moeda Escudos cabo-verdiano (89,3%) seguido do Euro (7,1%) e Dólar Americano (3,5%). Relativamente aos Depósitos a prazo tem maior representatividade os depósitos em Escudos Cabo-verdiano (65,9%), seguido dos depósitos em Euros (30,0%) e dos depósitos em Dólares (4,1%).

Gráfico 7 - Recursos de Clientes por Moeda e por Tipo



7. Canais Eletrónicos

Os canais eletrónicos foram essenciais, tendo durante o ano de 2024 assistido a uma boa dinâmica quanto à emissão e utilização, tanto dos cartões como do canal de internet banking.

a) Meios de Pagamento

O Banco alcançou um total de 2.206 terminais de Pagamentos Automáticos - POS no final de 2023 contra os 1.755 de 2023, correspondendo a um acréscimo de 25,7%, ou seja mais 451 POS ativos.

Em relação aos cartões é de assinalar o desempenho favorável, tanto a nível de cartões Vinti4 como do Visa pré-pago, e do cartão de crédito Master Card, Standard e Gold. Refira-se que desde o ano 2020 o Banco iniciou a emissão dos Cartões Contactless. A forte dinâmica e expansão das atividades relacionadas com cartões proporcionaram um aumento do número tanto de cartões de débito, de 18.703 para 25.639, contabilizando os cartões ativos, mas também os cartões de crédito e pré-pagos.

b) Internet banking

A nível do BAI Direto, o canal de internet banking, para além do reforço na qualidade de oferta e melhorias efetuadas, alargando as soluções disponíveis e permitindo diversificar o leque de operações como transferências internacionais e domésticas, opções de agendamento pagamento de serviços e faturas, gestão de limites de saldos tanto dos cartões de débito pré-pagos e de crédito, entre outros, foi introduzido o código OTP- One Time Password na autenticação das transações dos utilizadores.

Destaque para o registo de 22.709 adesões ao IB, com 6.806.998 milhares CVE em pagamentos e 19.2712.923 milhares CVE em transferências, sendo que dos utilizadores criados, 16.326, (72%) acessaram enquanto 9.517 (42%) efetuaram transações.

8. Gestão de Riscos

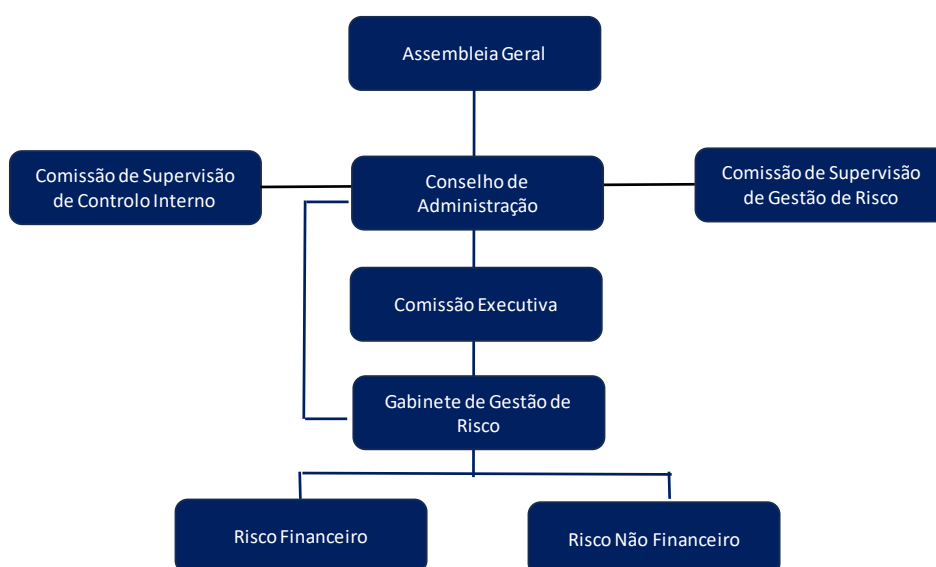
A gestão e controle de riscos do BAICV está assente nos princípios de segregação de função, independência entre as áreas de fiscalização e as áreas operacionais e um sistema informático adequado que garantam que os processos são executados de forma automática e com intervenção manual reduzida.

É da responsabilidade de todas as unidades de estrutura da instituição a gestão e o controlo dos riscos inerentes à sua atividade, sob a coordenação do Gabinete de Gestão de Risco (GGR), cuja responsabilidade passa por identificar, analisar e acompanhar a exposição do Banco aos riscos financeiros (crédito, liquidez, solvabilidade, taxa de juro e de câmbio) e não financeiros (operacional, reputacional, estratégia, *compliance* e cibersegurança), como também propor políticas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos, bem como definir

instrumentos de análise consonantes as políticas orientadoras, visando a maximização dos resultados da instituição, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas pelos órgãos de gestão competentes, tendo em conta o perfil de risco moderado e conservador e o baixo grau de tolerância face aos riscos adotados pela Instituição.

O Gabinete de Gestão de Riscos (GGR) é a unidade de estrutura responsável pela gestão de risco, nos termos da legislação em vigor, depende funcionalmente do Conselho de Administração, representado por um Administrador não Executivo Independente. Adicionalmente, reporta hierarquicamente à Comissão Executiva, sob o pelouro de um Administrador Executivo, para os assuntos de gestão corrente. Ainda, é supervisionada pela Comissão de Supervisão de Gestão de Riscos, tomados na aceção prevista no Artigo n.º 11º do Aviso n.º 4/2017, de 7 de setembro, sobre o sistema de controlo interno.

Gráfico 8 - Estrutura orgânica Gabinete de Gestão de Risco



De referir que em 2024, no âmbito da função de gestão de riscos, foram realizadas, entre outras, as seguintes ações e/ou atividades:

- Elaboração do Relatório anual de Gestão de Risco;
- Elaboração periódica de relatórios de acompanhamento dos riscos financeiros e riscos não financeiros;
- Elaboração do Plano de recuperação do Banco do ano 2024;
- Revisão de normas corporativas afetas à função de gestão de riscos;
- Realização de *test stress* sobre o impacto do incumprimento da carteira de crédito, nos principais indicadores financeiros e prudenciais;
- Elaboração de estudos complementares de gestão de risco não financeiro;

- Implementação do procedimento de recolha e análise de eventos de risco operacional no âmbito da atualização da metodologia da gestão de risco operacional;
- Implementação do projeto Softexpert para a estruturação e automatização dos processos de gestão risco, no âmbito do Plano Estratégico de Sistemas de Informação do Banco (PESI);
- Atualização dos limites dos indicadores de risco (KRI's).

O BAICV, decorrente da Política de Gestão de Risco vigente, procedeu-se com a atualização dos indicadores chave de risco, que são monitorizados e reportados mensalmente ou sempre que necessário. Da monitorização efetuada em 2024 os indicadores apresentam, de uma forma geral, resultados confortáveis e dentro dos limites definidos.

8.1 Riscos Financeiros

A. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é monitorizado face a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte em cumprir com os seus compromissos financeiros assumidos junto do Banco.

A gestão do risco de crédito é realizada através de uma abordagem transversal a nível da concessão, do acompanhamento e monitorização, da constituição das imparidades e na classificação do risco de crédito, o banco dispõe de modelos próprios de *rating* e *scoring* para empresas e particulares, respetivamente.

O banco envidou esforços para prover estratégias auxiliares de mitigação do risco de crédito destacando-se:

- Revisão da informação prospetiva dos fatores de risco afetos à imparidade;
- Realização do exercício de *backtesting* aos parâmetros de risco PD e LGD;
- Reforços adicionais em operações sujeitas a análise individual.

Como resultado, os indicadores chave de risco afetos á gestão do risco de crédito, mantiveram-se abaixo dos limites regulamentares de concentração, e dos limites internos de incumprimento e qualidade de crédito.

Quadro 6 – Qualidade do crédito atribuído

Indicadores	2024	2023	Variação	
			Abs	%
Crédito Vencido (+30 dias) / Crédito Total	4,2%	5,0%	-0,7%	-14,6%
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 195)	4,0%	4,8%	-0,8%	-16,0%
Imparidade / Total Crédito	3,4%	4,0%	-0,6%	-14,6%

B. Risco de Solvência

O Risco de Solvência corresponde ao risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes de mudanças nos quadros regulatórios ou fiscais, incluindo o risco de desalinhamento entre a adequação de capital e o perfil de risco.

O acompanhamento do Risco de Solvência é feito em função do apuramento dos riscos envolvidos, especialmente o risco de crédito, o risco de taxa de câmbio e o risco operacional, conforme definido nos Avisos nº 3/2007 de 19 de novembro e Aviso nº 4/2007 de 25 de fevereiro de 2008 do Banco de Cabo Verde, respetivamente.

De referir que, não obstante as alterações introduzidas pelo BCV (Aviso nº 2/2022 Prorrogação do período de vigência das Medidas Prudenciais introduzidas pelo Aviso nº 4/2021, de 24 de agosto) relativamente ao apuramento do Rácio de Solvabilidade, o banco apresenta níveis bastante confortáveis, situando-se nos 16,8%.

Quadro 7 – Risco de Solvência

Indicadores	2024	2023	Milhares CVE	
			Variação	
			Abs	%
Fundos próprios	3 483 939	3 118 740	365 199	11,7%
Activos ponderados pelo risco de crédito	19 261 422	15 613 016	3 648 406	23,4%
Valor equivalente em activos ponderados pelo risco operacional	1 434 634	1 405 201	29 433	2,1%
Total dos activos ponderados	20 696 056	17 018 217	3 677 839	21,6%
Rácio de Solvabilidade	16,8%	18,3%	-1,5%	-8,1%

C. Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro é monitorizado na eventualidade de variações adversas nas taxas de juro de mercado virem a afetar a margem financeira da instituição, atendendo ao facto de grande parte dos ativos e passivos do balanço gerarem rendimentos e custos impulsionados pelas taxas de juro.

A avaliação da exposição deste tipo de risco é feita através dos modelos de GAP de Taxas de juro, destinados à medição dos ativos e passivos, sensíveis às flutuações das taxas de juro de acordo com os seus prazos de maturidade. O acompanhamento é feito regularmente, permitindo assim a quantificação dos impactos sobre a margem financeira da instituição, derivado das flutuações das taxas de juro, permitindo a adoção de estratégias adequadas, visando a mitigação dos efeitos nefastos nos resultados do Banco. Paralelamente aos modelos internos utilizados, o Banco utiliza também modelos definidos pela entidade reguladora, conforme a Instrução Técnica nº 164/2011 do Banco de Cabo Verde.

Os testes de stress aplicados ao risco de taxa de juro, permitiram ao banco avaliar os impactos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas diretoras que regulam o mercado. O estudo foi efetuado

e monitorizado, antecipando o cenário da crise económica e pelo aumento da inflação dos produtos importados, considerando eventuais medidas de estímulo monetário e de contração de crédito, que já se verificam nos principais reguladores internacionais.

Assim, o BAICV monitoriza o impacto máximo que poderia ocorrer nas demonstrações financeiras do banco, e as oscilações das taxas diretoras, decorrentes das medidas de política monetária externas.

D. Risco Cambial

O Risco Cambial da instituição é observado pelas diferenças e variações entre ativos e passivos, numa determinada moeda estrangeira, estando assim exposta a uma eventual variação da taxa de câmbio.

A exposição ao risco de câmbio é analisada através do acompanhamento dos ativos e passivos em moedas estrangeiras, permitindo o apuramento da posição líquida do Banco face a cada moeda utilizada nas suas operações de mercado.

O Banco tem seguido uma estratégia de minimização de riscos através da realização de operações maioritariamente em Euros, devido á paridade fixa cambial existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano, determinando e monitorando os limites internos de exposição longa e curta para as demais moedas estrangeiras, que durante 2024 mantiveram-se estáveis.

E. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez traduz-se na capacidade do Banco em poder dispor, em qualquer momento, de fundos necessários para satisfazer todos os seus compromissos a um custo aceitável e compensador, refletindo também a perceção do mercado perante a política de financiamento do banco.

A monitorização do Risco de Liquidez é feita através da análise dos GAP de liquidez, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, de forma a evidenciar os desajustamentos existentes entre os ativos e passivos por intervalos temporais.

O banco também utiliza os modelos definidos pela entidade reguladora no âmbito da gestão do risco de liquidez, nomeadamente, o cálculo de rácios de cobertura de responsabilidades, instituído pelo Aviso nº8/2007 nº 42 de 19 de novembro de 2007, como também, o mapa de liquidez definido pela Instrução Técnica nº 165/2012 do Banco de Cabo Verde e através dos indicadores previstos no Basileia III.

Em 2024, o BAICV manteve o conjunto de mecanismos e métricas de medição e monitorização do risco de liquidez que pretendem garantir a solidez na avaliação do risco em particular:

- Rácio de Cobertura de Liquidez (*Liquidity Coverage Ratio - LCR*), correspondente à razão entre o stock de ativos de alta liquidez - *High Quality Liquidity Assets (HQLA)* e o total de saídas líquidas de caixa previstas para um período de 30 dias;
- O rácio *Net Stable Funding Ratio (NSFR)* é o rácio entre o montante de financiamento estável disponível e o montante de financiamento estável necessário, devendo ser superior ou igual a 100% para garantir que o financiamento disponível cumpre o financiamento necessário, no horizonte temporal de um ano.

8.2 Riscos Não Financeiros

A. Risco Operacional

Dando cumprimento ao disposto no Aviso nº 04/2007, a gestão do risco operacional do banco, baseou-se numa visão por processos de negócio, suporte e controlo, sendo transversal às unidades de estrutura da organização. A gestão é suportada por princípios, metodologias e mecanismos de controlo, sejam elas: a segregação de funções, linhas de responsabilidade, código de conduta, base de dados de eventos de risco operacional e indicadores chave de risco.

Adicionalmente, o Banco segue as boas práticas emanadas pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*), assentes em três pilares fundamentais:

- Fatores de Risco;
- Categorias de eventos de perdas;
- Impactos.

O BAICV apresenta uma boa maturidade em termos de normativos orientadores, controlos e procedimentos estabelecidos e a monitorização dos indicadores chave afetos ao risco operacional, o que permitiu ao Banco desenvolver um conjunto de controlos e ferramentas, assim como a automatização de tarefas, com vista à mitigação do risco inerente, produzindo resultados satisfatórios.

Relativamente ao procedimento de recolha de eventos de risco operacional, com a atualização do catálogo de processos do Banco ocorrida durante o ano, permitiu um tratamento adequado de eventos de risco operacional, possibilitando implementação de controlos mais eficazes, proporcionando serviços mais efetivos, eficientes e eficazes, e minimizando assim a exposição a perdas financeiras, reputacionais e legais.

B. Risco Reputacional

O BAICV entende como risco de reputação, a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma perceção negativa da imagem da instituição, fundamentada ou não, por parte

de clientes, contrapartes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral e as entidades reguladoras do setor.

O risco reputacional do BAICV é monitorado por meio dos indicadores chave de risco aprovados em um catálogo próprio. Após análise, verificou-se que nenhum indicador apresentou valor acima do limite interno definido

Apresentamos abaixo as medidas de mitigação do impacto do referido risco:

- Reportes periódicos para acompanhamento do risco;
- Criação do Provedor do cliente;
- Revisão de políticas internas, nomeadamente gestão de reclamações, KYC, KYE, relações com partes relacionadas;
- Gestão de reclamações

C. Risco Estratégia

O BAICV entende como risco de estratégia, a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócios da instituição, tendo sido identificados os seguintes fatores de risco durante o exercício:

- Fatores exógenos: ambiente externo (político, regulamentar, mercado, financeiro);
- Fatores endógenos;
- Pessoas;
- Processos;
- Sistemas.

O Banco gere o seu risco estratégico através do acompanhamento periódico do plano estratégico em vigor, de indicadores chave de risco de elementos que caracterizam o contexto externo.

Não obstante do nível de risco apurado, coincidir com os limites internos aprovados para os indicadores de risco de estratégia, o BAICV adotou medidas adicionais, com vista à mitigação do respetivo risco:

- Acompanhamento contínuo da implementação dos *milestones* do plano estratégico, com a possibilidade de ajustamento orçamental, para fazer face aos eventuais desvios apurados;
- Adequação do sistema de *governance* para auxiliar o processo de tomada de decisões;
- Elaboração de manual de suporte do risco estratégico.

D. Risco Compliance

O BAICV entende como risco de *Compliance*, a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de caráter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

A gestão do risco de *compliance* é suportada com a identificação, avaliação, monitorização das várias subcategorias do risco *compliance* que o banco está exposto.

A monitorização do risco é feita através de avaliações periódicas e independentes, relativamente adequação das políticas, procedimentos e dos controlos implementados.

Adicionalmente para reforço da importância da gestão dos riscos *compliance* o banco concede formações constantes aos colaboradores em matéria de Prevenção e Detecção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, de modo a garantir a solidez do seu sistema interno.

O BAICV considera e incorpora nas suas funções de Prevenção e Detecção de Lavagem de Capitais e Financiamento do Terrorismo, as mais atuais práticas de mercado e recentes standards legais em vigor.

E. Risco Cibersegurança

O risco cibersegurança corresponde a probabilidade de exposição, perda financeira e de ativos críticos e informações sensíveis e de danos à reputação como resultado de um ataque ou violação cibernética na rede da instituição.

Considerando a constante evolução tecnológica e o surgimento de novos canais para a distribuição, acesso a produtos e serviços financeiros e a dependência do negócio dos meios digitais, que possibilita a proliferação de ameaças cibernéticas, o BAICV tem vindo a reforçar as suas competências, e a sua atuação, nomeadamente o reforço permanente do nível de segurança face às necessidades tecnológicas de apoio ao negócio e a capacidade de resposta a ameaças e incidentes identificados.

A gestão do risco de cibersegurança está assente na identificação, avaliação e análise dos riscos decorrentes das ameaças cibernéticas a que o banco está exposto, nomeadamente analisando cenários de potencial incidente cibernético e na definição dos respetivos planos e medidas de tratamento do mesmo.

Para análise do risco cibersegurança e sistemas de informação, foi elaborado plano e medidas de tratamento de risco, com o objetivo de avaliar e mitigar os principais riscos decorrentes das ameaças cibernéticas a que o Banco está exposto, tendo como referência o aviso 4/2017 do BCV, publicado em 14 de julho de 2018, e normas

internacionais, nomeadamente ISO 27005: 2018 (*Information Security Risk Management*), ISO 31000: 2018 (Gestão do Risco Princípios e linhas de orientação) e ISO 27032: 2012 (*Guidelines for Cybersecurity*).

Além das políticas, normas e procedimentos, são elaborados reportes periódicos, promovendo a divulgação do risco de forma transversal, procedendo a identificação e seleção de soluções e ferramentas tecnológicas que permitirão melhorar a capacidade de identificação atempada de vulnerabilidades e de combate as diversas ameaças a que o BAICV esta sujeita, assim como melhorar o programa de formação e consciencialização para todos os colaboradores.

9. Compliance

Nos termos das disposições legais, o Banco BAI Cabo Verde, S.A. possui em sua estrutura organizativa, a Função Compliance, coordenada pelo Gabinete de Compliance (GCO), uma unidade caracterizada por ser independente, permanente e efetiva, com a responsabilidade de assegurar o cumprimento das obrigações legais, regulamentares, éticas e internas. Sob a gestão do Gabinete de *Compliance*, esta função é responsável pela gestão do risco de Compliance, atuando de forma isenta e abrangente em todas as atividades do banco.

O Gabinete de Compliance tem como missão, assegurar em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e o bom funcionamento do sistema de controlo interno da instituição, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade do seu negócio, e disseminar a cultura de *Compliance* para garantir o cumprimento de Leis e regulamentos existentes, atuando na orientação e conscientização à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à reputação da instituição.

De entre as várias funções atribuídas ao Gabinete, enquanto 2ª linha de defesa do Banco, no âmbito do Controlo Interno, é responsável:

- Pela execução de forma cabal e tempestiva dos deveres do Compliance com base nos deveres a que a instituição financeira está sujeita
- Pelo acompanhamento, regularização e efetivação das Deficiências de Controlo Interno (DCI), cuja categoria de risco esteja enquadrada dentro das suas atribuições;
- Pela deteção, prevenção e a mitigação dos “riscos de *Compliance*”, que é “a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, praticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carater legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais”.
- Pela salvaguarda do cumprimento dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, entre outros crimes.

O Banco BAI Cabo Verde, S.A. manteve, ao longo de 2024, seu compromisso com a implementação e aprimoramento contínuo de políticas e controles internos, com o objetivo de mitigar os riscos de Compliance. No âmbito do programa de Prevenção à Lavagem de Capitais (PLC) e ao Financiamento do Terrorismo (CFT), o Banco primou pela devida diligência na análise de clientes e transações, bem como pelo monitoramento contínuo de atividades que possam indicar comportamentos suspeitos. A gestão de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), os procedimentos de KYC (Conheça Seu Cliente) e o acompanhamento das sanções internacionais constituem elementos fundamentais deste processo.

Os resultados alcançados durante o ano de 2024 foram positivos e o Gabinete de Compliance esteve envolvido em diversas ações de melhoria, destacando-se as seguintes:

- Atualização de Políticas e Procedimentos interno de PLC/CFT entre outros;
- Revisão da matriz da Avaliação de Risco de PLC/CFT e Sanções mais robusta junto da KPMG;
- Reforço e implementação de controlos adequados aos riscos identificados e avaliados;
- Acompanhamento da implementação e do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares;
- Realização de formações de capacitação relevantes em matéria PLC/FT, a todos os colaboradores do Banco, para que possam reconhecer e compreender as suas funções na luta contra o respetivo crime;
- Acompanhamento e monitorização dos clientes e suas transações;
- Colaboração e cooperação com a Unidade de Informação Financeira (UIF);
- Colaboração e cooperação com os Correspondentes Bancários.

Essas ações demonstram o compromisso do Banco em assegurar a conformidade com as melhores práticas e regulamentações nacionais e internacionais, reforçando sua posição na luta contra crimes financeiros e promovendo a integridade e a transparência em suas operações.

10. Capital Humano

Ao longo de 2024, a Direção de Capital Humano (DCH) consolidou avanços significativos, alinhados ao objetivo estratégico de posicionar o Banco como a melhor instituição para se trabalhar, promovendo o bem-estar, o desenvolvimento e a valorização dos seus colaboradores.

No âmbito da saúde e do bem-estar, foi implementado um seguro de saúde abrangente, que assegura proteção médica robusta e acessível a todos os colaboradores. Essa iniciativa foi complementada pelo lançamento de um serviço de saúde adicional, destinado a atender às necessidades específicas dos colaboradores e a reforçar a qualidade de vida no ambiente de trabalho. É importante destacar que essas ações reforçam o compromisso da instituição em criar um ambiente que priorize a saúde física e mental dos seus colaboradores.

No que tange ao desenvolvimento de competências e liderança, foi implementado o Programa de Desenvolvimento de Liderança, concebido para capacitar os líderes perante os desafios futuros. Esse programa se destacou pelo foco no fortalecimento de competências comportamentais estratégicas, promovendo a consolidação de uma cultura de liderança alinhada aos valores e objetivos do Banco. Paralelamente, ao longo do ano, o Banco intensificou o investimento em ações de formação, abrangendo áreas técnicas e comportamentais, com o objetivo de aprimorar as competências dos colaboradores, potencializar o desempenho coletivo e fomentar o crescimento sustentável da instituição.

A consolidação do novo modelo de carreira configurou-se como um dos marcos relevantes do ano, trazendo maior clareza e transparência ao percurso profissional dos colaboradores. O novo modelo oferece uma visão estruturada e objetiva das oportunidades de crescimento e desenvolvimento, refletindo o compromisso do Banco com a valorização dos seus talentos, com impacto positivo no engajamento e alinhamento dos colaboradores com os objetivos da instituição.

Esses avanços reforçam a visão do Banco de ser reconhecido como uma marca empregadora de referência, comprometida em criar um ambiente de trabalho inspirador, inclusivo e orientado para a excelência, onde os colaboradores se sintam valorizados, realizados e preparados para contribuir para o sucesso da instituição.

A 31 de Dezembro de 2024, a equipa do Banco era composta por 164 colaboradores, entre os quais 4 membros não executivos do Conselho de Administração e um adicional de 5 estagiários. A integração dos estagiários teve como objetivo proporcionar aos recém-licenciados oportunidades de formação e desenvolvimento profissional no sector bancário, contribuindo, assim, para a sua integração no mercado de trabalho e para a consolidação dos conhecimentos adquiridos durante a sua formação académica.

Quadro 8 - Efetivo de Capital Humano

Capital Humano	2024	2023	Var.	
			Abs.	%
Conselho de Administração	7	7	0	0%
Direção e coordenação	17	17	0	0%
Chefia e gerência	18	15	3	20%
Técnicos	118	109	9	8%
Administrativos	4	4	0	0%
Total	164	152	12	8%

Por tipo de vínculo contratual

Os contratos por tempo indeterminado, abrangeram 76% dos colaboradores, enquanto os contratos por tempo determinado representaram os restantes 24%.

Quadro 9 - Efetivo por tipo de vínculo contratual

Tipo de contrato	2024	%	2023	%
Contratos por tempo indeterminado	124	76%	116	76%
Contratos a prazo	40	24%	36	24%
Total	164	100%	152	100%

Por grupos funcionais

O grupo funcional com maior representatividade no Banco continua a ser o de natureza técnica, composto por 119 colaboradores, distribuídos pelas funções de gestor de clientes, técnico sénior, técnico júnior e técnico de atendimento e vendas, o que corresponde a 73% do total de colaboradores. Por sua vez, as funções de chefia, que incluem os dirigentes superiores e os dirigentes intermédios, representam 21% do efetivo global.

Quadro 10 - Efetivo por grupos funcionais

Funções	2024				2023			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
Presidente Conselho Administração	1	0	1	1%	1	0	1	1%
Presidente Comissão Executiva	1	0	1	1%	1	0	1	1%
Administrador	3	2	5	3%	3	2	5	3%
Secretário Sociedade	1	0	1	1%	1	0	1	1%
Diretor Coordenador	0	1	1	1%	0	1	1	1%
Diretor	8	7	15	9%	8	7	15	10%
Chefe Departamento	1	6	7	4%	2	3	5	3%
Gerente	7	4	11	7%	6	4	10	7%
Gestor clientes	3	8	11	7%	5	6	11	7%
Técnico Sénior	20	22	42	26%	18	27	45	30%
Técnico Júnior	14	13	27	16%	14	11	25	16%
Técnico Atendimento Vendas	10	27	37	23%	12	15	27	18%
Secretária	0	1	1	1%	0	1	1	1%
Motorista	3	0	3	2%	3	0	3	2%
Zelador	1	0	1	1%	1	0	1	1%
Total	73	91	164	100%	75	77	152	100%

Por níveis de antiguidade

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos colaboradores do Banco por níveis de antiguidade, segregados por género, total e percentagem:

A análise demonstra que o escalão de antiguidade com maior representatividade é o de "mais de 5 anos", totalizando 87 colaboradores (53% do total), com uma distribuição equilibrada entre 40 homens e 47 mulheres. Em contrapartida, o escalão com menor representatividade é o de "mais de 3 a 5 anos", com 19 colaboradores (12%), sendo 9 homens e 10 mulheres.

Quadro 11 - Efetivo por níveis de antiguidade

Níveis de Antiguidade	2024				2023			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
0 a 1	11	25	36	22%	8	17	25	16%
Mais de 1 a 3	13	9	22	13%	13	7	20	13%
Mais de 3 a 5	9	10	19	12%	7	17	24	16%
Mais de 5 anos	40	47	87	53%	47	36	83	55%
Total	73	91	164	100%	75	77	152	100%

Por faixa etária

Quadro 12 - Efetivo por faixa etária

Níveis Etários	2024	%	2023	%
Dos 18 aos 28 anos	11	7%	10	7%
Dos 29 aos 39 anos	75	46%	68	45%
Dos 40 aos 50 anos	64	39%	63	41%
Dos 51 aos 61 anos	11	7%	9	6%
Mais de 61 anos	3	2%	2	1%
Total	164	100%	152	100%

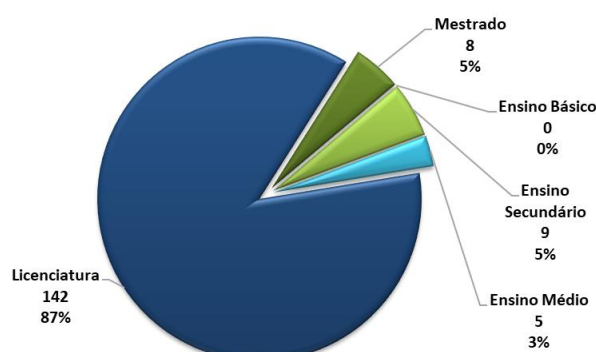
A análise evidencia que o grupo etário mais representativo entre os colaboradores é o de 29 a 39 anos, com 75 colaboradores (46% do total), seguido pelo grupo de 40 a 50 anos, que reúne 64 colaboradores (39%). Estes dois grupos somam 85% do efetivo total, o que reflete uma força de trabalho predominantemente jovem.

Os grupos etários menos representativos são os de 18 a 28 anos e de 51 a 61 anos, ambos com 11 colaboradores (7% cada), e o grupo de mais de 61 anos, com apenas 3 colaboradores (2%).

Esta distribuição evidencia um equilíbrio entre experiência e dinamismo, com uma maioria de colaboradores em idade ativa plena, o que fortalece a capacidade de resposta às exigências do setor e assegura a continuidade do desenvolvimento da instituição.

Por nível de habilitações literárias

Gráfico 9 - Efetivo por nível de habilitações



A maioria expressiva dos colaboradores do Banco possui habilitações ao nível de licenciatura, totalizando 142 colaboradores (87%), dos quais 61 são homens e 81 mulheres. Este dado reflete um elevado nível de qualificação académica entre o efetivo.

Os colaboradores com habilitações de ensino secundário e mestrado representam 5% cada, correspondendo a um total de 9 e 8 colaboradores, respetivamente. Por outro lado, o menor grupo em termos de representatividade é o dos colaboradores com ensino médio, que contabiliza apenas 5 colaboradores (3%). Esta distribuição evidencia o forte investimento do Banco em atrair e reter talentos com qualificação superior, alinhando-se às exigências do setor bancário e às melhores práticas de gestão de capital humano.

Admissão/saídas

A nível de novas admissões, ao longo do ano, foram realizadas 17 entradas, que representa um aumento 1 colaborador em comparação com o ano de 2023.

No que diz respeito às saídas, registaram-se 5 colaboradores que se desvincularam, um aumento de 1 em relação ao ano anterior.

Quadro 13 – Admissões/Saídas

	2024	2023	Var.	
			Abs.	%
Admissão	17	16	1	6%
Saídas	5	4	1	25%

Estágios

Com o objetivo de proporcionar aos recém-licenciados oportunidades de formação e desenvolvimento profissional, no sector bancário, e deste modo, contribuir para a integração no mercado de trabalho e consolidação dos conhecimentos, ingressaram no Banco, 5 estagiários no âmbito do programa PEPE do IEEF (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

11. Responsabilidade Social

O Banco BAI Cabo Verde no exercício da sua atividade tem adotado uma política de responsabilidade social e ambiental com foco no desenvolvimento económico, social e ambiental do país, alinhado com a política de sustentabilidade.

No âmbito do Plano Estratégico de 2022-2027, definiu-se iniciativas estratégicas baseadas na Sustentabilidade com foco nas questões ambientais e sociais.

Paralelamente, nas suas iniciativas de envolvimento com a sociedade, o BAICV reserva parte do seu orçamento para apoio a quatro pilares de intervenção, que define como prioritárias, designadamente, a Saúde, a Educação, o Desporto e a Cultura.

Partilhamos abaixo as principais ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo BAICV ao longo do ano 2024:

(i) Saúde

No que toca à Saúde, o banco apoiou a Associação Black Panthers na realização da Campanha “Zero Caso da Dengue na Várzea e Arredores”, num momento em que o País registava vários casos de dengue, renovou o patrocínio com a Associação Colmeia, visando a implementação dos projetos/atividades e apoiou a Associação Cabo-verdiana de Luta contra o Cancro, na realização da sua Gala solidária em comemoração aos 17 anos da Associação.

(ii) Educação

Relativamente à Educação, renovou-se a parceria com as Aldeias Infantis SOS Cabo Verde, através da doação à Casa Familiar nº 10 Fogo, efetuou-se uma parceria com o artista visual Cesar Schofield Cardoso (XU: Collective), para a realização do filme-documentário “Agu Rixu”, patrocinou-se a Câmara de Comércio de Barlavento no seu projeto de Formação a Micro e Médias Empresas (MPE) e, visando reforçar a preocupação com a sustentabilidade, celebrou-se um patrocínio com a Quercus Cabo Verde, para o programa “Minuto Verde By BAICV”

(iii) Desporto

A nível do desporto, foram concedidos patrocínios ao atleta David Pina, para a sua preparação e participação jogos Los Angeles 2028, à Associação Regional de Ciclismo de Santiago Sul, para a implementação das atividades durante 2024, ao Académico do Sal, para a época desportiva 2023-24, ao Comité Olímpico Cabo-verdiano, para a deslocação e participação da comitiva de Cabo Verde aos Jogos Olímpicos de Paris 2024, à Federação Cabo-verdiana de Futebol, para apoiar os Tubarões Azuis nas próximas competições, e à Associação Judo Clube João Fidalgo, para as atividades da associação.

O Banco procedeu ainda à doação ao selecionador nacional de basquetebol, o coach Emanuel Trovoada, para o estágio em Valência, a convite da Valencia Basket Club, para aprimorar as habilidades e estratégias no basquetebol.

(iv) Cultura

No âmbito da cultura, o BAICV esteve bastante ativo, tendo patrocinado os grupos Carnavalescos “Cruzeiros do Norte” e “Montsú”, concedeu patrocínio à HJC Art, na realização do projeto SCAW (Santa Cruz Art Week), ao Hotel Odjo D’Água para as atividades comemorativas dos 25 anos do hotel, ao cantor e compositor Tito Paris no Bóí de Conjunto “Farra na Areia”, também patrocinou o concerto “Pedra Lume in Concert” da Câmara de Turismo de Cabo Verde e o evento Kavala Fresk Festival realizado pela Mariventos.

Em relação às **parcerias institucionais**, o banco efetuou uma doação à Presidência da República para a comemoração do Cinquentenário da Libertação dos Presos Políticos do Campo de Concentração do Tarrafal.

Na prossecução da **Política de Sustentabilidade**, o Banco concretizou em 2023, o projeto de instalação de painéis fotovoltaicos no Edifício BAICenter, Sede do Banco, com quatro pontos de captação de energia solar,

instalados estrategicamente para maximizar a captação solar, uma vez que, a geração de energia fotovoltaica depende totalmente da luz do sol.

O edifício torna-se, assim, sustentável, eficiente e gera a sua própria energia, para além de injetar a produção excedente de energia na rede pública.

Na sequência, o banco lançou produtos de crédito para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente os créditos BAI Energia Verde e BAI Mobilidade Elétrica, lançados em 2021 e 2022, respetivamente. De mencionar que o Banco tem em carteira projetos de investimento no sector das energias renováveis, para apoiar na instalação de parques fotovoltaicos, promovidos por entidades parceiras nacionais.

Em alinhamento com o seu Plano Estratégico 2022-2027, o Banco BAI Cabo Verde está empenhado na implementação da sua Política de Sustentabilidade e Programa ESG (*Environmental, Social and Governance*), através do financiamento de projetos que visam a melhoria da qualidade de vida da população, bem como, na implementação de ações e disponibilização de produtos e serviços que se traduzam em parcerias para o desenvolvimento nacional.

Para potencializar as ações em prol do meio ambiente, o BAICV tem firmado acordos de parcerias estratégicas com entidades chave que atuam no sector da produção de energia verde.

A implementação do projeto “Praia Solar Park”, o primeiro estacionamento solar do país, com carregamento de veículos elétricos, localizado atrás do Pavilhão Desportivo Vavá Duarte (Gimno Desportivo), Cidade da Praia, resultou do financiamento com a solução crédito BAI Energia Verde. O parque dispõe de 395 painéis fotovoltaicos de 575 Wp, com uma potência de 227.125 kWp.

A recente inauguração do Parque Solar Fotovoltaico na Ilha do Sal, financiado pelo Banco BAI Cabo Verde, é mais uma aposta para transformar o país numa referência a nível do continente. O parque conta com 11.088 painéis solares instalados, com capacidade para produzir anualmente 10.808 MWh, poupando 2.527 toneladas de combustíveis fósseis e evitando 9.194 toneladas de emissão de CO2 na atmosfera.

A promoção ativa e contínua do produto Crédito BAI Mulher Empreendedora, lançado em outubro de 2023, demonstra claramente, o compromisso assumido pelo BAICV no pilar da sustentabilidade social. O produto tem como maior propósito incentivar as nossas mulheres, a empreender no sector formal, considerando o seu papel preponderante na história económica do país.

No pilar da governança, o Banco BAI Cabo Verde é uma instituição com paridade de género e que aposta nos jovens quadros do país. Composto por 51% de quadros femininos, uma média da faixa etária dos colaboradores de 39 anos e 91% de quadros licenciados, o Capital Humano é um pilar estratégico do Banco BAICV.

Em 2024 implementaram-se iniciativas para a melhoria do modelo de gestão de avaliação de desempenho, bem como o plano de carreiras e remuneração, para além de um conjunto de ações voltadas para o endomarketing com a contínua implementação de programas de manutenção, equilíbrio e bem-estar, assim como a disponibilização de programa de seguro de saúde, com foco em “transformar o BAICV na melhor instituição para se trabalhar”.

O foco do Banco nos temas de controlo, nas suas várias vertentes, auditoria, risco, compliance, segurança, bem como a aposta no capital humano no seu todo, é evidente no reforço das equipas, sistemas e formação a todos os colaboradores.

12. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

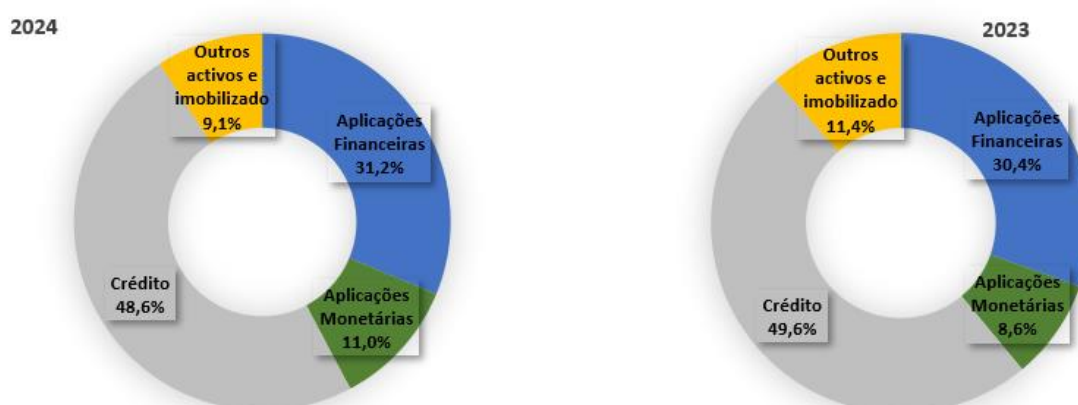
O balanço total do BAICV atingiu, em 2024, um montante de 36.177.696 milhares de escudos, superior em 6.653.184 milhares de escudos (22,5%) face ao nível atingido no final do ano anterior.

O crescimento do Balanço derivou-se do aumento na carteira de Passivos em 6.194.699 milhares de escudos (23,3%), essencialmente por via do aumento das captações de Recursos de clientes em 5.630.269 milhares de escudos (29,3%), tanto a nível dos depósitos a ordem, como dos depósitos a prazo.

O aumento na origem de financiamento proporcionou o aumento do ativo, essencialmente a nível dos Créditos Líquidos que evoluiu para 17.582.985 milhares de escudos, 20,1% acima do ano anterior, mas também pelas Aplicações em Instituições de Crédito que cresceram em 2.607.459 milhares de escudos (102,3%) e Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, em 1.442.790 milhares (72,4%), não obstante a redução na rubrica de Títulos de Dívida, em 719.571 milhares CVE (-11,5%).

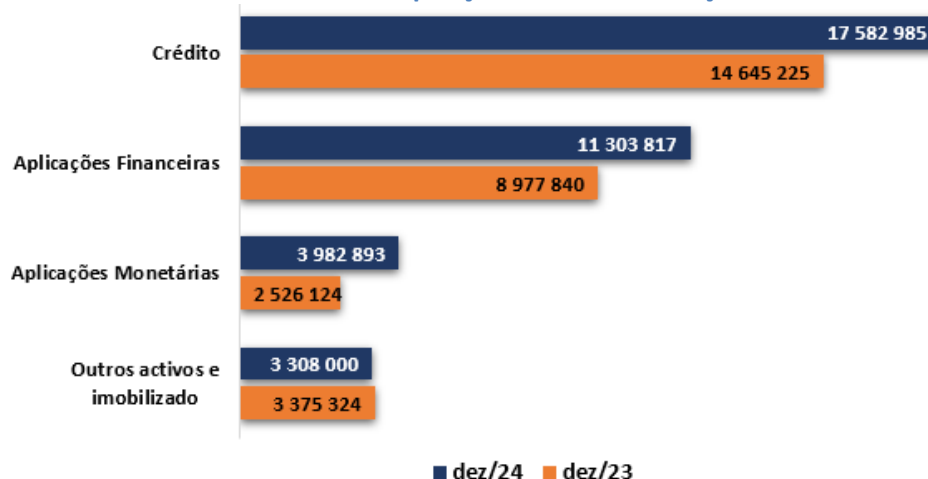
As evoluções ocorridas nas rubricas do balanço alteraram a composição das rubricas dos ativos e passivos financeiros, mas mantendo a sua relevância significativa no balanço do Banco, com um peso relativo na sua composição, no final de 2024, de 90,9% (2023: 88,6%), no caso dos ativos financeiros e 87,5% (2023: 86,6%), no caso dos passivos financeiros.

Gráfico 10 – Composição do Ativo



Os elementos que compõem a carteira de ativos remunerados do Banco registaram um crescimento durante o período de 22,3%, nomeadamente a nível da carteira de Crédito líquido em 20,1%, das Aplicações financeiras em 25,9% (inclui os Ativos financeiros através de outro rendimento integral, os Títulos de dívida e as Aplicações em instituições de crédito). Por seu turno, as Aplicações monetárias, que se traduzem em ativos não remunerados (Caixa e Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito) cresceram 57,7%.

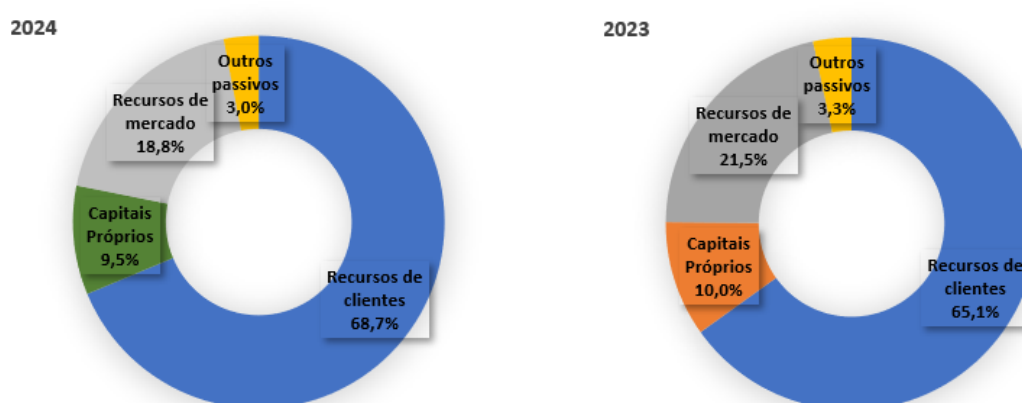
Gráfico 11 - Composição do Ativo - Evolução



O passivo do Banco é constituído, na sua larga maioria, por recursos de clientes (depósitos à ordem e depósitos a prazo), representando cerca de 68,7% do ativo total, proporção superior à verificada em 2023 (65,1%), dada a evolução verificada em 29,3%.

Os recursos de clientes, atingiram, assim, o montante global de 24.852.322 milhares de escudos, face aos 19.222.052 milhares de escudos no final do período homólogo.

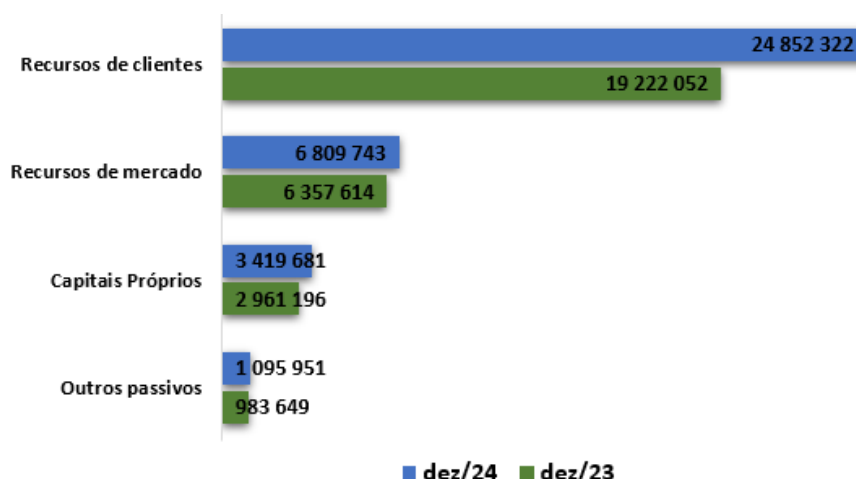
Gráfico 12 – Estrutura de Financiamento



Contudo, os recursos de mercado, constituídos por depósitos de outras instituições financeiras e de bancos centrais reduziram a sua representatividade, passando a ter um score de 18,8% do total do passivo, quando no final de 2023 representavam 21,5%. Em termos absolutos, os Recursos desses clientes institucionais atingiram, no final de 2024, o valor de 6.809.743 milhares de escudos (2023: 6.357.614 milhares de escudos).

No que respeita aos recursos próprios, refira-se que, no final de 2024, o Banco apresentava uma situação líquida de 3.419.681 milhares de escudos, o equivalente a 9,5% da estrutura de financiamento de 36.177.696 milhares de escudos (2023: 10,0%).

Gráfico 13 - Estrutura de Financiamento - Evolução



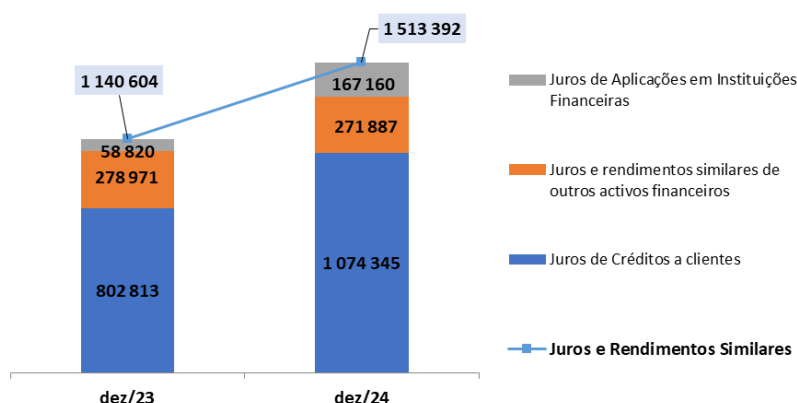
B. Elementos da Demonstração de Resultados

O nível de aplicações e estrutura de financiamento proporcionaram aumento no produto bancário do Banco. A Margem Financeira evoluiu favoravelmente em mais 293.827 milhares de escudos, 33,7% face ao período homólogo com crescimentos nos juros recebidos de 1.140.604 milhares de escudos para 1.513.392 milhares de escudos, cerca de mais 372.788 milhares, 32,7% acima do período homólogo. Por seu turno, nos juros e custos equiparadas o crescimento foi de mais 78.961 milhares de escudos, crescimento relativo de 29,5%, estabelecendo-se nos 346.637 milhares de escudos em dezembro de 2024.

O aumento nos juros e proveitos equiparados deriva essencialmente do crescimento nos juros de créditos a clientes em 271.533 milhares de escudos (incluindo os juros da carteira de créditos vencidos), 33,8%, atingindo o montante de 1.074.345 milhares de escudos, pelo efeito volume da carteira de crédito, que passou de 15.252.255 milhares de escudos para 18.201.634 milhares de escudos, em termos brutos, no período homólogo (+19,3%).

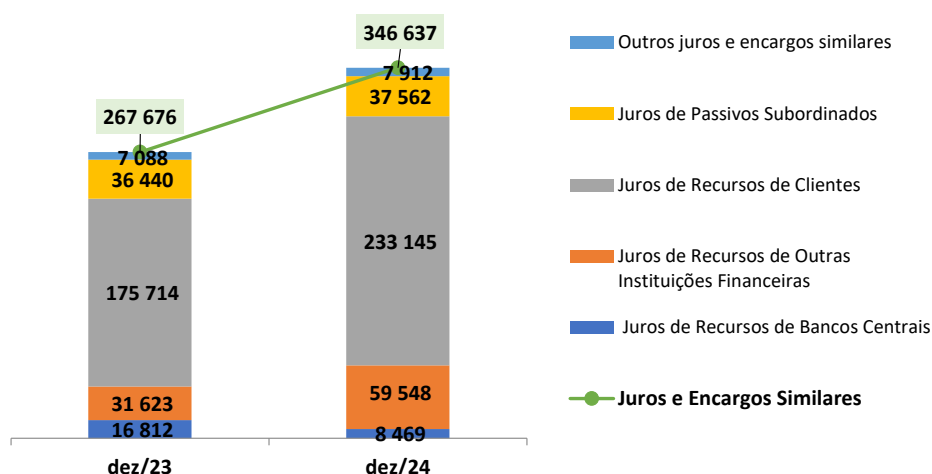
No âmbito do Plano Estratégico 2022-2027, na linha de ação de dinamização de investimentos de carteira própria do Banco, o Banco ampliou as suas aplicações em instituições de crédito. Com efeito, os níveis de aplicações ascenderam a 5.156.287 milhares de escudos face aos 2.548.828 milhares de escudos no período homólogo. Neste sentido, os juros aumentaram em mais 108.340 milhares de escudos, 184,2%. Não obstante, os juros dos títulos de dívida pública tornaram-se menos expressivos no período, reduzindo em 7.085 milhares de escudos, -2,5%, com a maturação dos títulos e redução de investimentos nos títulos nacionais, dado à redução das taxas de juro.

Gráfico 14 – Juros e rendimentos similares



Nos juros e custos equiparados o crescimento deveu-se ao aumento dos juros de recursos de clientes em mais 57.432 milhares de escudos, 32,7%, dado o efeito volume do aumento da carteira de depósitos a prazo em mais 2.994.656 milhares de escudos, 28,8%, mas também derivado do aumento dos juros de recursos de outras instituições de crédito em mais 27.926 milhares de escudos, 88,3%, influenciado pelo aumento, durante o ano, do nível médio da taxa juro ponderada das tomadas de fundos. Contudo, verificaram-se reduções nos juros de Recursos de bancos centrais em 8.342 milhares de escudos, -49,6%.

Gráfico 15 – Juros e encargos similares



A margem complementar ascendeu a 296.075 milhares de escudos, tendo crescido em 157.778 milhares de escudos (114,1%) face ao período homólogo. O crescimento da margem complementar deriva essencialmente (i) do recebimento de dividendos em 53.434 milhares de escudos, pelas participações financeiras na Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (SISP) e na Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), (ii) do aumento das comissões líquidas em 44.189 milhares de escudos (35,5%) em decorrência tanto do aumento nos rendimentos com serviços e comissões em 71.640 milhares de escudos (39,0%) e do aumento dos encargos com

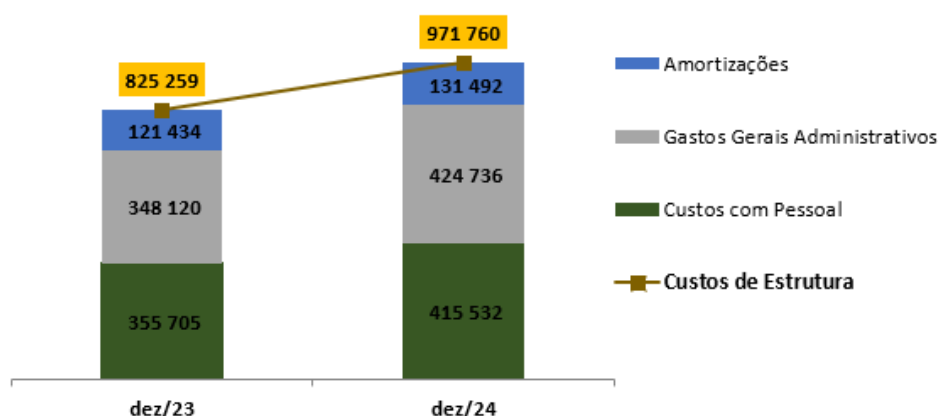
comissões em 27.451 milhares de escudos (46,4%), (iii) do aumento nos resultados da carteira de Títulos de dívida em 17.921 milhares de escudos (178,9%) e (iv) do aumento de Outros resultados de exploração em 40.361 milhares de escudos, pelo aumento dos rendimentos de propriedades de investimento e de outros ganhos e rendimentos operacionais.

Em relação aos Custos de Estrutura, os custos com o Pessoal registaram um aumento de 59.827 milhares de escudos (16,8%), que decorre do aumento do número de colaboradores (+12), do aumento salarial, das progressões na carreira, do pagamento de prémios de desempenho e pelo efeito da reestruturação orgânica efetuada no ano anterior.

Nos Gastos Gerais Administrativos verificou-se aumento face ao período homólogo de 76.616 milhares de escudos (22,0%), essencialmente por via (i) do aumento dos encargos com Formação de pessoal em 11.439 milhares de escudos (542,4%), (ii) do aumento dos encargos com Serviços especializados em 22.175 milhares de escudos (10,4%) e (iii) do aumento dos encargos com Outros serviços de terceiros em 10.255 milhares de escudos (66,3%).

As amortizações do exercício aumentaram em 10.058 milhares de escudos, representando um crescimento de 8,3% face ao período homólogo.

Gráfico 16 – Custos de estrutura



As imparidades do exercício ascenderam a 96.049 milhares de escudos, tendo aumento em 30.917 milhares de escudos (47,5%) face ao período homólogo pelo efeito combinado de (i) aumento nas imparidades para Crédito a clientes em 4.493 milhares de escudos (9,0%), (ii) redução nas imparidades para Títulos de dívida em 2.626 milhares de escudos (-35,2%) e, (iii) aumento das imparidades para outros ativos em 29.049 milhares de escudos (373,4%).

As provisões do exercício, referentes a responsabilidades extrapatrimoniais, reduziram em 3.327 milhares de escudos (-61,8%) face ao período homólogo.

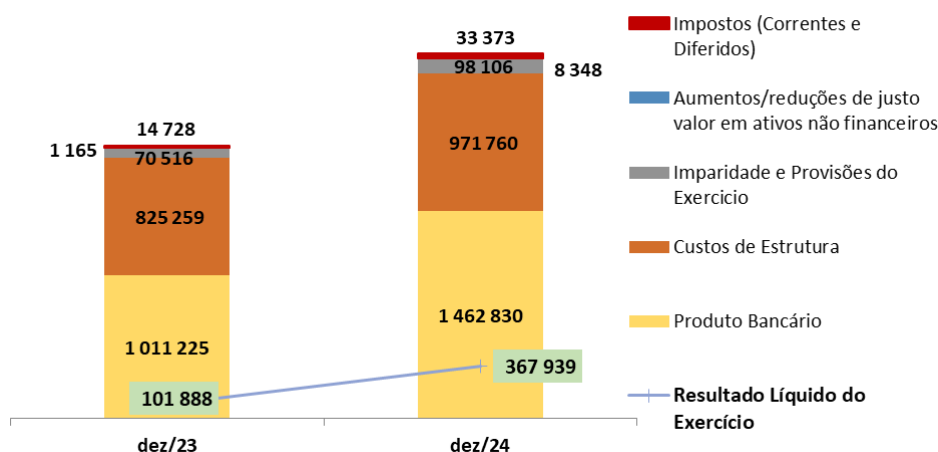
Relativamente a rubrica de Aumentos/reduções de justo valor em ativos não financeiros, relacionados com as Propriedades de investimento, verificou-se um aumento dos ganhos não realizados em 7.183 milhares de escudos (616,5%), face ao período homólogo.

Aumento dos encargos com impostos em 18.646 milhares de escudos (126,6%), resultante de um aumento dos encargos com impostos correntes, que inclui o IRPC e as tributações autónomas, em 31.921 milhares de escudos, conjugado com uma variação positiva nos impostos diferidos de 13.276 milhares de escudos.

Em termos globais o banco registou de Imparidades de crédito acumuladas um montante de 618.649 milhares de escudos que compara com os 607.031 milhares de escudos registados em 2023, representando 3,4% da carteira total, um aumento de 11.619 milhares de escudos, representando 1,9%.

Em consequência, o Resultado Líquido do exercício ascendeu a 367.939 milhares de escudos, acima do período homólogo em 266.051 milhares de escudos (261,1%).

Gráfico 17 – Resultados



C. Indicadores Económicos e Financeiros

Os indicadores de desempenho económico e financeiro possibilitam a compreensão e monitorização da atividade do Banco relacionados com a avaliação da rentabilidade, da eficiência, da qualidade do ativo e funding.

Em termos de rentabilidade realçam-se os seguintes indicadores:

- Rentabilidade dos capitais próprios (ROAE) com evolução positiva, atingindo os 11,5% face aos 3,5% registados no período anterior, por via do aumento do Resultado Líquido que cresceu em 266.051 milhares de escudos (261,1%). A rentabilidade dos ativos (ROAA) passou para 1,1%, face aos 0,4% do período anterior, demonstrando o aumento da capacidade do Banco em gerar resultados, dado os ativos disponíveis.

Quadro 14 - Indicadores de rentabilidade

Indicadores de rentabilidade	dez/24	dez/23	Variação	
			Abs.	%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	11,5%	3,5%	8,0%	230,4%
Rendibilidade do Ativo médio (ROAA)	1,1%	0,4%	0,8%	217,3%

A nível da eficiência, realça-se:

- O *cost-to-income* que se estabeleceu nos 66,4%, uma melhoria de 15,2 p.p. face ao período homólogo, beneficiando de um aumento do Produto Bancário em 451.605 milhares de escudos (44,7%) face a um aumento nos Custos de Estrutura de 146.501 milhares de escudos (17,8%).
- Evolução positiva no rácio do número de clientes por empregado, passando de 341 em 2023 para 361 em 2024, uma vez que o número de clientes aumentou em 14,4% e o quadro do Pessoal cresceu para os 164 (+12) colaboradores.
- A produtividade média por agência atingiu os 3.857.755 milhares de escudos, aumentando em mais 471.027 milhares de escudos (+13,9%). Em sentido contrário, o rácio do Ativo líquido sobre o número de empregados aumentou para 220.596 milhares de escudos, superior em 13,6% face a 2023.
- O peso dos custos de estrutura no balanço do Banco reduziu em 3,9% face ao ano de 2023.

Quadro 15- Indicadores de eficiência

Milhares CVE

Indicadores de Eficiência	dez/24	dez/23	Variação	
			Abs.	%
Cost to income ratio	66,4%	81,6%	-15,2%	-18,6%
Número de clientes por empregado	361	341	20	6,0%
(Crédito+Depósitos)/Nº Agências	3 857 755	3 386 728	471 027	13,9%
(Créditos+Depósitos)/Nº empregados	258 752	222 811	35 941	16,1%
Ativo Líquido / Número de empregados	220 596	194 240	26 355	13,6%
Custos de Estrutura / Ativo Líquido	2,7%	2,8%	-0,1%	-3,9%

A nível de gestão de fundos e da qualidade de crédito:

- A Carteira de depósitos representou 68,7% do total de ativo, acima do registado no período homólogo, acompanhado de um aumento na concentração, sendo que 55,5% da carteira de depósitos estão concentrados nos 20 maiores depositantes, superior ao peso de 50,4% registado no ano de 2023.
- Redução no Rácio do crédito vencido (atraso superior a 30 dias), que atingiu os 4,2% contra 5,0% de 2023, registando uma diminuição em 0,7 p.p., bem como no Rácio de crédito em incumprimento (atraso superior a 90 dias) que atingiu os 4,0%, face aos 4,8% de 2023. O rácio de cobertura do crédito total por imparidades diminui ligeiramente em 0,6 p.p., contudo, a cobertura créditos vencidos (atraso superior a 30 dias) por imparidades manteve-se igual ao do exercício anterior (80,4%), tendo o rácio de cobertura dos créditos em incumprimento (atraso superior a 90 dias) por imparidades aumentado de 83,5% para 84,1%.

- A taxa de transformação situou-se nos 70,7%, tendo reduzido em 5,4 p.p. face ao período homólogo, derivado do crescimento da captação de recursos de clientes (29,3%) superior ao da carteira de crédito (20,1%).

Quadro 16- Indicadores de Funding e Qualidade de ativos

Indicadores de <i>Funding</i> e Qualidade de ativos	dez/24	dez/23	Variação	
			Abs.	%
Depósito Total / Ativo	68,7%	65,1%	3,6%	5,5%
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Dep	55,5%	50,4%	5,1%	10,0%
Crédito Vencido (+30 dias) / Crédito Total	4,2%	5,0%	-0,7%	-14,6%
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 195)	4,0%	4,8%	-0,8%	-16,0%
Imparidade / Total Crédito	3,4%	4,0%	-0,6%	-14,6%
Imparidade / Crédito e juros Vencido (+30 dias)	80,4%	80,4%	0,0%	0,0%
Taxa de Transformação (Crédito / Depósitos)	70,7%	76,2%	-5,4%	-7,1%

Os Fundos Próprios Regulamentares apresentaram um crescimento positivo face a dezembro de 2023 em 365.199 milhares de escudos (11,7%). Os Ativos Ponderados pelo Risco cresceram em 3.677.839 milhares de escudos (21,6%), dado essencialmente ao aumento na carteira de créditos verificado no período. Em consequência, o Rácio de solvabilidade estabeleceu-se nos 16,8% face aos 18,3% do período homólogo.

A Cobertura de Imobilizado, cujo limite mínimo regulamentar é de 100% e não pode ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou um grau de cobertura de 176,6% que compara com os 211,3% de 2023.

O Rácio Títulos de Dívida sobre os Depósitos de clientes, cujo limite é de 5%, registou 17,5%, abaixo dos 27,2% de 2023.

Quadro 17 - Indicadores prudenciais

Indicadores Prudenciais	dez/24	dez/23	Variação	
			Abs	%
Fundos Próprios Regulamentares	3 483 939	3 118 740	365 199	11,7%
Ativos Ponderados pelo Risco (APR)	20 696 056	17 018 217	3 677 839	21,6%
Rácio Global Solvabilidade (Limite 12%)	16,8%	18,3%	-1,49%	-8,1%
Cobertura Imobilizado (Limite 100%)	176,6%	211,3%	-34,73%	-16,4%
Rácio Títulos Dívida Pública / Depósitos Clientes (Limite 5%)	17,5%	27,2%	-9,7%	-35,6%

13. Plano Estratégico e de Negócio

Plano Estratégico 2022-2027

A estratégia de negócios do Banco a longo prazo (2022-2027) está estribada em 6 pilares essenciais, com o seguinte escopo:

- **Sustentabilidade do Modelo de Negócio**, implementando um modelo de relacionamento orientado para o cliente, incorporando as soluções comerciais que vão ao encontro às necessidades dos clientes em cada segmento, mas também na promoção de investimentos nos mercados financeiros, bem como o fortalecimento da capacidade de análise de projetos de investimentos;
- **Robustez Financeira**, com iniciativas para aumentar a solidez do Banco;
- **Transformação Digital**, criando modelos de negócios sustentáveis na área digital, bem como a otimização dos sistemas e tecnologias de informação e desenvolvimento de parcerias estratégicas;
- **Reforço da Gestão de Risco e Controlo Interno**; fortalecendo as funções de risco e de *Compliance*;
- **Desenvolvimento do Capital Humano**, com reforço da cultura organizacional e consolidação de um modelo de planeamento e gestão de carreiras e de avaliação de desempenho;
- **Reforço da Segurança de Informação**, orientada à gestão de risco e cultura de segurança de informação.



A execução destas iniciativas vai permitir ao BAICV alcançar em termos de objetivos do plano de negócio, eficiência, rentabilidade e dimensão.

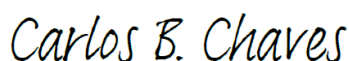
14. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde, S.A., enquanto responsáveis pela preparação, integridade e objetividade das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Rendimento integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas explicativas correspondentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2024, declaram a conformidade destas informações os quais traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Banco nessa data.

O Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os ativos do Banco estejam salvaguardados e que as respetivas operações e transações sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro em vigor.

Declaram, igualmente, que o relatório de gestão expõe de forma fiel a evolução dos negócios, que inclui as carteiras do ativo e do passivo, estando os principais riscos identificados e avaliados convenientemente segundo as normas IFRS 9 e IFRS 16, entre outras.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2025, e vão ser assinadas em seu nome por:



Carlos B. Chaves (4 de fevereiro de 2025 16:51 GMT-1)

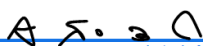
Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente do Conselho de Administração



Jorge Manuel da Silva e Almeida

Presidente da Comissão Executiva



Alexandre Augusto Borges Morgado (5 de fevereiro de 2025 00:15 GMT+1)

Alexandre Augusto Borges Morgado

Administrador Não Executivo



Manuel Pinto Frederico (4 de fevereiro de 2025 18:22 GMT-1)

Manuel Pinto Frederico

Administrador Não Executivo (independente)



Maria da Encarnação Alves da Silva Rocha

Administradora Não Executiva (independente)



Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva



David Luis Dupret Hopffer Almada

Administrador Executivo

15. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

No exercício de 2024, o Banco BAI Cabo verde, SA apurou um Resultado Líquido no montante de **CVE 367.939.199 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e noventa e nove escudos cabo-verdianos)**.

Cumprindo as disposições legais e estatutárias emanadas no artigo 26º do Estatuto do Banco, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de resultados:

		<i>CVE</i>
Proposta de aplicação dos resultados	%	Valor
Reserva Legal	10,0%	36 793 920
Reservas de Estabilização de dividendos	18,0%	66 229 056
Distribuição de Dividendos	20,0%	73 587 840
Reservas Livres	52,0%	191 328 384
Total	100,0%	367 939 199

16. Demonstrações Financeiras

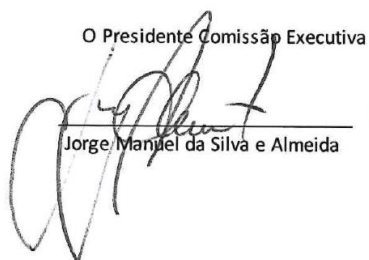
A. Demonstrações da posição Financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Banco BAI Cabo Verde, SA
Demonstrações da posição Financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Milhares CVE

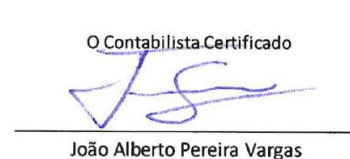
Rubricas	Notas	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
		dezembro 24			dezembro 23
Ativo					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	5	3 434 883	-	3 434 883	1 992 094
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	548 010	-	548 010	534 030
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7	597 133	0	597 133	159 044
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Títulos de dívida	8	5 629 825	79 427	5 550 398	6 269 969
Aplicações em instituições financeiras	9	5 156 287	-	5 156 287	2 548 828
Crédito a clientes	10	18 201 634	618 649	17 582 985	14 645 225
Ativos não correntes detidos para venda	11	56 297	503	55 794	168 490
Propriedades de investimento	12	655 087	-	655 087	726 449
Outros ativos tangíveis	13	2 193 867	881 520	1 312 347	1 313 897
Outros ativos intangíveis	13	421 307	256 918	164 389	189 392
Ativos por impostos correntes	14	3 058	-	3 058	6 115
Ativos por impostos diferidos	14	57 755	-	57 755	44 686
Outros Ativos	15	1 164 295	104 724	1 059 571	926 295
Total do ativo		38 119 438	1 941 742	36 177 696	29 524 512
Passivo					
Recursos de bancos centrais	16	1 159 879		1 159 879	1 151 298
Recursos de outras instituições financeiras	17	5 649 864		5 649 864	5 206 317
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	24 852 322		24 852 322	19 222 053
Provisões		4 223		4 223	2 166
Passivos por impostos correntes	19	36 477		36 477	2 203
Passivos por impostos diferidos	14	34 587		34 587	
Outros passivos subordinados	20	656 085		656 085	649 415
Outros passivos	15	364 579		364 579	329 865
Total do passivo		32 758 015	-	32 758 015	26 563 316
Capital					
Capital	21	2 092 385		2 092 385	2 092 385
Prémios de emissão	22	8 750		8 750	8 750
Outros instrumentos de capital	23	530 124		530 124	530 124
Outro rendimento integral acumulado	7	121 105		121 105	(7)
(acções próprias)	24	(20 000)		(20 000)	(20 000)
Outras reservas e resultados transitados	25	319 378		319 378	248 056
Resultado do exercício				367 939	101 888
Total do capital próprio				3 419 681	2 961 196
Total do passivo e do capital próprio				36 177 696	29 524 512

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente Comissão Executiva

Jorge Manuel da Silva e Almeida

O Administrador Executivo

David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista Certificado

João Alberto Pereira Vargas

B. Demonstrações de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Banco BAI Cabo Verde, SA

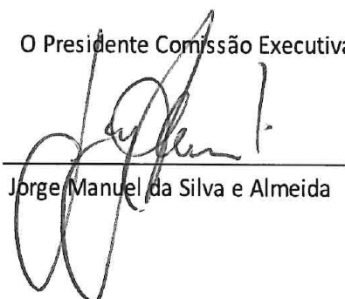
Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Milhares CVE

RUBRICAS	Notas	dezembro 24	dezembro 23
Juros e rendimentos similares	26	1 513 392	1 140 604
Juros e encargos similares	26	(346 637)	(267 676)
MARGEM FINANCEIRA		1 166 755	872 928
Rendimentos de instrumentos de capital	23	53 434	13
Rendimentos com serviços e comissões	27	255 278	183 639
Encargos com serviços e comissões	27	(86 621)	(59 169)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28	-	(2 377)
Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado	29	27 996	10 074
Resultados de reavaliação cambial	30	1 668	3 299
Resultados de alienação de outros ativos	31	48	(1 141)
Outros resultados de exploração	32	44 272	3 958
PRODUTO BANCÁRIO		1 462 830	1 011 225
Custos com pessoal	33	(415 532)	(355 705)
Gastos gerais administrativos	34	(424 736)	(348 120)
Depreciações e amortizações	13	(131 492)	(121 434)
Provisões líquidas de reposições e anulações	19	(2 057)	(5 384)
Imparidade de crédito, líquida de reversões e recuperações	10	(54 383)	(49 890)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, líquida de reversões e recuperações	8	(4 836)	(7 461)
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	11, 15	(36 830)	(7 781)
Aumentos/reduções de justo valor em ativos não financeiros	12	8 348	1 165
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		401 313	116 615
Impostos sobre os resultados			
Impostos Correntes	35	(44 870)	(12 948)
Impostos Diferidos	14	11 496	(1 780)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		367 939	101 888

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente Comissão Executiva



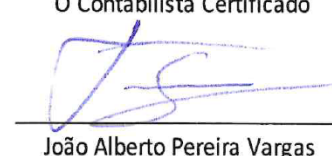
Jorge Manuel da Silva e Almeida

O Administrador Executivo



David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista Certificado



João Alberto Pereira Vargas

C. Demonstração de Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

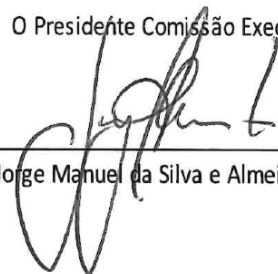
Banco BAI Cabo Verde, SA Demonstrações do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Milhares CVE

RUBRICAS	Notas	dezembro 24	dezembro 23
Resultado do exercício		367 939	101 888
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7	154 118	-
Impacto fiscal	7	(33 014)	-
Rendimento Integral		489 044	101 888

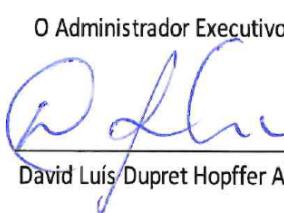
As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente Comissão Executiva



Jorge Manuel da Silva e Almeida

O Administrador Executivo



David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista certificado



João Alberto Pereira Vargas

D. Demonstrações de Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Banco BAI Cabo Verde, SA

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Milhares CVE

	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		2 092 385	8 750	530 124	-20 000	-7	207 492	57 949	2 876 693
Resultado líquido do exercício								101 888	101 888
Dividendos distribuídos							(17 385)		(17 385)
Resultados transitados	25						57 949	(57 949)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		2 092 385	8 750	530 124	-20 000	-7	248 056	101 888	2 961 196
Outros movimentos									-
Dividendos distribuídos							(30 566)		(30 566)
Resultados transitados	25						101 888	(101 888)	-
Rendimento integral do exercício	7								
Variação de justo valor líquido de impostos						121 112			121 112
Resultado líquido do exercício								367 939	367 939
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2 092 385	8 750	530 124	-20 000	121 105	319 378	367 939	3 419 681

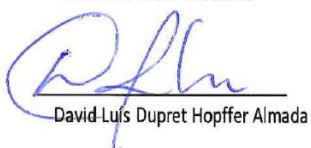
As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente Comissão Executiva



Jorge Manuel da Silva e Almeida

O Administrador Executivo



David Luis Dupret Hopffer Almada

O Contabilista certificado



João Alberto Pereira Vargas

E. Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

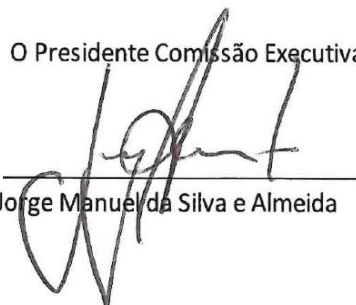
Banco BAI Cabo Verde, SA Demonstrações dos Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Milhares CVE

RUBRICAS	Notas	dezembro 24	dezembro 23
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		1 800 927	1 371 467
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(345 861)	(180 849)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais		44 320	(27 403)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(836 498)	(678 527)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		(7 538)	(12 418)
Fluxo de caixa proveniente do resultado operacional antes da variação dos activos e passivos operacionais		655 349	472 269
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais			
Títulos de dívida		677 197	733 317
Aplicações em instituições de crédito		(2 599 255)	(515 722)
Créditos sobre clientes		(2 836 957)	(3 305 304)
Outros activos		(97 005)	(108 497)
Aumentos / (Diminuições) de passivos operacionais			
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito		426 618	(1 060 501)
Recursos de clientes e outros empréstimos		5 620 004	2 141 273
Outros passivos		10 293	(3 376)
Caixa líquida das actividades operacionais		1 200 894	(2 118 810)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de activos intangíveis		(16 811)	(9 937)
Aquisição de activos tangíveis		(86 192)	(172 952)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		(283 964)	(158 700)
Dividendos recebidos		53 431	
Caixa líquida das actividades de investimento		(333 535)	(341 589)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros e gastos similares		(21 520)	(37 074)
Dividendos distribuídos		(30 566)	(17 385)
Pagamentos de passivos de locação		(15 519)	(17 256)
Caixa líquida das actividades de financiamento		(67 606)	(71 715)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5,6	2 526 124	4 582 823
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes		1 668	3 144
Variação líquido de Caixa e equivalentes de caixa		1 455 102	(2 059 844)
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		3 982 893	2 526 124

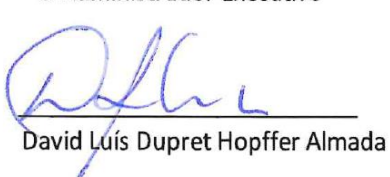
As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente Comissão Executiva



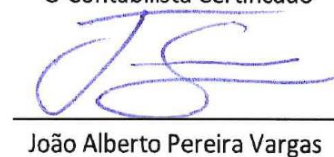
Jorge Manuel da Silva e Almeida

O Administrador Executivo



David Luís Dupret Hopffer Almada

O Contabilista Certificado



João Alberto Pereira Vargas

17. Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em mCVE)

NOTA 1 - NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco BAI Cabo Verde, S.A. (BAICV ou Banco) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua atividade em 21 de outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício BAI Center, Avenida Cidade de Lisboa, Chã D'Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de mCVE 2.092.385 (dois mil e noventa e dois milhões, trezentos oitenta e cinco milhares de escudos cabo-verdianos), totalmente realizado, o Banco tem como principais acionistas o Banco Angolano de Investimentos, S.A. e a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de atividade de banca de empresas, *Project finance*, banca de investimentos e *private banking*.

As Demonstrações Financeiras reportam-se ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mCVE).

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

2.1. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

Estas demonstrações financeiras reportam-se ao período findo a 31 de dezembro de 2024 e, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras refletem o resultado da operação do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Estas demonstrações financeiras e as notas anexas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco a 03 de fevereiro de 2025 e serão submetidas para aprovação da Assembleia-Geral que tem o poder de as alterar. No entanto é convicção do Conselho de Administração do Banco que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas. Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade

poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas na Nota 2.20.

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023, exceto para a adoção de novas normas aplicáveis em ou após 1 de janeiro de 2024:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IAS 1 - Classificação de passivos como correntes e não correntes e Passivos não correntes com <i>covenants</i>	Estas alterações clarificam as orientações existentes na IAS 1 relativas à classificação de passivos financeiros entre corrente e não corrente, esclarecendo que a classificação deverá ser aferida em função do direito que uma entidade tenha de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. Em particular, as alterações (i) clarificam o conceito de ‘liquidação’ indicando que se o direito de uma entidade adiar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de <i>covenants</i> futuros, a entidade tem o direito de adiar a liquidação do passivo mesmo que não cumpra com esses <i>covenants</i> no final do período de relato; e (ii) esclarecem que a classificação dos passivos não é afetada pela expectativa da entidade (tendo por base a existência ou não do direito, devendo desconsiderar qualquer probabilidade de exercer ou não tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um <i>covenant</i>. Se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
Alterações à IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores	Estas alterações à IAS 7 <i>Demonstração de Fluxos de Caixa</i> e à IFRS 7 <i>Instrumentos Financeiros: Divulgações</i> visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores, e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam. Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	Esta alteração à IFRS 16 <i>Locações</i> introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale & leaseback”) que qualificam como uma “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Na mensuração subsequentemente do passivo de locação, o vendedor-locatário deverá determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do BAICV.

As seguintes normas (novas e alterações) foram emitidas pelo IASB com aplicação efetiva em exercícios económicos futuros:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	1-jan-2025	Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período. A alteração específica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um

		mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução. Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento. As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverão ser divulgados os requisitos de transição aplicados.
--	--	---

O Banco não adotou antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que ainda não esteja em vigor. É convicção do Conselho de Administração que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

As políticas contabilísticas materiais, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.2.1. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS

O Banco classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (aplicações em instituições de crédito, títulos de dívida e crédito a clientes);
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os requisitos de classificação para instrumentos de dívida e de capital são apresentados como se segue:

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspetiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- o modelo de negócios do Banco para a gestão de ativos financeiros; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

Com base nestes elementos, o Banco classifica os seus instrumentos de dívida, para efeitos da sua valorização, em uma das três categorias seguintes:

- Ativos financeiros ao custo amortizado, quando são cumpridas as duas condições seguintes:
 - é gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
 - as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, quando são cumpridas as duas condições seguintes:
 - é gerida como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
 - as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, sempre que devido ao modelo de negócio do Banco ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores.

São igualmente incluídos nesta carteira todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

1. sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo.
2. sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo.
3. sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como o Banco gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo do Banco é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos. Se nenhuma destas situações é aplicável (exemplo: os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os fatores considerados pelo Banco na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos incluem a experiência passada no que diz respeito à forma (i) como os fluxos de caixa são recebidos (ii) como o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração (iii) como os riscos são avaliados e geridos (iv) como os administradores são remunerados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação SPPI

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, o Banco avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste “*solely payments of principal and interest*”, “SPPI”). Nesta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratados introduzem exposição ao risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o instrumento financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste “SPPI”).

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), o Banco avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por

parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Instrumentos de capital

Instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspetiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor. Um exemplo de instrumentos de capital próprio são as ações ordinárias.

Os investimentos em instrumentos de capital são uma exceção aos critérios gerais de valorização descritos acima. Regra geral, o Banco exerce a opção de, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os investimentos em instrumentos de capital que não se classificam como detidos para negociação e que, no caso de não exercer a dita opção, se classificariam como ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados. As perdas de imparidade (e reversões de imparidade) não são registadas separadamente de outras alterações de justo valor.

2.2.2. CLASSIFICAÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i. Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria inclui os Recursos de bancos centrais, Recursos de outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes e outros empréstimos e Outros Passivos subordinados.

ii. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo, conforme nota 2.2.

iii. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros designados pelo Banco no seu reconhecimento inicial nesta categoria desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

2.2.3. RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO INICIAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que o Banco se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a entidade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, inputs de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda; e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser:
 - i.amortizada ao longo da vida do instrumento;
 - ii.diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado; ou
 - iii.reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

2.2.4. VALORIZAÇÃO SUBSEQUENTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justo valor através de resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.2.5. RECEITAS E DESPESAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i.Os juros são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- ii.As restantes alterações de valor serão reconhecidas em resultados como receita ou despesa quando o instrumento financeiro for desreconhecido do balanço na rubrica “Resultados de investimentos ao custo amortizado”, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas por imparidade ou ganhos por recuperação, as quais são registadas na rubrica de “Imparidade de créditos, líquida de reversões e recuperações”, no caso de crédito a clientes ou na rubrica “Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações” no caso de outros ativos.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. As variações no justo valor são registadas em resultados na rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.
- ii. Os juros relativos a instrumentos de dívida são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.
- iii. Os dividendos relativos a instrumentos de capital são registados em resultados na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”.

As receitas e despesas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros nas rubricas, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente. Para os juros o procedimento é igual ao dos ativos ao custo amortizado.
- ii. As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.
- iii. No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.
- iv. As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do período. Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

2.2.6. RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a IFRS 9, é expectável que as mudanças no modelo de negócio ocorram com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

2.2.7. JUSTO VALOR

Para apresentação do justo valor dos instrumentos financeiros, são classificados com base em uma hierarquia de técnicas de avaliação, conforme resumido a seguir:

- i. Instrumentos financeiros de nível 1 - aqueles em que os dados usados na avaliação são preços cotados não ajustados de mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais o Banco tem acesso na data de mensuração. O Banco considera os mercados como ativos apenas se houver atividades comerciais suficientes no que diz respeito ao volume e liquidez dos ativos ou passivos idênticos e quando houver preço vinculativo e exercível cotações disponíveis na data do balanço.
- ii. Instrumentos financeiros de nível 2 - aqueles onde os dados que são usados para avaliação e são significativos, são derivados de dados de mercado observáveis direta ou indiretamente disponíveis durante todo o período de vida do instrumento. Essas entradas incluem preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos, cotados, e preços para instrumentos idênticos em mercados inativos e insumos observáveis, exceto preços cotados, tais como taxas de juros e curvas de rendimento, volatilidades implícitas e spreads de crédito. Além disso, os ajustes podem ser necessários para a condição ou localização do ativo ou até que ponto se relaciona com os itens que

são comparáveis ao instrumento avaliado. No entanto, se esses ajustes forem baseados em entradas não observáveis que sejam significativos para toda a medição, o Banco classificará os instrumentos como Nível 3.

iii. Instrumentos financeiros de nível 3 - aqueles que incluem uma ou mais informações não observáveis que são significativas para a medição como um todo.

O Banco revê periodicamente suas técnicas de avaliação, incluindo as metodologias e o modelo adotando calibrações necessárias.

Os detalhes são apresentados na Nota 4 - Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros.

2.2.8. MODIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

Ocasionalmente o Banco renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a clientes. Nesta situação, o Banco avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Banco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes fatores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou “equity-based return”, que afete substancialmente o risco do crédito;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afete significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Banco desreconhece o ativo financeiro original e reconhece o novo ativo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efetiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Banco também avalia se o novo ativo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto do devedor não ter efetuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não resulta em desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efetiva original (ou taxa de juro efetiva ajustada para ativos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

Após a modificação, o Banco pode determinar que o risco de crédito melhorou significativamente e que os ativos passaram de *stage 3* para *stage 2* (ECL *Lifetime*) ou de *stage 2* para *stage 1* (ECL 12 meses). Sendo que esta situação apenas pode ocorrer quando o desempenho do ativo modificado estiver de acordo com os novos termos do contrato durante um período de seis meses consecutivos.

Adicionalmente, o Banco continua a monitorizar se houve um aumento significativo do risco de crédito destes ativos, aplicando modelos específicos para ativos modificados.

2.2.9. DESRECONHECIMENTO QUE NÃO RESULTE DE UMA MODIFICAÇÃO

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e o (i) Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo ou (ii) o Banco nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas

obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

O Banco participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se o Banco:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos; e
- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.

As garantias concedidas pelo Banco (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contração de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas, porque o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

2.2.10. POLÍTICA DE ABATES/DESRECONHECIMENTO

O Banco procede ao abate de ativos financeiros, em parte ou na sua totalidade, quando conclui não haver qualquer expectativa razoável de recebimento, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total. Os indicadores que demonstram não haver qualquer expectativa razoável de recebimento são (i) o encerramento de atividade e (ii) os casos em que a recuperação depende do recebimento de um colateral, mas em que o valor do colateral é tão reduzido que não existe uma expectativa razoável de recuperar o ativo na totalidade.

As regras implementadas para a seleção dos créditos que poderão ser alvo de abate ao ativo são as seguintes:

- Os créditos não podem ter uma garantia real associada;
- Os créditos têm de estar totalmente fechados (registados em crédito vencido na sua totalidade e sem dívida vincenda);
- Os créditos não podem ter a marca de créditos renegociados vencidos, ou estarem envolvidos no âmbito de um acordo de pagamento ativo.

2.2.11. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos sujeitos as avaliações de imparidade incluem os pertencentes à carteira de crédito a clientes, instrumentos de dívida e aplicações e depósitos em outras instituições de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Os itens extrapatrimoniais como as garantias financeiras e os compromissos de crédito não utilizados, são igualmente sujeitos a avaliação de imparidade.

A mensuração de imparidade a cada data de reporte é efetuada de acordo com o modelo de três estágios de perdas de crédito esperadas:

Stage 1 – A partir do reconhecimento inicial e até ao momento em que se verifique um aumento significativo de risco de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Stage 2 – Após o aumento significativo de risco de crédito face à data de reconhecimento inicial do ativo financeiro, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

Stage 3 – Para os ativos financeiros considerados em imparidade de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

As perdas por imparidade são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do incumprimento ao longo do horizonte relevante. Para os compromissos de crédito, as estimativas de perdas de crédito esperadas consideram uma parte do limite que é expectável ser utilizada no decorrer do período relevante. Para as garantias financeiras, as estimativas de perda de crédito são baseadas nos pagamentos expectáveis de acordo com o contrato de garantia.

Os aumentos e diminuições no montante de perdas de imparidade atribuíveis a aquisições e novas originações, desreconhecimento ou maturidade, e as remensurações devido a alterações na expectativa de perda ou a transferência entre estágios são reconhecidas em resultados.

As perdas por imparidade representam uma estimativa não enviesada das perdas de créditos esperadas nos ativos financeiros à data de balanço. É considerado julgamento na definição de pressupostos e estimativas no cálculo de imparidade, as quais podem resultar em alterações no montante de provisão para perdas por imparidade de período para período.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas têm por base um conjunto de possíveis resultados e consideram toda a informação razoável e suportável disponível incluindo a experiência histórica de perdas de crédito e expectativas sobre fluxos de caixa futuros. A mensuração de perdas de crédito esperadas é, primariamente, o produto da probabilidade de *default* (PD) do instrumento, *loss given default* (LGD) e a *exposure at default* (EAD) descontado para a data de reporte. A principal diferença entre as perdas de crédito esperadas no *stage 1* e *stage 2* é o horizonte de cálculo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas é obtida para cada exposição específica, sendo os parâmetros relevantes modelizados numa base coletiva considerando um nível de segmentação da carteira que reflita a forma como o Banco gere os seus riscos. As abordagens foram desenhadas para maximizar a utilização de informação disponível que seja fiável e suportável para cada segmento e que tenha uma natureza coletiva. As perdas de crédito esperadas são descontadas para a data de reporte usando a taxa de juro efetiva.

Avaliação de aumento significativo de risco de crédito (SICR)

A identificação do aumento significativo de risco de crédito requer julgamentos significativos. Os movimentos entre o *stage 1* e o *stage 2* tem por base, sempre que possível, a comparação do risco de crédito do instrumento à data de reporte com o risco de crédito no momento da origem. A avaliação é geralmente efetuada ao nível do instrumento podendo, no entanto, considerar informação ao nível do devedor.

Esta avaliação é efetuada a cada data de reporte tendo por base um conjunto de indicadores de natureza qualitativa e/ou de natureza quantitativa não-estatística. Os instrumentos que apresentem atraso superior a 30 dias são genericamente considerados como tendo verificado um aumento significativo de risco de crédito.

Definição de *default* (incumprimento) A definição de *default* foi desenvolvida tendo em consideração os processos de gestão de risco, nomeadamente na componente de recuperação de crédito, assim como as melhores práticas internacionais neste domínio. A definição de *default* pode diferir entre segmentos e considera quer fatores qualitativos quer fatores quantitativos. Os critérios de *default* são aplicados ao nível da operação nos clientes particulares e ao nível do devedor nos clientes empresa. O *default* ocorrerá quando se verificarem mais de 90 dias de atraso e/ou quando se considere menos provável que o devedor cumprirá com as suas obrigações de forma integral, por exemplo pela existência de capital abatido ou de múltiplas reestruturações de operações de crédito. A definição de *default* é aplicada de forma consistente de período para período.

Análise coletiva

Os empréstimos que são avaliados coletivamente são agrupados tendo por base características de risco semelhantes, tendo em conta o tipo de cliente, o setor, o tipo de produto, o colateral existente, o estado de atraso e outros fatores relevantes. A imparidade coletiva reflete: (i) o valor esperado de capital e juros que não será recuperado, e (ii) o impacto de atrasos na recuperação de capital e juros (valor temporal do dinheiro). Os parâmetros de risco apurados têm por base a experiência de perda histórica em operações comparáveis com

características similares de risco de crédito, ajustadas para a situação económica atual e as expectativas futuras. O valor temporal do dinheiro é incorporado diretamente no cálculo da imparidade de cada operação.

Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade.

O montante global de exposição de cada cliente/grupo económico não considera a aplicação de fatores de conversão para as exposições extrapatrimoniais.

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes fatores:

- i.a exposição total de cada cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- ii.a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- iii.a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- iv.o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- v.a existência de credores privilegiados;
- vi.o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- vii.a montante e os prazos de recuperação estimados; e
- viii.outros fatores.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

2.3. ATIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

a) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo

Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

b) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.4. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os dividendos (rendimento de instrumentos de capital) são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

2.5. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- i. Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- ii. Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e
- iii. Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período entre três (3) anos e dez (10) anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Edifícios	33 - 66
Obras em edifícios arrendados	10 - 20
Mobiliário e Material	8 - 16
Máquinas e Ferramentas	5 - 10
Equipamento Informático	3 - 6
Instalações Interiores	10
Material de Transporte	7
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Activos intangíveis	3 - 6

Os custos subsequentes com ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso. Na data do desreconhecimento de um ativo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica de Resultados de alienação de outros ativos.

2.8. LOCAÇÃO (IFRS 16)

A contabilização de um contrato de locação é efetuada pela aplicação da norma IFRS 16. Esta norma estabelece os requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- Na ótica do locador, as locações são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- Na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como gastos.

O Banco optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor.

Definição de locação

A nova definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período em troca de uma retribuição.

Na ótica do locatário

O BAICV reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do

custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);

(ii) um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:

(iii) pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;

(iv) pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;

(v) as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;

(vi) o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;

(vii) pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. Para os contratos com termo é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

(i) pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;

(ii) pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;

(iii) a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

(i) houver uma alteração do prazo da locação. ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;

(ii) houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);

(iii) um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

O BAICV não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Banco ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

O Banco apresenta os ativos sob direito de uso na rubrica de “outros ativos tangíveis” (nota 14), isto é, na mesma linha de itens em que apresenta os ativos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade.

Na ótica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores continuarão a classificar as locações como financeiras ou operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido na IAS 17.

2.9. IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS (IAS 36)

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de imposto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respetiva divulgação, em conformidade com os requisitos da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o BAI CV a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2.11. GARANTIAS FINANCEIRAS E DE PERFORMANCE

Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante da provisão para perdas determinada em conformidade com Nota 2.2.11, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida, a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

Garantias de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso a mesma não cumpra a obrigação contratual. As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando

da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

2.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto, sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objetivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.13. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica deve ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O ativo está disponível para venda imediata no seu estado atual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Nos casos em que o ativo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente que a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas ações necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o ativo continua a ser ativamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os ativos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos de venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

Para esta categoria de ativos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de dezembro.

2.14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Banco classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, com base em avaliações periódicas realizadas por avaliadores independentes especializados neste tipo de serviço. As propriedades de investimento não são objeto de amortização.

As transferências de e para a rubrica Propriedades de Investimento podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao uso do imóvel. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado para propriedades de investimento, o Banco regista esse ativo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento e ao justo valor subsequentemente, sendo a diferença de valorização apurada à data da

transferência reconhecida em reservas de reavaliação. Se um imóvel é transferido de ativos não correntes detidas para venda ou outros ativos para Propriedades de Investimento, qualquer diferença entre o justo valor do ativo nessa data e a quantia escriturada anterior é reconhecida como resultado do exercício.

2.15. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRPC, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

2.16. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado e caso não exista, ao valor nominal.

2.17. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.18. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” as disponibilidades em caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades em instituições de crédito.

2.19. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e

baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

a) JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, em conformidade com os princípios da IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa de justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes daquelas reportadas e resumidas na Nota 8.

b) PERDAS POR IMPARIDADES DE ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de 12 meses, para os ativos em estágio 1, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em estágio 2 e 3. Um ativo é classificado em estágio 2 sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

c) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras.

d) Perda dado o incumprimento:

Corresponde a uma estimativa de perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Banco espera receber, por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas notas 10 e 11, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

c) IMPOSTOS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre o rendimento, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício, conforme divulgado nas Notas 14 e 35.

É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 30 de junho de 2022.

d) VALORIZAÇÃO DE ATIVOS RECEBIDOS POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO E ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos recebidos por recuperação de crédito e os ativos não correntes detidas para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação. O justo valor é determinado tendo por base avaliações periódicas efetuadas por peritos externos registados na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários ("AGMVM"). Metodologias e pressupostos distintos teriam impacto na determinação do justo valor dos ativos, os quais são apresentados nas Notas 11, 12 e 15.

NOTA 3 – GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da atividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *Compliance*, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objetivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-ativa.

O risco de concentração dos ativos financeiros, visa fornecer transparência sobre a exposição a riscos que possam impactar a posição financeira. O Banco adota políticas de gestão de riscos para mitigar esse risco, incluindo a diversificação das carteiras de crédito e investimentos e o monitoramento contínuo da exposição a

setores e contrapartes. A concentração de ativos é controlada por limites internos, com foco em reduzir a dependência excessiva de uma única fonte de risco.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A atividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de ativos sujeitos a risco país; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo em (mCVE):

				31/dez/24
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Exposição bruta	Provisões e imparidade		Exposição líquida
Patrimoniais				
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 434 883	-		3 434 883
Disponibilidades em outras instituições de crédito	548 010	-		548 010
Ativos financeiros ao justo valor através de ORI	597 133	-		597 133
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	5 629 825	- 79 427		5 550 398
Aplicações em instituições de crédito	5 156 287	-		5 156 287
Créditos a Clientes	18 201 634	- 618 649		17 582 985
Outros ativos	383 886	-		383 886
Total Patrimoniais	33 951 659	- 698 076		33 253 582
Extra-Patrimoniais				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	1 633 984	- 4 223		1 629 761
Compromissos perante terceiros	2 161 124	-		2 161 124
Total Extra-Patrimoniais	3 795 109	- 4 223		3 790 885
Total	37 746 767	- 702 300		37 044 468

31/dez/23

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Exposição bruta	Provisões e imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1 992 093	-	1 992 093
Disponibilidades em outras instituições de crédito	534 030	-	534 030
Ativos financeiros ao justo valor através de ORI	159 044	-	159 044
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Títulos de dívida	6 351 358	81 390	6 269 969
Aplicações em instituições de crédito	2 548 828	-	2 548 828
Créditos a Clientes	15 252 255	607 031	14 645 225
Outros ativos	367 047	-	367 047
Total Patrimoniais	27 204 655	688 420	26 516 235
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	1 347 805	- 2 166	1 345 639
Compromissos perante terceiros	2 103 002	-	2 103 002
Total Extra-Patrimoniais	3 450 807	- 2 166	3 452 973
Total	30 655 462	686 254	29 969 208

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo da imparidade são apreciados pela Comissão Executiva.

A qualidade do crédito a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, resume-se (mCVE) em como se segue:

	31/dez/24		
	Empresas	Particulares	Total
Créditos normal e com imparidade coletiva	5 534 554	4 359 423	9 893 977
Créditos vencidos e com imparidade coletiva	156 535	123 307	279 842
Inferior a 30 dias	12 515	13 827	26 342
De 31 a 60 dias	3 633	21 486	25 118
De 61 a 90 dias	4 053	1 991	6 044
De 91 até 180 dias	13 796	2 649	16 445
De 181 a 365 dias	122 538	83 355	205 893
Créditos com imparidade individual	8 015 095	12 720	8 027 815
Normal	7 870 014	7 293	7 877 307
Inferior a 30 dias	5 589	-	5 589
De 181 a 365 dias	139 492	5 427	144 918
Total	13 706 185	4 495 450	18 201 634

	31/dez/23		
	Empresas	Particulares	Total
Créditos normal e com imparidade coletiva	8 073 595	3 246 679	11 320 274
Créditos vencidos e com imparidade coletiva	283 626	79 171	362 797
Inferior a 30 dias	25	2 328	2 353
De 31 a 60 dias	19 858	7 353	27 211
De 61 a 90 dias	1 477	199	1 676
De 91 até 180 dias	2 758	3 429	6 187
De 181 a 365 dias	259 508	65 862	325 371
Créditos com imparidade individual	3 559 643	9 541	3 569 184
Normal	3 176 292	4 034	3 180 326
De 91 até 180 dias	383 351	5 507	388 858
Total	11 916 864	3 335 391	15 252 255

A 31 de Dezembro de 2024, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 240 (131 em 31 de dezembro de 2023).

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

A 31 de Dezembro de 2024 a carteira do Banco apresentava 65 operações reestruturadas, as quais totalizavam 1.908.266 mCVE., das quais 33 operações no montante de 204.068 mCVE dizem respeito a alterações contratuais decorrentes do Covid-19, pelo que não foram consideradas reestruturações por dificuldades financeiras (não se encontram incluídas no mapa abaixo). Adicionalmente, as 20 operações apresentadas no mapa abaixo em Stage 1, resultaram de alterações contratuais negociadas por razões comerciais.

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada em 31 de dezembro de 2024:

(em milhares de CVE)

Medida							2024					
	Exposições com baixo risco de crédito			Exposições com aumento significativo do			Exposições em situação de			Total		
	Número	Exposição	Imparidade	Número de	Exposição	Imparidade	Número de	Exposição	Imparidade	Número de	Exposição	Imparidade
	de			operações			operações			operações		
operações												
Contratacao de Novo Credito	11	830 235	1 206	4	133 382 196	1 173	4	81 577	57 743	19	1 045 194	60 122
Prazo de Reembolso	-	-	-	2	7 647 681	12	-	-	-	2	7 648	12
Reducao da Taxa de Juros	7	99 462	90	-	-	-	1	458	198	8	99 920	288
Liquidação de Descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Periodo de Carencia	2	546 439	2 252	-	-	-	1	4 997	206	3	551 436	2 457
Total	20	1 476 136	3 548	6	141 029 877	1 186	6	87 032	58 146	32	1 704 198	62 880

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada em 31 de dezembro de 2023:

(em milhares de CVE)

Medida	2023											
	Exposições com baixo risco de crédito			Exposições com aumento significativo do			Exposições em situação de			Total		
	Número de	Exposição	Imparidade	Número de	Exposição	Imparidade	Número de	Exposição	Imparidade	Número de	Exposição	Imparidade
	operações			operações			operações			operações		
Contratacao de Novo Credito	-	-	-	19	475 965	7 098	18	164 849	88 117	37	640 813	95 215
Prazo de Reembolso	-	-	-	-	-	-	1	20 116	6 158	1	20 116	6 158
Reducao da Taxa de Juros	-	-	-	1	3 640	3	-	-	-	1	3 640	3
Liquidação de Descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Periodo de Carencia	-	-	-	2	32 630	47	2	6 559	574	4	39 190	621
Total	-	-	-	22	512 235	7 148	21	191 523	94 849	43	703 758	101 997

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de ativos financeiros ao justo valor, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de Ativos financeiros ao justo valor e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objeto de definição de: (mCVE)

- i) Limites pelo Órgão do Banco (Comité de Crédito e Investimento) competente para o efeito (por classes de ativos, qualidade de risco das entidades emittentes de dívida, mercados/regiões geográficas suscetíveis de investimento, níveis de stop loss na carteira de negociação, etc.);
- ii) Rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

	31/dez/24	31/dez/23
Ativos financeiros ao custo amortizado	5 550 398	6 269 968
Títulos de dívida	5 550 398	6 269 968
De dívida pública caboverdiana (Nota 8)	4 307 133	5 141 480
De emissores públicos estrangeiros (Nota 8)	1 243 265	1 128 488
Crédito a clientes	1 228 981	1 094 091
Títulos de dívida	1 228 981	1 094 091
De outros residentes (Nota 10)	1 228 981	1 094 091
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	597 133	159 044
Instrumentos de capital	597 133	159 044
De outros residentes (Nota 7)	596 838	158 748
De outros não residentes (Nota 7)	296	296
Total	7 376 512	7 523 103

Os valores apresentados no quadro acima são líquidos de imparidade.

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transação); alteração no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transação) decorrem, normalmente, da atividade de negociação da instituição, incluindo “*market making*” e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

Os contravalores, em milhares escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do ativo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, decompõem-se como segue:

	31/dez/24												
	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	JPY	BRL	CAD	NOK	DKK	ZAR	CNY	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	232 016	55 269	3 850	19 312	3 960	154	4	2 373	2 910	409	94	-	320 350
Disponibilidades em outras instituições de crédito	328 377	110 190	3 873	398	1 179	10	-	-	-	-	3	110	444 139
Ativos financeiros ao custo amortizado													
Títulos de dívida	120 456	1 154 732	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 275 189
Aplicações em instituições de crédito	4 480 848	675 438	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 156 287
Crédito a Clientes	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Total Activo	5 161 698	1 995 632	7 723	19 709	5 139	164	4	2 373	2 910	409	96	110	7 195 967
Recursos de Instituições Financeiras	4 229 688	976 930	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 206 617
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 298 926	934 683	7 605	3	-	-	-	-	-	-	-	-	5 241 217
Outros passivos subordinados	155 418	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	155 418
Total Passivo	8 684 032	1 911 612	7 605	3	-	-	-	-	-	-	-	-	10 603 252
Exposição líquida	-3 522 334	84 020	118	19 706	5 139	164	4	2 373	2 910	409	96	110	- 3 407 285

	31/dez/23												
	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	JPY		CAD	NOK	DKK	ZAR	CNY	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	259 592	46 334	5 677	10 836	2 896	19	4	2 129	1 828	158	89	-	329 562
Disponibilidades em outras instituições de crédito	224 754	214 737	13 230	18 428	426	11	-	-	-	-	3	106	471 695
Ativos financeiros ao custo amortizado													
Títulos de dívida	54 960	1 097 257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 152 217
Aplicações em instituições de crédito	1 902 793	399 595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 302 388
Crédito a Clientes	- 0	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total Activo	2 442 099	1 757 925	18 906	29 264	3 322	30	4	2 129	1 828	158	91	106	4 255 864
Recursos de Instituições Financeiras	4 167 775	1 008 820	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 176 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	928 850	677 303	7 262	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1 613 418
Outros passivos subordinados	148 749	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	148 749
Total Passivo	5 245 373	1 686 124	7 262	3	-	-	-	-	-	-	-	-	6 938 762
Exposição líquida	-2 803 274	71 801	11 645	29 260	3 322	30	4	2 129	1 828	158	91	106	- 2 682 898

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua atividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao CVE tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

A 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o prazo residual do balanço, que decorre até à próxima atualização ou vencimento de taxa de juro contratada, para cada uma das operações, se resume como segue:

31/dez/24

Instrumentos Financeiros	Até 1 Mês	1 a 3 Meses	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 5 Anos	+5 Anos	Insensível	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	3 434 883	3 434 883
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	548 010	548 010
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	597 133	597 133
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Títulos de dívida	119 257	242 269	534 415	268 437	3 805 477	595 138	14 596	5 550 398
Aplicações em instituições financeiras	1 717 225	2 885 265	357 254	196 543	-	-	-	5 156 287
Crédito a Clientes	82 961	206 039	404 952	1 046 539	4 576 380	11 277 288	11 174	17 582 985
Total Activos	1 919 443	3 333 573	1 296 621	1 511 518	8 381 857	11 872 426	4 554 257	32 869 696
Recursos de bancos centrais	-	-	-	1 141 000	-	-	18 879	1 159 879
Recursos de Instituições Financeiras	1 410 460	1 813 099	651 325	651 325	150 000	-	973 655	5 649 864
Recursos de Clientes	206 228	3 747 438	1 255 638	2 272 609	3 426 078	212 307	13 732 024	24 852 322
Outros passivos subordinados	-	-	500 000	-	-	131 466	24 618	656 085
Total Passivos	1 616 688	5 560 537	2 406 963	4 064 934	3 576 078	343 773	14 749 175	32 318 149
Gap de taxa de juro	302 755	-2 226 964	-1 110 342	-2 553 415	4 805 779	11 528 653		
Gap de taxa de juro acumulado	302 755	-1 924 209	-3 034 551	-5 587 966	-782 187	10 746 466		
Teste de Sensibilidade								
Variação das taxas	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%		
EAR	6 055	-44 539	-22 207	-51 068	96 116	230 573		
EAR acumulado	6 055	-38 484	-60 691	-111 759	-15 644	214 929		
Teste de Sensibilidade								
Variação das taxas	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%		
EAR	3 028	-19 242	-30 346	-55 880	-7 822	107 465		
EAR acumulado	3 028	-16 215	-46 560	-102 440	-110 262	-2 797		
Teste de Sensibilidade								
Variação das taxas	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%		
EAR	-1 514	11 135	5 552	12 767	-24 029	-57 643		
EAR acumulado	-1 514	9 621	15 173	27 940	3 911	-53 732		

31/dez/23

Instrumentos Financeiros	Até 1 Mês	1 a 3 Meses	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	2 a 5 Anos	+5 Anos	Insensível	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	1 992 093	1 992 093
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	534 030	534 030
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	159 044	159 044
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Títulos de dívida	-	216 947	139 188	800 314	3 698 254	1 429 542	14 276	6 269 969
Aplicações em instituições financeiras	1 011 829	1 060 146	427 246	49 607	-	-	-	2 548 828
Crédito a Clientes	88 294	115 593	124 683	1 343 625	3 501 461	9 503 230	31 661	14 645 225
Total Activos	1 100 123	1 392 687	691 116	2 193 545	7 199 715	10 932 772	2 639 230	26 149 188
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	1 141 000	-	10 298	1 151 298
Recursos de Instituições Financeiras	401 327	3 422 378	-	551 325	-	-	831 287	5 206 317
Recursos de Clientes	262 621	1 138 401	545 775	2 024 546	4 046 368	107 931	11 096 410	19 222 052
Outros passivos subordinados	-	-	-	500 000	-	131 466	17 949	649 415
Total Passivos	663 948	4 560 779	545 775	3 075 871	5 187 368	239 397	11 955 944	26 229 082
Gap de taxa de juro	436 175	-3 168 092	145 341	-882 326	2 012 348	10 693 374		
Gap de taxa de juro acumulado	436 175	-2 731 917	-2 586 576	-3 468 902	-1 456 555	9 236 819		
Teste de Sensibilidade								
Variação das taxas	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%		
EAR	8 723	-63 362	2 907	-17 647	40 247	213 867		
EAR acumulado	8 723	-54 638	-51 732	-69 378	-29 131	184 736		
Teste de Sensibilidade								
Variação das taxas	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%		
EAR	4 362	-31 681	1 453	-8 823	20 123	106 934		
EAR acumulado	4 362	-27 319	-25 866	-34 689	-14 566	92 368		
Teste de Sensibilidade								
Variação das taxas	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%	-0,50%		
EAR	-2 181	15 840	-727	4 412	-10 062	-53 467		
EAR acumulado	-2 181	13 660	12 933	17 345	7 283	-46 184		

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade de a instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu *gap* de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações ativas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos ativos e passivos financeiros pelos respetivos intervalos de maturidade relevantes, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

							31/dez/24
Instrumentos Financeiros	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	+5 Anos	Prazo indeterminado	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 434 883	-	-	-	-	-	3 434 883
Disponibilidades em outras instituições de crédito	548 010	-	-	-	-	-	548 010
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	597 133	597 133
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida	-	359 413	802 852	3 807 590	595 138	14 596	5 550 398
Aplicações em instituições financeiras	749 339	3 853 151	553 796	-	-	-	5 156 287
Crédito a clientes	38 636	250 364	1 451 491	4 576 380	11 277 288	11 174	17 582 985
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	55 794	55 794
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	655 087	655 087
Outros Ativos	-	-	-	-	-	1 059 571	1 059 571
Total Activos	4 770 869	4 462 928	2 808 139	8 383 971	11 872 426	2 341 815	34 640 147
Recursos de bancos centrais	-	-	1 141 000	18 879	-	-	1 159 879
Recursos de outras instituições financeiras	1 056 480	3 117 891	1 302 650	150 000	-	22 842	5 649 864
Recursos de clientes e outros empréstimos	13 544 997	3 907 720	3 528 247	3 426 078	212 307	232 973	24 852 322
Outros passivos subordinados	-	-	500 667	-	155 418	-	656 085
Outros passivos	-	266 426	-	-	-	98 153	364 579
Total Passivos	14 601 478	7 292 037	6 472 564	3 594 957	367 725	353 968	32 682 728
Outros compromissos fora de Balanço	-	-	3 795 109	-	-	-	3 795 109
Gap de Liquidez	- 9 830 609	- 2 829 109	- 7 459 533	4 789 014	11 504 701	1 987 847	
Gap de Liquidez acumulado	- 9 830 609	-12 659 718	-20 119 251	-15 330 237	- 3 825 536	-1 837 689	

							31/dez/23
Instrumentos Financeiros	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	+5 Anos	Prazo indeterminado	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 992 093	-	-	-	-	-	1 992 093
Disponibilidades em outras instituições de crédito	534 030	-	-	-	-	-	534 030
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	159 044	159 044
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida	-	216 947	939 502	3 698 254	1 429 542	14 276	6 269 969
Aplicações em instituições financeiras	551 325	1 520 651	476 852	-	-	-	2 548 828
Crédito a clientes	21 593	182 294	1 468 307	3 501 461	9 503 230	31 661	14 645 225
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	168 490	168 490
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	726 449	726 449
Outros Ativos	-	-	-	-	-	926 295	926 295
Total Activos	3 099 042	1 919 892	2 884 661	7 199 715	10 932 772	1 934 341	27 970 422
Recursos de bancos centrais	-	-	-	1 151 298	-	-	1 151 298
Recursos de outras instituições financeiras	1 028 275	3 620 804	551 325	-	-	5 913	5 206 317
Recursos de clientes e outros empréstimos	10 930 336	1 344 389	2 570 321	4 046 368	107 931	222 707	19 222 052
Outros passivos subordinados	-	-	-	500 667	148 749	-	649 415
Outros passivos	-	273 439	-	-	-	56 426	329 865
Total Passivos	11 958 611	5 238 632	3 121 646	5 698 332	256 680	285 046	26 558 947
Outros compromissos fora de Balanço	-	-	3 450 807	-	-	-	3 450 807
Gap de Liquidez	- 8 859 569	- 3 318 740	3 213 822	1 501 383	10 676 092	1 649 295	
Gap de Liquidez acumulado	- 8 859 569	-12 178 309	- 8 964 487	- 7 463 104	3 212 988	4 862 282	

Apesar do GAP negativo, existe a expectativa e tendo por base o comportamento histórico, da renovação de uma parte significativa dos passivos, nomeadamente os depósitos a ordem de clientes.

NOTA 4 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados ativos. Para instrumentos financeiros em que não existe mercado ativo, por falta de liquidez e ausência de transações regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor.

No decorrer dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve qualquer transferência de ativos e passivos financeiros entre hierarquias de justo valor.

Instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e respetivos métodos de valorização em (mCVE):

31/dez/24				
	Valorizados ao Justo Valor			Justo Valor
	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativos Financeiros ao justo valor através ORI	445 434	0	151 699	597 133
Instrumentos de capital próprio	445 434		151 699	597 133
Ativos financeiros	445 434	0	151 699	597 133

31/dez/23				
	Valorizados ao Justo Valor			Justo Valor
	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativos Financeiros ao justo valor através ORI	-	-	159 044	159 044
Instrumentos de capital próprio	-	-	159 044	159 044
Ativos financeiros	-	-	159 044	159 044
Derivados de cobertura	0	-	-	0
Passivos financeiros	-	-	-	0

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos.

- Valores de mercado ou cotação (Nível 1): nesta coluna são incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado ativo;

- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com base em variáveis observáveis do mercado;

Durante o exercício, o Banco não utilizou dados observáveis de mercado de Nível 2 para a mensuração do valor justo de seus ativos e passivos financeiros. A razão para não utilizar o Nível 2 se deve ao fato de que:

- Não existem ativos ou passivos semelhantes com cotações de mercado observáveis que pudessem ser utilizados para determinar o valor justo.
- A empresa não obteve dados observáveis no mercado para transações comparáveis que pudessem ser aplicados diretamente aos ativos ou passivos em questão.

- Outras (Nível 3): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com recurso a variáveis não observáveis em mercado.

O Banco utilizou nível 3: Para ativos e passivos financeiros que não são cotados em mercados ativos e para os quais não existem parâmetros de mercado diretamente observáveis. A mensuração no Nível 3 foi baseada em modelos internos, utilizando entradas não observáveis, como projeções de fluxo de caixa e taxas de desconto internas.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao custo amortizado nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 em (mCVE).

31/dez/24						
	Activos/passivos registados ao custo amortizado	Justo Valor				
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo Valor	Diferença
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 434 883		3 434 883		3 434 883	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	548 010		548 010		548 010	0
Aplicações em instituições de crédito	5 156 287		5 156 287		5 156 287	0
Títulos de dívida	5 550 398		5 534 370		5 534 370	16 028
Crédito a clientes	17 582 985			17 613 683	17 613 683	30 698
Outros ativos	383 326			383 326	383 326	0
Ativos financeiros	32 655 889	0	14 673 550	17 997 009	32 670 559	46 725
Recursos de bancos centrais	1 159 879		1 159 879		1 159 879	0
Recursos de outras instituições financeiras	5 649 864		5 649 864		5 649 864	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	24 852 322		24 852 322		24 852 322	0
Outros passivos subordinados	656 085		524 618	131 467	656 085	0
Outros passivos	365 142		365 142		365 142	0
Passivos financeiros	32 683 291	0	32 551 824	131 467	32 683 291	0

31/dez/23

31/02/23

		Justo Valor				
	Activos/passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo Valor	Diferença
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1 992 093		1 992 093		1 992 093	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	534 030		534 030		534 030	0
Aplicações em instituições de crédito	2 548 828		2 548 828		2 548 828	0
Ativos financeiros ao custo amortizado	6 269 969		6 302 950		6 302 950	32 982
Crédito a clientes	14 645 225			14 659 194	14 659 194	13 969
Outros ativos	367 047			367 047	367 047	0
Ativos financeiros	26 357 191	0	11 377 901	15 026 241	26 404 142	46 951
Recursos de bancos centrais	1 151 298		1 151 298		1 151 298	0
Recursos de outras instituições de crédito	5 206 317		5 206 317		5 206 317	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	19 222 052		19 222 052		19 222 052	0
Outros passivos subordinados	649 415		517 948	131 467	649 415	0
Outros passivos	346 430		346 430		346 430	0
Passivos financeiros	26 575 512	0	26 444 045	131 467	26 575 512	0

O justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros, não tendo sido determinado com esse objetivo.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no Balanço ao custo amortizado são analisados como se seguem:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito.

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito renda é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas mensalmente, no prazo residual das operações. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares. Para os restantes créditos de curto prazo, nomeadamente descobertos bancários e créditos em contas correntes, considera-se o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Títulos de dívida

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e o mercado seja ativo e líquido. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos, com base em taxas atuais de emissões similares.

O Banco optou pelo Nível 1, o valor justo é determinado utilizando preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos idênticos. Ou seja, quando o ativo ou passivo financeiro é negociado em um mercado ativo, o preço cotado nesse mercado é utilizado para determinar seu valor justo.

Recursos de bancos centrais, Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Outros passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos, a uma taxa de juro de mercado, conforme pressupostos divulgados na Nota 21.

NOTA 5 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A rubrica caixa e depósitos à ordem encontra-se resumido no quadro como se segue valores em (mCVE).

	31/dez/24	31/dez/23
Caixa	678 128	602 231
Notas e moedas nacionais	357 778	272 668
Notas e moedas estrangeiras	296 262	329 563
Notas e moedas em trânsito	24 088	0
Depósitos à ordem no Banco Central	2 756 756	1 389 864
Total	3 434 883	1 992 094

O saldo da rubrica Depósitos à ordem no Banco Central inclui depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde.

NOTA 6 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica resulta conforme se segue valores em (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	103 871	62 335
Cheques a cobrar	103 871	62 335
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	444 139	471 695
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	172 200	251 634
Cheques a cobrar em outras instituições de crédito	32 024	28 596
Depósitos à ordem em empresas do grupo	239 915	191 465
Total Disponibilidades	548 010	534 030

As disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro, representam essencialmente depósitos constituídos junto dos nossos correspondentes, para efetuar operações relacionadas com transferências, *trade finance*, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 7 - ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Instrumentos de capital	597 133	159 044
Valorizados ao justo valor		
Valorizados ao justo valor	597 133	159 044
Total	597 133	159 044

O quadro abaixo ilustra a decomposição Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

DESIGNAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	CAPITAL SOCIAL DA PARTICIPAÇÃO	Nº DE AÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO	%	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	mCVE VALORIZAÇÃO ATIVOS FINANCEIROS A 31-12-2024
1. Ações							
SWIFT	1 103	15	0	296	0,05%	0	296
ENACOL	1 000 000	12	0	48	0,0012%	0	48
SISP	105 000	5 000	31 740	158 700	4,76%	-7 344	151 356
CECV	1 392 000	69 599	4 080	283 964	4,99%	161 470	445 434
TOTAL	2 498 103			443 007		154 126	597 133

O BAICV detém 5000 ações ordinárias da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S.A. (SISP), correspondente a uma participação de 4,76% no capital da sociedade e 69.599 ações ordinárias da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), correspondente a uma participação de 4,99% no capital da sociedade, tendo o Banco optado, irrevogavelmente, no reconhecimento inicial, pela classificação na categoria de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, atendendo a que este investimento não é detido para negociação. De acordo com o normativo contabilístico (IFRS9), esses ativos devem ser mensurados pelo seu justo valor, com as variações de justo valor registados em rendimento integral (capital próprio).

O ajustamento de justo valor para os ativos classificação em Ativos financeiros através de ORI não afeta o resultado líquido do período, contudo, resulta numa valorização patrimonial (aumento do capital próprio).

O quadro abaixo demonstra que no exercício de 2024 o Banco recebeu de dividendos investimentos financeiros no valor de mCVE 53.433.

mCVE

DESIGNAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	CAPITAL SOCIAL DA PARTICIPAÇÃO	Nº DE AÇÕES	VALOR DA PARTICIPAÇÃO	%	DIVIDENDOS RECEBIDOS EM 2024
1. Ações					
SWIFT	1 103	15	296	0,05%	0
ENACOL	1 000 000	12	48	0,0012%	2
SISP	105 000	5 000	151 356	4,76%	15 848
CECV	1 392 000	69 599	445 434	4,99%	37 583
TOTAL	2 498 103		597 133		53 434

O Banco assegura a transparência, consistência e conformidade na avaliação do valor justo desses investimentos no patrimônio líquido e na situação financeira, promovendo credibilidade, compreensão e confiança nas demonstrações financeiras da entidade.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica apresenta os seguintes movimentos: (mCVE)

	31/dez/24
Saldo em 01 de janeiro de 2023	344
Aquisições	158 700
Alienações	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	159 044
Aquisições	283 964
Ajustamentos	154 126
Alienações	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	597 133

O ajustamento de justo valor registado em dezembro de 2024 decompõe-se da seguinte forma: (mCVE)

	31/dez/24
Ajustamento de Justo Valor através de Outro Rendimento Integral	
Ajustamento positivo	161 470
Ajustamento negativo	(7 344)
Efeito fiscal	(33 014)
Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral	121 112

NOTA 8 - TÍTULOS DE DÍVIDA

A 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Ativos financeiros ao custo amortizado apresenta a seguinte decomposição: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Instrumentos de dívida	5 629 825	6 351 358
De dívida pública caboverdiana	4 354 636	5 199 141
De emissores públicos estrangeiros	1 275 189	1 152 217
Imparidade acumulada	(79 427)	(81 390)
Total	5 550 398	6 269 969

Para o cálculo das perdas esperadas para os títulos de dívida pública cabo-verdiana, o Banco assume como referência, os parâmetros da notação de speculative grade da agência Fitch, para apuramento da PD (probability of default).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo forma os seguintes (mCVE):

	Títulos de dívida
Saldo em 01 de janeiro de 2023	73 928
Dotações	26 078
Utilizações	(18 617)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81 390
Dotações	24 061
Utilizações	(6 798)
Reversões	(19 225)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	79 427

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os ativos Financeiros ao custo amortizado apresentam os seguintes prazos de maturidades residuais (mCVE):

	31/dez/24					
Ativos Financeiros ao custo amortizado	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos Financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública						
De dívida pública caboverdiana						
Em moeda nacional	364 556	481 301	272 112	2 842 779	393 888	4 354 636
De emissores públicos estrangeiros						-
Em moeda estrangeira	(52 361)	55 250	-	1 061 721	210 579	1 275 189
Imparidade acumulada	(646)	(2 425)	(2 919)	(63 726)	(9 710)	(79 427)
Total	311 549	534 126	269 193	3 840 774	594 757	5 550 398

	31/dez/23					
Ativos Financeiros ao custo amortizado	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos Financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública						
De dívida pública caboverdiana						
Em moeda nacional	220 361	139 619	757 153	2 906 121	1 199 616	5 222 870
De emissores públicos estrangeiros						
Em moeda estrangeira	8 066	-	49 985	828 068	242 369	1 128 488
Imparidade acumulada	(410)	(681)	(7 415)	(53 351)	(19 533)	(81 390)
Total	228 017	138 938	799 724	3 680 837	1 422 452	6 269 968

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam as seguintes características:

31/dez/24

Ativos Financeiros ao custo amortizado	Emissor	Domicílio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros ao custo amortizado											
Títulos de dívida pública											
De dívida pública cabo-verdiana											
Em moeda nacional											
Obrigações	Estado	Cabo Verde	Governo	CVE	n.a	3,55%	4 312 582	4 312 582	42 054	(47 503)	4 307 133
De emissores públicos estrangeiros											
Em moeda estrangeira											
Obrigações	Estado	Angola	Governo	USD	n.a	8,25%	634 008	605 281	9 166	(9 787)	604 659
Obrigações	Estado	Gana	Governo	USD	n.a	1,50%	50 721	50 721	615	(4 519)	46 817
Obrigações	Estado	Gana	Governo	USD	n.a	0,00%	2 113	2 113	-	(186)	1 927
Obrigações	Estado	Bahamas	Governo	USD	n.a	6,95%	52 834	50 456	1 938	(831)	51 563
Obrigações	Estado	Oman	Governo	USD	n.a	5,38%	52 834	54 131	876	(137)	54 870
Obrigações	Estado	África do Sul	Governo	USD	n.a	5,88%	52 834	52 821	354	(132)	53 043
Obrigações	Estado	Nigéria	Governo	USD	n.a	6,50%	52 834	48 447	305	(4 292)	44 461
Obrigações	Estado	Kênia	Governo	USD	n.a	7,25%	116 235	109 300	3 460	(9 926)	102 834
Obrigações	Estado	Costa do Marfim	Governo	USD	n.a	5,13%	55 132	55 033	118	(62)	55 089
Obrigações	Estado	USA	Governo	USD	n.a	2,88%	105 668	100 273	388	-	100 661
Obrigações	Estado	Bahamas	Governo	USD	n.a	9,00%	63 401	61 949	2 140	(1 016)	63 072
Obrigações	Estado	Senegal	Governo	EUR	n.a	4,75%	66 159	61 887	3 418	(1 036)	64 270
Total						-	1 5 617 355	5 564 994	64 831	(79 427)	5 550 398

31/dez/23

Ativos Financeiros ao custo amortizado	Emissor	Domicílio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros ao custo amortizado											
Títulos de dívida pública											
De dívida pública cabo-verdiana											
Em moeda nacional											
Obrigações	Estado	Cabo Verde	Governo	CVE	n.a	3,68%	5 150 457	5 150 457	48 684	(57 661)	5 141 480
De emissores públicos estrangeiros											
Em moeda estrangeira											
Obrigações	Estado	Angola	Governo	USD	n.a	8,25%	595 278	571 779	8 742	(8 523)	571 998
Obrigações	Estado	Ghana	Governo	USD	n.a	10,75%	49 607	55 555	1 096	(4 299)	52 351
Obrigações	Estado	Bahamas	Governo	USD	n.a	6,95%	49 607	46 920	1 820	(716)	48 024
Obrigações	Estado	Oman	Governo	USD	n.a	5,38%	49 607	51 364	830	(133)	52 061
Obrigações	Estado	South Africa	Governo	USD	n.a	5,88%	49 607	49 402	316	(126)	49 591
Obrigações	Estado	Nigéria	Governo	USD	n.a	6,50%	49 607	43 724	287	(3 340)	40 670
Obrigações	Estado	Quênia	Governo	USD	n.a	7,25%	49 607	44 737	1 199	(674)	45 262
Obrigações	Estado	Egipto	Governo	USD	n.a	7,50%	99 213	72 516	3 121	(5 740)	69 896
Obrigações	Estado	Costa do Marfim	Governo	USD	n.a	5,13%	55 133	54 835	126	(140)	54 821
Obrigações	Estado	Portugal	Governo	USD	n.a	5,13%	49 607	49 493	530	(37)	49 985
Obrigações	Estado	USA	Governo	USD	n.a	2,88%	99 213	93 465	364	-	93 829
Total							6 346 539	6 284 245	67 114	(81 390)	6 269 969

Em 31 de Dezembro de 2024, encontram-se penhorados títulos de dívida pública cabo-verdiana, correspondente a 100% dos empréstimos obtidos no Banco de Cabo Verde (Nota 16).

NOTA 9 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A decomposição da rubrica aplicações em instituições financeiras encontra-se no quadro que se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Aplicações em Instituições de Crédito no país	551 325	798 325
No Banco Central	0	247 000
Em outras instituições de crédito	551 325	551 325
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro	4 577 313	1 731 059
Outras instituições de crédito	4 577 313	49 607
Sede e sucursais da própria instituição	0	1 681 452
Juros a receber	27 648	20 004
Juros com rendimento diferido	0	-560
Total	5 156 287	2 548 828

O escalonamento das aplicações em outras instituições de crédito por prazos de vencimento é como segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Até três meses	4 592 902	2 069 430
De três a seis meses	366 630	428 096
De seis meses a um ano	196 754	51 301
Total	5 156 287	2 548 828

As aplicações outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura por moeda: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Em Escudos Cabo-Verdianos	-	246 440
Em Euros	4 480 848	1 902 793
Em Dólares dos Estados Unidos	675 438	399 595
Outras	-	-
Total	5 156 287	2 548 828

NOTA 10 - CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes resume no quadro que se segue (em CVE):

20241231												
Credito	empresas / particulares	Incumprimento	Capital	Juros corridos	Juros corridos	Juros vencidos	Despesas de crédito vencido	Receitas com rendimento diferido	ECL_BAICV	Valor Bruto	Ajustamento IAS19	Exposition
Não Titulado	A empresas	N	11 860 300 477	0	67 911 186	0	2 079 190	(76 960 284)	(124 818 608)	11 853 330 570	0	11 853 330 570
		Y	280 979 158	0	(18 966)	3 004 727	0	(452 778)	(95 708 033)	283 512 140	0	283 512 140
	A particulares	N	4 544 684 622	0	15 236 863	0	2 763 417	(55 253 847)	(34 636 806)	4 507 411 054	(125 204 602)	4 382 206 452
		Y	113 048 193	0	139 365	1 079 940	(321 888)	(702 450)	(23 123 119)	113 243 160	0	113 243 160
Titulado	A empresas	N	1 191 584 871	12 926 460	0	0	0	0	(14 986 723)	1 204 511 331	0	1 204 511 331
		Y	349 556 826	0	0	15 273 984	0	0	(325 374 272)	364 830 810	0	364 830 810
Total			18 340 134 147	12 926 460	83 268 448	19 358 651	4 520 719	(133 369 359)	(618 647 562)	18 326 839 066	(125 204 602)	18 201 634 464

20231231

Credito	empresas / particulares	Incumprimento	Capital	Juros corridos	Juros corridos	Juros vencidos	Despesas de crédito vencido	Receitas com rendimento diferido	ECL_BAICV	Valor Bruto	Ajustamento IAS19	Exposition
Não Titulado	A empresas	N	10 243 690 755	0	36 823 554	0	970 145	(69 691 997)	(90 450 378)	10 211 792 458	0	10 211 792 458
		Y	291 651 516	0	231 135	3 362 156	0	(595 185)	(148 378 832)	294 649 621	0	294 649 621
	A particulares	N	3 405 411 476	0	10 997 795	0	1 993 778	(39 494 925)	(27 949 133)	3 378 908 124	(127 437 349)	3 251 470 775
		Y	83 664 313	0	71 636	942 915	(321 888)	(434 996)	(23 916 622)	83 921 980	0	83 921 980
Titulado	A empresas	N	1 028 241 587	9 876 039	0	0	0	0	(14 028 603)	1 038 117 626	0	1 038 117 626
		Y	357 028 876	0	0	15 273 984	0	0	(302 306 921)	372 302 860	0	372 302 860
Total			15 409 688 523	9 876 039	48 124 120	19 579 055	2 642 036	(110 217 103)	(607 030 488)	15 379 692 670	(127 437 349.32)	15 252 255 320

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de 618 647 562 CVE, o que representa 3,40% do total da carteira de crédito (31 de dezembro de 2023: 3,98%).

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados)” inclui o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “ativos financeiros ao custo amortizado”. Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe (em CVE):

20241231

Referencia	Título	Capital	Juros em Balanço	ECL_BAICV	Valor Balanço
CVASADOM0004	AEROPORTOS SEGURANCA AEREA SA	16 791 000	293 843	(215 718)	16 869 125
CVCCVAOM0008	Correios Cabo Verde SARL	165 789 474	3 025 658	(2 131 504)	166 683 628
CVCFFAOM0005	Cabo Verde Fast Ferry SA	28 536 248	0	(22 594 758)	5 941 490
CVCFFBOM0004	Cabo Verde Fast Ferry SA	105 558 902	0	(83 580 638)	21 978 265
CVCMSCOM0009	MUNICIPIO SAL	283 333 333	3 506 250	(3 621 712)	283 217 871
CVIFHHOM0000	IFH Imobiliaria Fundiaria e Habitat	7 553 500	162 400	(97 423)	7 618 477
CVMHIAOM0008	MASEYKA HOLDINGS INVESTMENTS SA	264 994 846	176 663	(3 126 372)	262 045 137
CVMSDAOM0000	MUNICIPIO SAO DOMINGOS	148 571 428	4 085 714	(1 927 489)	150 729 653
CVRTCAOM0005	RTC RADIO TELEVISAO CABOVERDIANA SA	55 000 000	61 111	(695 216)	54 365 895
CVSOGAOM0005	SOGEI Soc Gestao Investimento SA	215 461 675	15 273 984	(219 198 877)	11 536 783
CVTACAOM0004	TACV Transportes Aereos Cabo Verde	174 166 673	774 073	(2 208 848)	172 731 899
CVTACCOM0002	TACV Transportes Aereos Cabo Verde	75 384 617	840 748	(962 441)	75 262 924
Total		1 541 141 697	28 200 444	(340 360 995)	1 228 981 146

20231231

Referencia	Título	Capital	Juros em Balanço	ECL_BAICV	Valor Balanço
CVASADOM0004	AEROPORTOS SEGURANCA AEREA SA	22 388 000	391 790	(307 835)	22 471 955
CVCCVAOM0008	Correios Cabo Verde SARL	189 473 685	3 481 579	(2 607 501)	190 347 763
CVCFFAOM0005	Cabo Verde Fast Ferry SA	28 536 248	0	(21 402 186)	7 134 062
CVCFFBOM0004	Cabo Verde Fast Ferry SA	113 030 952	0	(84 773 214)	28 257 738
CVCMSCOM0009	MUNICIPIO SAL	300 000 000	3 712 500	(4 104 219)	299 608 281
CVIFHHOM0000	IFH Imobiliaria Fundiaria e Habitat	15 107 000	324 801	(208 538)	15 223 263
CVMSDAOM0000	MUNICIPIO SAO DOMINGOS	154 285 714	0	(2 084 940)	152 200 774
CVRTCAOM0005	RTC RADIO TELEVISAO CABOVERDIANA SA	55 000 000	61 111	(744 068)	54 317 043
CVSOGAOM0005	SOGEI Soc Gestao Investimento SA	215 461 675	15 273 984	(196 125 311)	34 610 349
CVTACAOM0004	TACV Transportes Aereos Cabo Verde	205 833 339	943 403	(2 794 278)	203 982 465
CVTACCOM0002	TACV Transportes Aereos Cabo Verde	86 153 849	960 855	(1 177 225)	85 937 479
Total		1 385 270 463	25 150 023	(316 329 313)	1 094 091 172

A 31 de dezembro de 2024 o Banco tem aprovisionado 79% das obrigações da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A e 95% das obrigações detidas da SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo da rubrica outros ativos apresenta um Ajustamento ao crédito a colaboradores no montante de 125 204 602 ECV, correspondendo ao impacto da aplicação da IAS 19 – Benefícios dos empregados. Com efeito, o Banco, à semelhança da generalidade das instituições financeiras cabo-verdianas, concede crédito aos seus colaboradores a taxas de juro abaixo das praticadas para os seus clientes. Este benefício permite ao colaborador ter uma taxa de esforço muito inferior à que teria se o seu crédito tivesse uma taxa de mercado, razão pela qual deverá ser contabilizado como benefício aos empregados, em linha com o definido na IAS 19.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo como correção aos valores do crédito foram os seguintes (em CVE):

	Créditos não titulados	Outros créditos (titulados)	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	243 797 000	313 365 000	557 162 000
Dotações	221 700 292	4 758 883	226 459 174
Utilizações	(22 000)	-	(22 000)
Reversões	(174 773 875)	(1 795 244)	(176 569 119)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	290 701 416	316 328 639	607 030 057
Dotações	177 056 215	31 290 659	208 346 874
Utilizações	(49 564 489)	6 798 961	(42 765 529)
Reversões	(139 906 566)	(14 057 264)	(153 963 830)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	278 286 576	340 360 995	618 647 572

O montante de imparidade em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é segmentado conforme segue (em CVE):

20241231									
Descricao Segmento	Stage	1		2		3		Total	
	Métrica	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Empresas - Com garantias		6 064 533 382	(48 128 658)	614 748 683	(2 424 201)	221 738 443	(62 254 749)	6 901 020 508	(112 807 608)
Empresas - Descobertos		4 096 821	(235 209)	1 788 546	(1 121 722)	2 455 992	(1 417 409)	8 341 359	(2 774 340)
Empresas - Sem garantias		2 383 877 707	(12 416 117)	199 851 295	(27 874 927)	53 713 320	(30 824 226)	2 637 442 323	(71 115 270)
Empresas - Títulos corporate		265 171 509	(3 126 372)			230 735 659	(219 198 877)	495 907 168	(222 325 249)
Particulares - Com garantias		1 367 010 641	(13 715 660)	32 569 192	(1 417 176)	13 282 863	(3 723 428)	1 412 862 696	(18 856 263)
Particulares - Descobertos		521 976	(230)	589 972	(63 756)	2 653 287	(829 159)	3 765 234	(893 144)
Particulares - Habitação		2 334 581 314	(8 884 958)	127 245 777	(3 592 575)	53 248 691	(6 646 612)	2 515 075 783	(19 124 145)
Particulares - Sem garantias		505 999 028	(6 617 531)	26 913 434	(1 612 832)	28 706 931	(10 656 010)	561 619 393	(18 886 373)
Setor Publico Administrativo		1 000 430 195	(13 593 978)					1 000 430 195	(13 593 978)
Setor Publico Empresarial		2 167 668 933	(27 507 242)	363 405 165	(4 588 449)	134 095 706	(106 175 501)	2 665 169 804	(138 271 192)
Total		16 093 891 507	(134 225 955)	1 367 112 066	(42 695 638)	740 630 891	(441 725 969)	18 201 634 464	(618 647 562)

20231231									
Descricao Segmento	Stage	1		2		3		Total	
	Métrica	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Empresas - Com garantias		4 894 097 828	(27 001 375)	471 955 252	(6 498 627)	194 716 927	(72 016 837)	5 560 770 007	(105 516 839)
Empresas - Descobertos		18 415 884	(125 277)	1 473 125	(355 859)	1 553 376	(851 896)	21 442 386	(1 333 032)
Empresas - Sem garantias		2 098 695 449	(12 634 270)	171 698 460	(12 191 513)	84 172 593	(72 162 765)	2 354 566 503	(96 988 548)
Empresas - Títulos corporate		43 968 049	(21 610 724)	0	0	343 766 612	(280 898 525)	387 734 661	(302 509 248)
Particulares - Com garantias		988 709 511	(4 721 804)	33 601 300	(1 131 551)	25 456 439	(5 092 323)	1 047 767 249	(10 945 678)
Particulares - Descobertos		2 920 184	(1 611)	1 555 793	(6 176)	2 541 736	(1 388 214)	7 017 712	(1 396 000)
Particulares - Habitação		1 698 022 578	(14 181 058)	120 018 271	(2 231 980)	36 272 673	(3 560 566)	1 854 313 522	(19 973 605)
Particulares - Sem garantias		390 618 450	(4 511 926)	10 533 726	(409 551)	22 417 460	(14 632 928)	423 569 636	(19 554 405)
Setor Publico Administrativo		880 828 885	(11 908 611)	0	0	0	0	880 828 885	(11 908 611)
Setor Publico Empresarial		2 714 168 938	(36 904 394)	75 820	(12)	0	(116)	2 714 244 758	(36 904 522)
Total		13 730 445 757	(133 601 051)	810 911 746	(22 825 268)	710 897 816	(450 604 169)	15 252 255 320	(607 030 488)

Os parâmetros médios utilizados no cálculo de imparidade em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram os seguintes (Em CVE):

20241231

Descricao Segmento	Stage	1		2		3		Total	
	Métrica	Avg (PD)	Avg (LGD)	Avg (PD)	Avg (LGD)	Avg (PD)	Avg (LGD)	Avg (PD)	Avg (LGD)
Empresas - Com garantias		0.31%	7.60%	1.93%	15.47%	100.00%	17.44%	4.67%	8.37%
Empresas - Descobertos		2.14%	49.41%	35.06%	46.60%	100.00%	45.19%	94.11%	45.41%
Empresas - Sem garantias		0.34%	28.49%	8.07%	31.87%	100.00%	43.54%	16.92%	31.11%
Empresas - Títulos corporate		2.62%	45.00%	0.00%	0.00%	100.00%	95.00%	51.31%	70.00%
Particulares - Com garantias		0.36%	11.78%	4.38%	16.31%	100.00%	28.02%	3.18%	12.34%
Particulares - Descobertos		0.04%	6.69%	13.61%	34.70%	100.00%	26.68%	92.32%	25.30%
Particulares - Habitação		0.13%	7.35%	0.03%	8.76%	100.00%	12.68%	2.52%	7.53%
Particulares - Sem garantias		0.22%	45.17%	0.51%	45.10%	100.00%	45.95%	9.58%	45.24%
Setor Publico Administrativo		2.02%	44.66%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	2.02%	44.66%
Setor Publico Empresarial		2.33%	46.15%	2.53%	50.00%	100.00%	59.95%	22.91%	49.46%
Total		0.27%	25.05%	5.62%	30.48%	100.00%	30.01%	47.55%	27.52%

20231231

Descricao Segmento	Stage	1		2		3		Total	
	Métrica	Avg (PD)	Avg (LGD)	Avg (PD)	Avg (LGD)	Avg (PD)	Avg (LGD)	Avg (PD)	Avg (LGD)
Empresas - Com garantias		0.27%	9.16%	0.41%	5.09%	100.00%	31.27%	6.19%	10.27%
Empresas - Descobertos		0.65%	53.03%	36.52%	53.50%	100.00%	85.83%	90.85%	82.51%
Empresas - Sem garantias		0.23%	55.17%	4.72%	54.93%	100.00%	83.13%	16.49%	59.68%
Empresas - Títulos corporate		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	100.00%	85.00%	100.00%	85.00%
Particulares - Com garantias		0.76%	4.04%	0.65%	2.12%	100.00%	25.79%	4.44%	4.80%
Particulares - Descobertos		0.05%	4.07%	16.40%	28.80%	100.00%	77.65%	80.19%	63.21%
Particulares - Habitação		0.05%	11.07%	0.04%	6.79%	100.00%	10.43%	2.42%	10.85%
Particulares - Sem garantias		0.29%	33.30%	2.57%	34.85%	100.00%	67.97%	8.84%	36.29%
Setor Publico Administrativo		2.32%	42.86%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	2.32%	42.86%
Setor Publico Empresarial		2.52%	46.67%	0.03%	53.50%	100.00%	83.33%	17.78%	52.82%
Total		0.29%	19.50%	8.26%	25.78%	100.00%	77.56%	50.75%	48.92%

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o detalhe dos empréstimos concedidos, com garantia pública, no âmbito das linhas de apoio à economia como medida de mitigação dos impactos do COVID-19, resume-se como se segue (em milhares de CVE):

31/dez/24

	Número operações	Montante
Empresas		
Corporate	15	29 591 150
Outros	2	1 694 815
Total	17	31 285 965

31/dez/23

	Número operações	Montante
Empresas		
Corporate	26	62 932 039
Outros	2	4 064 408
Total	28	66 996 447

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento (em CVE):

20241231											
Reestruturado	Curado	Não						Sim		Total	
	Stage	1		2		3		2			
	CAE BCV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Não	Construção e CRE	728 019 983	(6 988 208)	338 468 093	(18 258 823)	304 265 530	(223 093 709)	744 333	(12 583)	1 371 497 938	(248 353 324)
	Corporate	5 751 170 810	(49 994 183)	310 162 517	(12 135 961)	112 086 146	(29 086 624)	3 180 040	(119 738)	6 176 599 513	(91 336 506)
	Habitação	2 291 125 007	(8 877 081)	120 688 280	(3 587 884)	48 251 400	(6 440 882)	0	0	2 460 064 687	(18 905 848)
	Outros	2 520 298 681	(23 498 239)	121 715 886	(3 467 885)	46 259 262	(16 343 784)	2 651 307	(69 129)	2 690 925 137	(43 379 037)
	Setor Publico Administrativo	1 000 430 195	(13 593 978)	0	0	0	0	0	0	1 000 430 195	(13 593 978)
	Setor Publico Empresarial	2 167 668 933	(27 507 242)	292 086 530	(3 687 961)	134 095 706	(106 175 501)	0	0	2 593 851 169	(137 370 704)
Sim	Construção e CRE	62 049 982	(49 200)	0	0	0	0	777 562	(101 059)	62 827 544	(150 259)
	Corporate	1 514 108 190	(3 682 666)	58 251 630	(268 291)	50 842 215	(36 045 471)	40 509 755	(81 145)	1 663 711 789	(40 077 574)
	Habitação	43 456 307	(7 877)	6 557 498	(4 691)	4 997 292	(205 729)	0	0	55 011 096	(218 297)
	Outros	15 563 419	(27 280)	0	0	39 833 342	(24 334 267)	0	0	55 396 761	(24 361 547)
	Setor Publico Empresarial	0	0	71 318 635	(900 488)	0	0	0	0	71 318 635	(900 488)
Total		16 093 891 507	(134 225 955)	1 319 249 069	(42 311 984)	740 630 891	(441 725 969)	47 862 997	(383 654)	18 201 634 464	(618 647 562)

20231231											
Reestruturado	Curado	Não						Sim		Total	
	Stage	1		2		3		2			
	CAE BCV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Não	Construção e CRE	741 057 567	(4 360 363)	282 323 413	(5 785 426)	265 344 499	(198 464 931)	0	0	1 288 725 478	(208 610 720)
	Corporate	4 118 504 328	(30 568 934)	281 102 515	(11 649 560)	120 610 683	(63 609 664)	3 679 118	(14 101)	4 523 896 643	(105 842 259)
	Habitação	1 576 406 967	(14 111 449)	100 360 589	(2 091 927)	31 036 447	(3 016 835)	11 097 127	(129 953)	1 718 901 129	(19 350 165)
	Outros	1 976 488 095	(11 477 989)	107 257 231	(1 750 981)	58 231 802	(31 889 230)	12 487 568	(1 379 939)	2 154 464 696	(46 498 139)
	Setor Publico Administrativo	880 828 885	(11 908 611)	0	0	0	0	0	0	880 828 885	(11 908 611)
	Setor Publico Empresarial	2 729 600 739	(37 112 931)	75 820	(12)	141 567 202	(106 175 516)	0	0	2 871 243 761	(143 288 460)
Sim	Construção e CRE	57 207 007	(127 609)	0	0	20 115 683	(6 158 182)	0	0	77 322 690	(6 285 791)
	Corporate	1 473 882 320	(2 320 373)	4 212 686	(13 270)	58 551 479	(37 507 070)	0	0	1 536 646 486	(39 840 713)
	Habitação	121 615 612	(69 609)	8 560 555	(10 099)	5 236 226	(543 731)	0	0	135 412 393	(623 440)
	Outros	26 073 246	(138 718)	0	0	38 739 914	(24 643 473)	0	0	64 813 160	(24 782 191)
Total		13 701 664 765	(112 196 587)	783 892 808	(21 301 275)	739 433 935	(472 002 422)	27 263 812	(1 523 993)	15 252 255 320	607 030 488

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e dias de atraso (em CVE):

20241231									
Qualidade Crédito	Stage	1		2		3		Total	
	CAE BCV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
<30	Construção e CRE	790 069 965	(7 037 408)	339 108 533	(18 233 763)	206 173	(100 716)	1 129 384 671	(25 371 886)
	Corporate	7 265 279 000	(53 676 849)	407 314 203	(10 808 831)	732 942	(358 003)	7 673 326 145	(64 843 683)
	Habitação	2 334 581 314	(8 884 958)	109 775 910	(192 284)			2 444 357 224	(9 077 243)
	Outros	2 535 993 858	(23 509 004)	119 432 486	(2 431 671)	5 753 436	(3 454 198)	2 661 179 780	(29 394 873)
	Setor Publico Administrativo	1 000 430 195	(13 593 978)	0	0	0	0	1 000 430 195	(13 593 978)
	Setor Publico Empresarial	2 167 668 933	(27 507 242)	363 405 165	(4 588 449)	0	0	2 531 074 098	(32 095 691)
	Total	16 094 023 265	(134 209 440)	1 339 036 297	(36 254 997)	6 692 551	(3 912 917)	17 439 752 114	(174 377 354)
≥30 e < 90	Construção e CRE	0	0	881 454	(138 703)	230 735 659	(219 198 877)	231 617 114	(219 337 580)
	Corporate	0	0	4 789 739	(1 796 304)	387 940	(107 160)	5 177 679	(1 903 464)
	Habitação	0	0	17 469 867	(3 400 291)	0	0	17 469 867	(3 400 291)
	Outros	190 130	(16 516)	4 517 026	(990 915)	1 409 591	(641 231)	6 116 747	(1 648 662)
	Setor Publico Empresarial	0	0	0	0	134 095 150	(106 175 395)	134 095 150	(106 175 395)
	Total	190 130	(16 516)	27 658 086	(6 326 213)	366 628 341	(326 122 663)	394 476 558	(332 465 391)
≥90 e < 180	Corporate	0	0	0	0	13 412 784	(3 375 778)	13 412 784	(3 375 778)
	Outros	0	0	417 682	(114 428)	3 204 473	(1 032 396)	3 622 155	(1 146 824)
	Setor Publico Empresarial	0	0	0	0	554	(14)	554	(14)
	Total	0	0	417 682	(114 428)	16 617 811	(4 408 189)	17 035 493	(4 522 616)
>90	Construção e CRE	0	0	0	0	73 323 697	(3 794 117)	73 323 697	(3 794 117)
	Corporate	0	0	0	0	148 394 695	(61 291 155)	148 394 695	(61 291 155)
	Habitação	0	0	0	0	53 248 691	(6 646 612)	53 248 691	(6 646 612)
	Outros	(321 888)	0	0	0	75 725 103	(35 550 225)	75 403 215	(35 550 225)
	Setor Publico Empresarial	0	0	0	0	1	(92)	1	(92)
	Total	(321 888)	0	0	0	350 692 188	(107 282 200)	350 370 300	(107 282 200)
Total		16 093 891 507	(134 225 955)	1 367 112 066	(42 695 638)	740 630 891	(441 725 969)	18 201 634 464	(618 647 562)

20231231

Qualidade Crédito	Stage	1		2		3		Total	
	CAE BCV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
<30	Construção e CRE	783 564 890	(4 487 972)	282 078 406	(5 453 257)	181 623	(181 623)	1 080 147 200	(10 122 851)
	Corporate	7 441 872 675	(32 889 308)	289 070 139	(8 817 533)	998 935	(835 776)	5 872 931 889	(42 542 617)
	Habitação	1 181 656 662	(14 181 058)	100 786 725	(1 699 763)	8 137 580	(173 358)	1 820 630 615	(16 054 179)
	Outros	3 554 856 891	(11 616 707)	72 123 720	(1 541 239)	2 548 460	(1 528 965)	2 117 165 711	(14 686 911)
	Setor Publico Administrativo	154 285 714	(11 908 611)	0	0	0	0	880 828 885	(11 908 611)
	Setor Publico Empresarial	585 672 937	(37 112 931)	66 852 624	(12)	0	0	2 729 676 559	(37 112 944)
	Total	13 701 909 769	(112 196 587)	810 911 614	(17 511 804)	11 866 599	(2 719 722)	14 501 380 859	(132 428 113)
>=30 e < 90	Construção e CRE	0	0	0	(332 169)	230 735 659	(196 125 311)	231 358 069	(196 457 480)
	Corporate	0	0	0	(2 859 397)	5 782 351	(2 177 746)	15 230 364	(5 037 143)
	Habitação	0	0	0	(532 217)	0	0	5 547 814	(532 217)
	Outros	0	0	0	(1 589 681)	711 564	(83 488)	8 722 341	(1 673 168)
	Setor Publico Empresarial	0	0	0	0	141 567 200	(106 175 400)	141 567 200	(106 175 400)
	Total	0	0	0	(5 313 465)	378 796 775	(304 561 944)	402 425 788	(309 875 409)
>=90 e < 180	Construção e CRE	0	0	0	0	444 151	(246 457)	444 151	(246 457)
	Corporate	0	0	0	0	2 180 627	(948 279)	2 180 627	(948 279)
	Outros	0	0	0	0	4 113 515	(1 295 379)	4 113 515	(1 295 379)
	Total	0	0	0	0	6 738 292	(2 490 115)	6 738 292	(2 490 115)
>90	Construção e CRE	0	0	0	0	54 098 748	(8 063 513)	54 098 748	(8 063 513)
	Corporate	0	0	0	0	170 200 249	(97 154 933)	170 200 249	(97 154 933)
	Habitação	0	0	0	0	28 135 093	(3 387 208)	28 135 093	(3 387 208)
	Outros	0	0	0	0	89 598 177	(53 624 872)	89 276 289	(53 624 872)
	Setor Publico Empresarial	0	0	0	0	1	(116)	1	(116)
	Total	0	0	0	0	342 032 269	(162 230 642)	341 710 381	(162 230 642)
Total		13 701 909 769	(112 196 587)	810 911 614	(22 825 268)	739 433 935	(472 002 422)	15 252 255 320	(607 024 278)

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor (em CVE):

20241231

CAE BCV	Construção e CRE		Corporate		Habitação		Outros		Setor Publico Administrativo		Setor Publico Empresarial		Total	
Tipo de Análise	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Individual	626 088 668	(237 442 703)	3 482 414 408	(81 842 241)	11 920 094	(2 537 061)	241 039 396	(22 483 269)	1 000 550 878	(13 593 978)	2 665 801 525	(138 271 192)	8 027 814 968	(496 170 444)
Coletiva	808 236 814	(11 060 880)	4 357 896 894	(49 571 838)	2 503 155 689	(16 587 084)	2 505 282 502	(45 257 315)	(120 683)	(0)	(631 721)	0	10 173 819 496	(122 477 118)
Total	1 434 325 482	(248 503 583)	7 840 311 302	(131 414 080)	2 515 075 783	(19 124 145)	2 746 321 898	(67 740 584)	1 000 430 195	(13 593 978)	2 665 169 804	(138 271 192)	18 201 634 464	(618 647 562)

20231231

CAE BCV	Construção e CRE		Corporate		Habitação		Outros		Setor Publico Administrativo		Setor Publico Empresarial		Total	
Tipo de Análise	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Individual	399 617 303	(196 301 357)	1 975 374 928	(19 000 197)	5 426 576	(1 355 924)	356 760 902	(4 869 873)	154 285 714	(2 084 940)	677 718 564	(92 404 157)	3 569 183 987	(316 016 448)
Coletiva	951 486 175	(18 469 408)	5 964 979 626	(173 486 508)	1 313 289 485	(9 628 022)	3 365 459 771	(89 158 686)	9 642	(8 867)	87 846 635	(262 550)	11 683 071 333	(291 014 040)
Total	1 351 103 478	(214 770 765)	7 940 354 555	(192 486 705)	1 318 716 061	(10 983 946)	3 722 220 673	(94 028 559)	154 295 356	(2 093 807)	765 565 198	(92 666 707)	15 252 255 320	(607 030 488)

Detalhe da carteira por segmento e por ano de produção (em CVE):

20241231

CAE BCV	Construção e CRE			Corporate			Habitação			Outros			Setor Publico Administrativo			Setor Publico Empresarial			Total		
Ano de Produção	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV
2008	0	0	0	0	0	0	2	5 662 134	(21 561)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5 662 134	(21 561)
2010	0	0	0	0	0	0	2	9 104 757	(1 193)	1	53 437	(63)	0	0	0	0	0	0	3	9 158 194	(1 257)
2011	0	0	0	3	71 484 956	(35 334 674)	3	14 079 936	(527 966)	1	4 095 206	(6 036)	0	0	0	0	0	0	7	89 660 099	(35 868 676)
2012	0	0	0	1	2 818 985	(18 514)	6	17 326 551	(2 944)				0	0	0	0	0	0	7	20 145 536	(21 458)
2013	0	0	0	1	133 824	(6)	9	34 816 182	(1 879 422)	6	1 873 011	(605 061)	0	0	0	0	0	0	16	36 823 016	(2 484 489)
2014	0	0	0	0	0	0	4	15 101 535	(2 892)	2	31 603 237	(22 116 533)	0	0	0	0	0	0	6	46 704 772	(22 119 425)
2015	1	32 028 015	(587 239)	2	30 914 023	(32 157)	7	28 221 549	(20 329)	0	0	0	1	22 291 443	(281 458)	2	129 152 277	(1 630 711)	13	242 607 306	(2 551 893)
2016	0	0	0	2	2 691 733	(56 304)	11	54 042 208	(415 505)	6	9 419 465	(304 011)	0	0	0	0	0	0	19	66 153 406	(775 821)
2017	4	5 800 524	(319 386)	15	350 416 000	(16 152 546)	16	98 115 614	(1 629 495)	39	55 237 389	(592 537)	1	16 896 061	(213 334)	0	0	0	75	526 465 588	(18 907 298)
2018	22	4 311 488	(103 949)	96	245 423 170	(3 760 456)	24	139 972 601	(1 808 260)	415	39 494 142	(1 633 986)	0	0	0	1	101 057 837	(1 277 636)	558	530 259 237	(8 584 288)
2019	28	59 745 836	(961 295)	119	191 687 529	(1 411 442)	29	174 974 411	(95 515)	1 333	118 588 678	(3 794 921)	0	0	0	1	1	(92)	1 510	544 996 456	(6 263 265)
2020	12	4 155 866	(506 489)	77	154 844 358	(1 955 289)	22	149 180 430	(3 484 273)	639	297 578 122	(1 505 224)	0	0	0	0	0	0	750	605 758 776	(7 451 275)
2021	13	85 422 304	(212 817)	30	182 297 201	(1 584 856)	31	187 806 952	(227 054)	219	182 023 691	(4 093 780)	0	0	0	1	264 415 844	(3 358 856)	294	901 965 992	(9 477 363)
2022	10	160 626 885	(678 189)	83	953 517 360	(19 343 187)	32	179 718 640	(252 237)	353	384 186 706	(5 529 057)	1	335 810 831	(4 240 036)	1	658 962 391	(8 355 515)	480	2 672 822 812	(38 398 222)
2023	26	438 875 052	(17 786 876)	216	2 375 497 142	(25 008 302)	80	605 253 895	(3 225 532)	767	719 139 084	(12 189 018)	0	0	0	1	514 869 208	(6 573 374)	1 090	4 653 634 381	(64 783 102)
2024	60	643 359 511	(227 347 342)	504	3 278 585 022	(26 756 347)	97	801 698 387	(5 529 967)	1 224	903 029 730	(15 370 356)	7	625 431 861	(8 859 151)	12	996 712 246	(117 075 009)	1 904	7 248 816 758	(400 938 171)
Total	176	1 434 325 482	(248 503 583)	1 149	7 840 311 302	(131 414 080)	375	2 515 075 783	(19 124 145)	5 005	2 746 321 898	(67 740 584)	10	1 000 430 195	(13 593 978)	19	2 665 169 804	(138 271 192)	6 734	18 201 634 464	(618 647 562)

20231231

CAE BCV	Construção e CRE			Corporate			Habitação			Outros			Setor Publico Administrativo			Setor Publico Empresarial			Total		
Ano de Produção	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV	Contador	Exposition	ECL_BAICV
2008	0	0	0	0	0	0	2	5 993 820	(37 103)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5 993 820	(37 103)
2010	0	0	0	0	0	0	2	9 551 537	(4 578)	1	119 806	(453)	0	0	0	0	0	0	3	9 671 343	(5 031)
2011	0	0	0	3	80 836 866	(35 342 187)	3	14 561 223	(2 123)	1	4 211 508	(11 495)	0	0	0	0	0	0	7	99 609 597	(35 355 805)
2012	0	0	0	1	2 818 985	(1 528 898)	6	19 350 785	(4 025)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	22 169 771	(1 532 924)
2013	0	0	0	2	5 248 006	(4 345 536)	9	36 171 088	(2 054 629)	6	1 873 011	(1 652 835)	0	0	0	0	0	0	17	43 292 106	(8 052 999)
2014	1	20 115 683	(6 158 182)	0	0	0	4	15 509 401	(4 381)	3	32 400 115	(22 397 888)	0	0	0	0	0	0	8	68 025 199	(28 560 451)
2015	1	32 028 015	(743 050)	2	35 537 952	(44 040)	7	28 032 009	(23 721)	1	4 894 179	(25 787)	1	49 319 007	(666 473)	2	159 487 373	(2 155 233)	14	309 298 535	(3 658 305)
2016	0	0	0	4	10 665 276	(136 841)	11	57 663 415	(603 337)	8	10 796 792	(904 464)	0	0	0	0	0	0	23	79 125 483	(1 644 641)
2017	4	11 258 939	(655 817)	20	499 545 973	(11 023 653)	18	181 123 544	(1 083 704)	36	62 436 978	(1 951 548)	1	48 933 842	(661 267)	0	0	0	79	803 299 276	(15 375 989)
2018	23	8 675 902	(17 146)	99	320 228 473	(7 733 775)	29	148 553 368	(2 075 778)	438	47 187 458	(3 818 398)	0	0	0	1	133 142 188	(1 803 598)	590	657 787 389	(15 448 696)
2019	28	76 917 783	(214 256)	136	297 619 248	(2 929 311)	35	210 944 160	(788 297)	1 438	142 406 672	(6 410 008)	0	0	0	1	1	(116)	1 638	727 887 866	(10 341 988)
2020	13	33 564 743	(42 016)	88	257 155 066	(30 043 107)	23	158 932 382	(490 933)	687	334 620 104	(2 534 437)	0	0	0	0	0	0	811	784 272 295	(33 110 492)
2021	17	112 315 773	(198 979)	55	216 967 594	(3 992 190)	32	201 918 314	(1 224 560)	321	264 924 143	(17 917 087)	0	0	0	2	431 690 576	(5 872 279)	427	1 227 816 399	(29 205 096)
2022	12	202 892 018	(1 145 900)	110	1 160 405 387	(24 825 064)	34	230 411 013	(2 586 778)	488	471 005 968	(4 868 193)	1	321 777 470	(4 348 340)	1	543 960 506	(7 392 881)	646	2 930 452 361	(45 167 155)
2023	69	868 279 313	(205 721 165)	472	3 173 514 301	(23 738 371)	80	535 597 461	(8 989 659)	1 487	842 401 122	(8 787 735)	4	460 798 567	(6 232 531)	12	1 602 963 117	(126 064 354)	2 124	7 483 553 881	(379 533 814)
Total	168	1 366 048 168	(214 890 301)	992	6 060 543 129	(145 682 972)	295	1 854 313 522	(19 973 605)	4 915	2 219 277 855	(71 280 330)	7	880 828 885	(11 908 611)	19	2 871 243 761	(143 288 460)	6 396	15 252 255 320	(607 030 488)

Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito por segmento em 31 de dezembro de 2024:

20241231

CAE BCV	Construção e CRE		Corporate		Habitação		Outros		Setor Publico Administrativo		Setor Publico Empresarial		Total	
tipo_colateral	HIP		HIP		HIP		HIP		HIP		HIP			
bucket_colateral	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE			3	5 000 000	16	70 447 781	5	15 432 726	0	0	0	0	24	90 880 507
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	4	117 091 056	26	162 016 198	97	370 694 178	36	451 212 033	0	0	0	0	163	1 101 013 466
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	3	39 392 000	21	299 959 532	87	1 065 422 232	25	363 561 349	0	0	0	0	136	1 768 335 113
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	7	257 456 001	28	747 606 642	20	543 605 709	25	610 288 610	0	0	0	0	80	2 158 956 962
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	6	48 497 635	24	171 928 425	105	736 546 754	18	129 358 197	0	0	0	0	153	1 086 331 012
>= 50 MCVE	9	545 835 565	30	4 966 401 474	5	185 957 400	6	521 392 989	1	183 031 873	1	229 061 995	52	6 631 681 297
0.5 MCVE			8	29 067 698	35	266 578 193	2	11 567 800	0	0	0	0	45	307 213 691
Total	29	1 008 272 257	140	6 381 979 971	365	3 239 252 247	117	2 102 813 704	1	183 031 873	1	229 061 995	653	13 144 412 047

CAE BCV	Construção e CRE		Corporate		Habitação		Outros		Setor Publico Administrativo		Setor Publico Empresarial		Total	
bucket_colateral	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	2	1 050 000	25	16 782 562	3	1 640 000	29	17 439 945	0	0	0	0	59	36 912 507
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	3	4 000 000	22	52 479 811	11	21 800 000	19	44 040 304	0	0	0	0	55	122 320 115
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	0	0	3	32 028 811	0	0	2	28 000 000	0	0	0	0	5	60 028 811
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	0	0	1	20 000 000	1	35 000 000	0	0	0	0	0	0	2	55 000 000
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	1	5 000 000	2	19 274 934	1	5 000 000	0	0	0	0	0	0	4	29 274 934
>= 50 MCVE	0	0	1	230 346 366	0	0	1	50 000 000	0	0	0	0	2	280 346 366
0.5 MCVE	20	2 600 000	280	39 530 693	37	8 259 000	332	35 754 207	1	200 000	0	0	670	86 343 900
Total	26	12 650 000	334	410 443 177	53	71 699 000	383	175 234 456	1	200 000	0	0	797	670 226 632

20231231

CAE BCV	Construção e CRE		Corporate		Habitação		Outros		Setor Publico Administrativo		Setor Publico Empresarial		Total	
tipo_colateral	HIP		HIP		HIP		HIP		HIP		HIP			
bucket_colateral	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel	#Hipoteca_imovel	valor_colateral_imovel
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	1	620 826	3	3 974 626	10	41 422 481	5	13 421 497	0	0	0	0	19	59 439 430
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	2	4 321 464	26	407 263 928	80	313 150 126	24	345 017 649	0	0	0	0	132	1 069 753 168
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	5	77 685 133	19	243 060 920	67	792 250 852	20	304 935 753	0	0	0	0	111	1 417 932 658
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	6	184 633 550	22	620 343 915	13	380 427 173	20	636 028 252	0	0	0	0	61	1 821 432 890
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	5	36 641 717	22	205 187 432	77	543 436 903	10	72 306 418	0	0	0	0	114	857 572 471
>= 50 MCVE	10	609 558 009	31	4 392 225 351	3	156 695 000	3	209 115 855	1	183 031 873	1	229 061 995	49	5 779 688 082
0.5 MCVE	0	0	1	480 908	16	124 611 204	1	9 700 000	0	0	0	0	18	134 792 112
Total	29	913 460 701	124	5 872 537 080	266	2 351 993 740	83	1 590 525 423	1	183 031 873	1	229 061 995	504	11 140 610 812

CAE BCV	Construção e CRE		Corporate		Habitação		Outros		Setor Publico Administrativo		Setor Publico Empresarial		Total	
bucket_colateral	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP	#DP	Valor Colateral DP
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	1	600 000	15	9 377 000	2	1 000 000	20	12 845 762	0	0	0	0	38	23 822 762
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	2	3 900 000	31	66 210 325	10	20 000 000	18	28 547 364	0	0	0	0	61	118 657 688
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	0	0	2	40 509 345	0	0	2	28 000 000	0	0	0	0	4	68 509 345
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	0	0	0	0	1	30 822 175	1	25 054 000	0	0	0	0	2	55 876 175
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	0	0	3	18 650 000	0	0	0	0	0	0	0	0	3	18 650 000
>= 50 MCVE	1	125 000 000	1	230 346 366	0	0	1	50 000 000	0	0	0	0	3	405 346 366
0.5 MCVE	8	1 375 000	125	20 680 181	16	3 169 000	192	22 700 882	0	0	0	0	341	47 925 063
Total	12	130 875 000	177	385 773 216	29	54 991 175	234	167 148 008	0	0	0	0	452	738 787 398

A matriz de transferência da exposição e imparidade entre *stages* de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 resulta como se apresenta nos quadros seguintes (em CVE):

20241231									
Stage_inicial	Stage	1		2		3		Total	
	Métrica	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Exposições originadas durante 2024		5 387 283 022	(46 008 171)	550 198 459	(12 912 424)	8 148 282	(3 398 643)	5 945 629 764	(62 319 239)
1		10 652 165 750	(87 835 893)	321 225 677	(5 365 202)	58 228 197	(9 667 409)	11 031 619 624	(102 868 505)
2		48 176 949	(379 671)	488 646 015	(24 386 917)	49 639 851	(8 085 921)	586 462 814	(32 852 509)
3		6 265 787	(2 220)	7 041 915	(31 095)	624 614 561	(420 573 995)	637 922 263	(420 607 310)
Total		16 093 891 507	(134 225 955)	1 367 112 066	(42 695 638)	740 630 891	(441 725 969)	18 201 634 464	(618 647 562)

A matriz de transferência de exposição e imparidades entre *stages* de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 resulta como se apresenta nos quadros seguintes:

20231231									
Stage_inicial	Stage	1		2		3		Total	
	Métrica	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV	Exposition	ECL_BAICV
Exposições originadas durante 2023		6 060 228 394	(47 911 382)	320 889 882	(15 648 188)	3 005 732	(1 530 072)	6 384 124 007	(65 089 642)
1		7 516 984 191	(64 071 388)	170 281 272	(6 261 333)	10 867 484	(2 618 786)	7 698 132 947	(72 951 507)
2		124 653 596	(215 952)	315 856 831	(899 875)	74 545 880	(22 710 743)	515 056 307	(23 826 571)
3		28 579 839	(21 402 328)	3 883 629	(15 872)	622 478 591	(423 744 568)	654 942 060	(445 162 768)
Total		13 730 446 019	(133 601 051)	810 911 614	(22 825 268)	710 897 687	(450 604 169)	15 252 255 320	(607 030 488)

Rácio de cobertura pela garantia de operações por segmento (CVE):

20241231													
CAE BCV	Stage	1			2			3			Total		
	RacioHIP	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV
Construção e CRE	100%	13	153 192 968	(205 614)	4	139 553 118	(282 401)	2	43 825 405	(2 183 840)	19	336 571 490	(2 671 855)
	<50%	2	124 753 709	(2 148 800)	0	0	0	0	0	0	2	124 753 709	(2 148 800)
	>=50%e<75%	1	29 176 733	(208 583)	3	79 901 474	(79 688)	0	0	0	4	109 078 207	(288 271)
	>=75%e<100%	4	124 940 026	(2 125 873)	0	0	0	0	0	0	4	124 940 026	(2 125 873)
	Sem colateral associado	0	358 006 529	(2 348 539)	0	120 535 396	(18 010 376)	0	260 440 125	(220 909 869)	0	738 982 050	(241 268 785)
	Total	20	790 069 965	(7 037 408)	7	339 989 987	(18 372 466)	2	304 265 530	(223 093 709)	29	1 434 325 482	(248 503 583)
Corporate	100%	94	2 669 737 836	(20 373 064)	13	262 248 691	(10 167 358)	2	11 664 843	(105 606)	109	2 943 651 370	(30 646 029)
	<50%	13	449 504 972	(7 128 583)	2	112 856 248	(341 779)	0	0	0	15	562 361 220	(7 470 362)
	>=50%e<75%	5	247 335 349	(713 706)	0	0	0	1	49 341 517	(35 327 350)	6	296 676 866	(36 041 056)
	>=75%e<100%	10	176 306 167	(1 288 134)	0	0	0	0	0	0	10	176 306 167	(1 288 134)
	Sem colateral associado	0	3 722 394 676	(24 173 362)	0	36 999 003	(2 095 998)	0	101 922 000	(29 699 139)	0	3 861 315 679	(55 968 499)
	Total	122	7 265 279 000	(53 676 849)	15	412 103 942	(12 605 135)	3	162 928 361	(65 132 096)	140	7 840 311 302	(131 414 080)
Habitação	100%	257	1 523 328 005	(1 787 295)	12	125 384 414	(3 571 695)	8	46 547 787	(4 957 431)	277	1 695 260 206	(10 316 421)
	<50%	39	306 230 983	(3 312 401)	0	0	0	0	0	0	39	306 230 983	(3 312 401)
	>=50%e<75%	23	138 699 470	(623 761)	0	0	0	0	0	0	23	138 699 470	(623 761)
	>=75%e<100%	25	216 917 159	(801 250)	0	0	0	1	6 700 904	(1 689 180)	26	223 618 064	(2 490 430)
	Sem colateral associado	0	149 405 698	(2 360 252)	0	1 861 363	(20 880)	0	0	0	0	151 267 061	(2 381 131)
	Total	344	2 334 581 314	(8 884 958)	12	127 245 777	(3 592 575)	9	53 248 691	(6 646 612)	365	2 515 075 783	(19 124 145)
Outros	100%	86	827 676 378	(2 142 312)	3	76 519 259	(377 525)	2	33 229 726	(22 124 180)	91	937 425 364	(24 644 016)
	<50%	12	286 030 039	(6 285 591)	1	4 028 703	(180 087)	0	0	0	13	290 058 742	(6 465 678)
	>=50%e<75%	4	45 834 740	(537 942)	1	2 380 030	(356 897)	0	0	0	5	48 214 770	(894 839)
	>=75%e<100%	8	262 006 164	(418 717)	0	0	0	0	0	0	8	262 006 164	(418 717)
	Sem colateral associado	0	1 114 314 779	(14 140 957)	0	41 439 202	(2 622 504)	0	52 862 878	(18 553 871)	0	1 208 616 859	(35 317 333)
	Total	110	2 535 862 100	(23 525 519)	5	124 367 194	(3 537 013)	2	86 092 604	(40 678 051)	117	2 746 321 898	(67 740 584)
Setor Publico Administrativo	100%	1	22 291 443	(281 458)	0	0	0	0	0	0	1	22 291 443	(281 458)
	Sem colateral associado	0	978 138 753	(13 312 521)	0	0	0	0	0	0	0	978 138 753	(13 312 521)
	Total	1	1 000 430 195	(13 593 978)	0	0	0	0	0	0	1	1 000 430 195	(13 593 978)
Setor Publico Empresarial	>=75%e<100%	0	0	0	1	292 086 530	(3 687 961)	0	0	0	1	292 086 530	(3 687 961)
	Sem colateral associado	0	2 167 668 933	(27 507 242)	0	71 318 635	(900 488)	0	134 095 706	(106 175 501)	0	2 373 083 274	(134 583 231)
	Total	0	2 167 668 933	(27 507 242)	1	363 405 165	(4 588 449)	0	134 095 706	(106 175 501)	1	2 665 169 804	(138 271 192)
Total		597	16 093 891 507	(134 225 955)	40	1 367 112 066	(42 695 638)	16	740 630 891	(441 725 969)	653	18 201 634 464	(618 647 562)

20231231

CAE BCV	Stage	1			2			3			Total		
	RacioHIP	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV	#Hipoteca_imovel	Exposition	ECL_BAICV
Construção e CRE	100%	14	153 818 623	(125 107)	2	104 404 472	(331 737)	2	52 143 698	(6 901 232)	18	310 366 793	(7 358 077)
	<50%	2	64 430 487	(910 518)	0	0	0	0	0	0	2	64 430 487	(910 518)
	>=50%e<75%	4	138 457 533	(1 237 300)	0	0	0	0	0	0	4	138 457 533	(1 237 300)
	>=75%e<100%	2	52 448 105	(35 791)	2	98 927 844	(841 708)	0	0	0	4	151 375 949	(877 500)
	Sem colateral associado	1	389 109 825	(2 179 255)	0	78 991 097	(4 611 980)	0	233 316 484	(197 715 671)	1	701 417 405	(204 506 907)
	Total	23	798 264 573	(4 487 972)	4	282 323 413	(5 785 426)	2	285 460 182	(204 616 903)	29	1 366 048 168	(214 890 301)
Corporate	100%	92	2 526 658 101	(12 059 475)	11	241 461 196	(8 169 677)	4	12 551 663	(3 060 816)	107	2 780 670 961	(23 289 968)
	<50%	6	158 675 035	(3 578 866)	0	0	0	0	0	0	6	158 675 035	(3 578 866)
	>=50%e<75%	3	44 199 090	(518 294)	0	0	0	0	0	0	3	44 199 090	(518 294)
	>=75%e<100%	6	75 853 787	(1 189 149)	0	0	0	2	51 079 058	(36 079 128)	8	126 932 844	(37 268 276)
	Sem colateral associado	0	2 787 000 636	(15 543 524)	0	47 533 122	(3 507 253)	0	115 531 441	(61 976 791)	0	2 950 065 199	(81 027 568)
	Total	107	5 592 386 649	(32 889 308)	11	288 994 319	(11 676 930)	6	179 162 162	(101 116 734)	124	6 060 543 129	(145 682 972)
Habitação	100%	193	1 112 360 045	(1 770 907)	12	94 233 322	(801 141)	7	36 272 673	(3 560 566)	212	1 242 866 040	(6 132 615)
	<50%	28	171 236 637	(4 586 191)	1	19 231 545	(1 273 959)	0	0	0	29	190 468 182	(5 860 151)
	>=50%e<75%	15	111 063 344	(1 361 899)	1	4 555 825	(120 463)	0	0	0	16	115 619 170	(1 482 363)
	>=75%e<100%	9	47 128 614	(361 003)	0	0	0	0	0	0	9	47 128 614	(361 003)
	Sem colateral associado	0	256 233 937	(6 101 057)	0	1 997 578	(36 416)	0	0	0	0	258 231 515	(6 137 473)
	Total	245	1 698 022 578	(14 181 058)	14	120 018 271	(2 231 980)	7	36 272 673	(3 560 566)	266	1 854 313 522	(19 973 605)
Outros	100%	58	674 820 516	(1 105 730)	4	81 174 641	(199 455)	4	46 001 727	(23 417 528)	66	801 996 884	(24 722 713)
	<50%	8	154 529 123	(1 738 459)	1	14 562 721	(1 013 916)	0	0	0	9	169 091 844	(2 752 375)
	>=50%e<75%	6	295 369 603	(668 865)	0	0	0	0	0	0	6	295 369 603	(668 865)
	>=75%e<100%	2	15 993 187	(58 100)	0	0	0	0	0	0	2	15 993 187	(58 100)
	Sem colateral associado	0	861 848 913	(8 045 553)	0	24 007 436	(1 917 549)	0	50 969 989	(33 115 175)	0	936 826 338	(43 078 277)
	Total	74	2 002 561 341	(11 616 707)	5	119 744 798	(3 130 920)	4	96 971 716	(56 532 703)	83	2 219 277 855	(71 280 330)
Setor Publico Administrativo	100%	1	49 319 007	(666 473)	0	0	0	0	0	0	1	49 319 007	(666 473)
	Sem colateral associado	0	831 509 878	(11 242 138)	0	0	0	0	0	0	0	831 509 878	(11 242 138)
	Total	1	880 828 885	(11 908 611)	0	0	0	0	0	0	1	880 828 885	(11 908 611)
Setor Publico Empresarial	>=50%e<75%	1	332 306 820	(4 535 003)	0	0	0	0	0	0	1	332 306 820	(4 535 003)
	Sem colateral associado	0	2 397 293 919	(32 577 928)	0	75 820	(12)	0	141 567 202	(106 175 516)	0	2 538 936 941	(138 753 457)
	Total	1	2 729 600 739	(37 112 931)	0	75 820	(12)	0	141 567 202	(106 175 516)	1	2 871 243 761	(143 288 460)
Total		451	13 701 664 765	(112 196 587)	34	811 156 620	(22 825 268)	19	739 433 935	(472 002 422)	504	15 252 255 320	(607 024 278)

NOTA 11 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue em (mCVE):

	31-dez-24	31-dez-23
Activos não correntes detidos para venda		
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	56 297	183 584
Sub-total	56 297	183 584
Imparidade acumulada	(503)	(15 094)
Total	55 794	168 490

A rubrica inclui essencialmente os imóveis recebidos na recuperação de crédito de crédito a clientes. A variação da rubrica durante o período, resume conforme se segue em (mCVE):

	31-dez-24	31-dez-23
Saldo inicial	183 584	189 851
Entradas	14 314	1 187
Vendas	(652)	(7 454)
Transferências	(140 948)	-
Saldo final	56 297	183 584

Para efeitos de determinação do justo valor, as avaliações dos ativos não correntes detidas para venda são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito.

As transferências realizadas em 2024 decorrem da reclassificação para Outros ativos de imóveis recebidos em dação que não cumprem com os requisitos da IFRS 5 para classificação como ativos não correntes detidas para venda.

Apresentamos em seguida o diferencial entre o valor contabilístico líquido e o justo valor dos Ativos não correntes detidas para Venda, das Propriedades de investimentos (Nota 12) e dos outros ativos (Nota 15), todos recebidos em dação por recuperação de crédito.

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade

(em milhares de cve)

Ativo	31/dez/24		
	Número de Imóveis	Justo valor do Ativo	Valor contabilístico
Terreno	4	342 001	236 924
Urbano	3	260 485	183 891
Rural	1	81 516	53 033
Edifícios construídos	8	231 629	177 083
Comerciais	4	115 751	99 185
Habitação	4	115 879	77 898
Total	12	573 631	414 007

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade

(em milhares de cve)

Ativo	31/dez/23		
	Número de Imóveis	Justo valor do Ativo	Valor contabilístico
Terreno	5	386 095	294 106
Urbano	3	315 858	240 421
Rural	2	70 236	53 685
Edifícios construídos	17	260 589	252 979
Comerciais	3	89 152	86 444
Habitação	14	171 437	166 535
Total	22	646 684	547 085

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade (continuação)

(em milhares de ecv)

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-dez-24				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno	1 573	-	-	235 351	236 924
Urbano	1 573	-	-	182 318	183 891
Rural	-	-	-	53 033	53 033
Edifícios construídos	12 741	41 480	17 581	105 281	177 083
Comerciais	12 741	-	-	86 444	99 185
Habitação	-	41 480	17 581	18 837	77 898
Total	14 314	41 480	17 581	340 632	414 007

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por
(em milhares de ecv)

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-dez-23				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno	652	-	-	293 453	294 106
Urbano	-	-	-	240 421	240 421
Rural	652	-	-	53 033	53 685
Edifícios construídos	-	41 080	19 393	192 107	252 979
Comerciais	-	-	-	86 444	86 444
Habitação	-	41 080	19 393	105 663	166 535
Total	652	41 080	19 393	485 560	547 085

NOTA 12 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue (mCVE):

	31-dez-24	31-dez-23
Propriedades de investimento		
Ativos recebidos em recuperação de crédito	37 609	159 878
Outros ativos de uso não próprio	615 680	615 680
Sub-Total	653 289	775 558
Ajustamentos de justo valor	1 798	(49 109)
Total	655 087	726 449

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Valor
Custo aquisição	
Saldo a 31/dez/2022	827 639
Adições	-
Abates e/ou Alienações	-
Transferências	(52 080)
Saldo a 31/dez/2023	775 559
Adições	-
Abates e/ou Alienações	(122 270)
Transferências	-
Saldo a 31/dez/2024	653 289
Ajustamentos de justo valor	
Saldo a 31/dez/2022	(49 053)
Aumentos	13 821
Reduções	(12 656)
Alienações ou abates	-
Transferências	(1 222)
Saldo a 31/dez/2023	(49 110)
Aumentos	15 328
Reduções	(6 979)
Alienações ou abates	42 559
Transferências	-
Saldo a 31/dez/2024	1 798
Saldo líquido a 31/dez/2023	726 449
Saldo líquido a 31/dez/2024	655 087

O justo valor dos ativos registados nesta rubrica é determinado com base em avaliações realizadas por peritos especializados e independentes, mantendo o pressuposto utilizado no ano transato, tendo sido selecionado como metodologia o método do rendimento. A técnica de avaliação adotada enquadra-se no nível 3 da hierarquia do justo valor.

Durante 2024, foi Registado o total de mCVE 15.328 de Ajustamento de Justo valor referente ao imóvel Baicenter registado em propriedades de Investimento, foi registado diminuição de mCVE 6.979 refere aos registos de justo valor dos imoveis "Sal-Rei Building e Dream House" e foi registado a alienação de mCVE 42.559 justo valor relativo a venda dos Imoveis "Sal-Rei Building".

NOTA 13 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

A decomposição da rubrica de ativos tangíveis é conforme segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Imóveis	1 270 705	1 229 707
Edifícios	831 849	831 849
Obras em imóveis arrendados	438 856	397 858
Equipamento:	649 355	577 882
Mobiliário e material	138 646	131 545
Maquinas e ferramentas	90 228	73 955
Equipamento informático	244 676	198 960
Instalações interiores	1 542	1 542
Veículos	100 770	98 650
Equipamento de segurança	54 829	54 686
Outro equipamento	18 665	18 544
Outros ativos tangíveis	4 296	4 296
Ativos tangíveis em curso	21 593	53 296
Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	247 918	242 494
Sub-total	2 193 867	2 107 675
Depreciações Acumuladas	881 520	793 778
Total	1 312 347	1 313 897

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	Imóveis e Equipamento	Ativos tangíveis em curso	Total
Custo aquisição				
Saldo a 31/dez/2022	221 123	1 610 159	45 094	1 876 376
Adições	50 770	55 330	104 099	210 199
Transferências	-	148 145	-94 879	53 267
Abates e/ou Alienações	-29 399	-1 749	-1 018	-32 165
Saldo a 31/dez/2023	242 494	1 811 885	53 297	2 107 676
Adições	5 424	17 926	64 781	88 130
Transferências	0	96 485	-96 485	0
Abates e/ou Alienações	0	-1 940	-	-1 940
Saldo a 31/dez/2024	247 918	1 924 356	21 593	2 193 866
Depreciações				
Saldo a 31/dez/2022	71 678	668 457	-	740 135
Adições	18 709	63 517	-	61 774
Abates e/ou Alienações	-26 839	-1 743	-	-8 131
Saldo a 31/dez/2023	63 548	730 231	-	793 780
Adições	17 735	71 947	-	89 682
Abates e/ou Alienações	0	-1 940	-	-1 940
Saldo a 31/dez/2024	81 284	800 238	-	881 520
Saldo líquido a 31/dez/2024	166 635	1 124 118	21 593	1 312 346
Saldo líquido a 31/dez/2023	178 946	1 081 654	53 297	1 313 897

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos por direito de uso decorrem das locações abrangidas pela IFRS 16. O Banco tem contratadas locações de imóveis utilizados pelas agências, os quais são negociados individualmente apresentando diferentes termos e condições.

	31/dez/24	31/dez/23
Sistema tratamento automático de dados	403 781	393 293
Activos intangíveis em curso	12 830	6 507
Outros activos intangíveis	4 696	4 696
Sub-Total	421 307	404 496
Depreciações Acumuladas	256 918	215 105
Total	164 389	189 392

Os movimentos nesta rubrica resumem conforme se segue:

	Sistema tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição				
Saldo a 31/12/2022	366 486	23 378	4 696	394 560
Adições	79	9 858	-	9 937
Transferências	26 729	-	-	-
Saldo a 31/12/2023	393 294	6 507	4 696	404 496
Adições	6 323	10 487	-	16 810
Transferências	4 165	-	-	-
Saldo a 31/12/2024	403 781	12 830	4 696	421 307
Depreciações				
Saldo a 31/12/2022	172 420	-	4 696	177 115
Adições	37 989	-	-	37 989
Saldo a 31/12/2023	210 409	-	4 696	215 104
Adições	41 814	-	-	41 814
Saldo a 31/12/2024	252 223	-	4 696	256 918
Saldo líquido a 31-Dez-2024	151 558	12 830	-	164 389
Saldo líquido a 31-Dez-2023	182 885	6 507	-	189 392

NOTA 14 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo apresentado na rubrica de Ativos por impostos diferidos, no montante de mCVE 57 755 (31 de dezembro de 2023: mCVE 44.686), resulta de diferenças temporárias dedutíveis entre o valor contabilístico da carteira de crédito e de títulos de dívida e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A rubrica de impostos correntes é constituída por retenções de IRPS a recuperar do Estado resumem no quadro abaixo em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Ativos por impostos correntes:	3 058	6 115
Retenções na fonte por conta do imposto	3 461	6 115
Pagamentos por conta IRPC	(403)	0
Total	0	0
Ativos por impostos diferidos:	57 755	44 686
Por diferenças temporárias em activos	57 755	44 686
Total	60 813	50 801

Os movimentos na rubrica dos Ativos por impostos diferidos resumem no quadro que se segue em (mCVE):

	Resultado líquido do exercício	Capital		Total
		Reservas de reavaliação IFRS 9	Outros resultados transitados	
Ativos por impostos diferidos				
Saldo a 31/12/2022	30 014	16 451	0	46 465
Diminuição	-1 780	0	0	-1 780
Saldo a 31/12/2023	28 234	16 451	0	44 686
Aumentos	13 069	0	0	13 069
Saldo a 31/12/2024	41 303	16 451	0	57 755

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo apresentado na rubrica de Passivos por impostos diferidos, no montante de mCVE 34.587, resulta da diferença temporária dedutível da reavaliação dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A rubrica de passivos por impostos correntes corresponde ao valor de IRPC e tributação autónoma a pagar.

	31/dez/24	31/dez/23
Passivos por impostos correntes:	36 477	2 203
IRPC a pagar	36 477	2 203
Passivos por impostos diferidos:	34 587	0
Por diferenças temporárias em activos	34 587	0
Total	71 064	2 203

Os movimentos na rubrica dos Passivos por impostos diferidos resumem no quadro que se segue em (mCVE):

	Resultado líquido do exercício	Capital		Total
		Reavaliação por outro resultado integral	Outros resultados transitados	
Passivos por impostos diferidos				
Saldo a 31/12/2023	0	0	0	0
Aumentos	0	34 587	0	34 587
Saldo a 31/12/2024	0	34 587	0	34 587

NOTA 15 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Ativos encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/24		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Ativos	753 212	27 999	725 213
Devedores residentes	378 068	0	378 068
Devedores não residentes	2 727	0	2 727
Devedores aplicações diversas	3 091	0	3 091
Ativos por recuperação de crédito	367 376	27 999	339 376
Outros Ativos	1 950	0	1 950
Outros Rendimentos a Receber	5 167	0	5 167
Por linhas de crédito irrevogáveis	333	0	333
Outros rendimentos a receber	4 835	0	4 835
Despesas com encargo diferido	86 791	0	86 791
Seguros	1 907	0	1 907
Outros	84 884	0	84 884
Outras contas de regularização	319 124	76 725	242 399
Outras operações a regularizar	319 124	76 725	242 399
Total de Outros Ativos	1 164 295	104 724	1 059 571

	31-dez-23		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Ativos	629 549	11 598	617 952
Devedores residentes	333 236	0	333 236
Devedores não residentes	6 565	0	6 565
Devedores aplicações diversas	3 091	0	3 091
Ativos por recuperação de crédito	284 529	11 598	272 932
Outros Ativos	2 128	0	2 128
Despesas com encargo diferido	95 741	0	95 741
Seguros	1 927	0	1 927
Outros	93 814	0	93 814
Outras contas de regularização	254 309	41 706	212 603
Outras operações a regularizar	254 309	41 706	212 603
Total de Outros Ativos	979 599	53 304	926 295

A 31 de dezembro de 2024, o saldo apresentado na rubrica devedores residentes inclui 74.746 mCVE (31 de dezembro de 2023: 86.745 mCVE) referente ao valor das obras realizadas na anterior sede do Banco, por conta do proprietário do edifício.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante registado em Outras operações a regularizar, diz respeito essencialmente a movimentos que são saldados nos meses seguintes, nomeadamente contas de compensação.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica de Imparidade de Outros Ativos ascende ao montante de mCVE 104.724 (31 de dezembro de 2023: 53.304 mCVE).

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo apresentado na sub-rubrica de *Ativos por recuperação de crédito*, inclui o montante bruto de 367.376 mCve, referente a imóveis cujo prazo espectável para sua venda é superior a um ano.

	Ativos por recuperação de crédito	Outras operações a regularizar	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	11 598	33 925	45 523
Reforços	0	7 781	7 781
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	11 598	41 706	53 304
Reforços	16401	38 076	54 478
Reversões	0	-3 058	-3 058
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27 999	76 725	104 724

A 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Credores e Outros Recursos	266 426	273 439
Retenção imposto na fonte	41 517	34 086
Contribuição para a Providência Social	7 735	4 884
Cobrança por conta de terceiros	105	94
Fornecedores diversos	100	12 352
Outros credores	34 859	29 617
Passivos de locação (IFRS 16)	182 311	192 405
Encargos a Pagar	51 855	39 730
Por gastos com o pessoal	18 928	17 767
Por gastos gerais administrativos	32 926	21 963
Outras Contas de Regularização	46 298	16 696
Outras operações a regularizar	46 298	16 696
Total de Outros Passivos	364 579	329 865

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere-se essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, sobre rendimentos prediais, de capitais e IVA.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 24,5% (16% por conta da entidade patronal e 8,5% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em dezembro de 2024, a qual deverá ser entregue em janeiro de 2025.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas faturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2025.

Os custos a pagar ao pessoal, são acréscimos de gastos com o pessoal, relativamente as férias e férias vencidas não gozadas, e que serão regularizadas em períodos seguintes.

Os passivos de locação operacional (IFRS 16) no montante de 182.311 mCVE (31 de dezembro de 2023: 192.405 mCVE), decorrem das locações operacionais abrangidas pela IFRS 16 e dizem respeito ao registo do valor atual dos montantes a pagar ao abrigo dos contratos de arrendamento dos espaços para instalação das agências e do edifício onde se encontram os serviços centrais do Banco.

NOTA 16 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Cabo Verde	1 141 000	1 141 000
Empréstimos	1 141 000	1 141 000
Juros a pagar	18 879	10 298
Total recursos de bancos centrais	1 159 879	1 151 298

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de recursos de bancos centrais resulta de financiamentos obtidos no Banco de Cabo Verde, através da utilização da linha disponibilizada como medida de mitigação dos efeitos da pandemia provocados pela COVID-19.

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento é como segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
De seis meses a um ano	1 159 879	-
Entre 1 ano e 5 anos		1 151 298
Mais de 5 anos	-	-
Total	1 159 879	1 151 298

Os recursos obtidos no Banco Central de Cabo Verde são contratados na moeda Escudos Cabo-Verdianos em (mCVE).

	31/dez/24	31/dez/23
Em Escudos Cabo-Verdianos	1 159 879	1 151 298
Total	1 159 879	1 151 298

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os empréstimos obtidos no Banco de Cabo Verde são garantidos por penhora de títulos de dívida pública cabo-verdiana (Nota 8).

NOTA 17 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Recursos de Instituições Financeiras no país	400 274	1 033
Depósitos à ordem	50 274	1 033
Depósitos à prazo	350 000	0
Recursos de Instituições Financeiras no estrangeiro	5 226 747	5 199 371
Depósitos à ordem	900 417	824 341
Depósitos à prazo	230 346	230 346
Empréstimos	4 095 863	4 040 996
Outros recursos	121	103 688
Juros a pagar	22 842	5 913
Total Recursos de Outras IF's	5 649 864	5 206 317

O escalonamento dos Recursos de outras instituições financeiras por prazos de vencimento é como segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
À vista	961 348	934 975
Até três meses	3 230 881	3 489 671
De três a seis meses	651 991	230 346
De seis meses a um ano	655 644	551 325
Entre 1 ano e 5 anos	150 000	-
Total	5 649 864	5 206 317

Os depósitos a prazo e outros empréstimos de outras instituições financeiras apresentavam a seguinte estrutura por moeda em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Em Escudos Cabo-Verdianos	443 247	29 721
Em Euros	4 229 688	4 167 775
Em Dólares dos Estados Unidos	976 930	1 008 820
Total	5 649 864	5 206 317

NOTA 18 - RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

A decomposição da rubrica resume-se no quadro que se segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Recursos do Setor Público Administrativo	6 469 301	5 761 034
Depósitos à ordem	3 919 301	2 711 034
Depósitos a prazo	2 550 000	3 050 000
Recursos de Residentes	16 071 810	11 383 567
Depósitos à ordem	8 860 651	7 322 140
Depósitos a prazo	7 211 159	4 061 426
Recursos de Emigrantes	1 521 379	1 304 678
Depósitos à ordem	446 049	341 320
Depósitos a prazo	1 075 330	963 358
Recursos de Não Residentes	512 436	458 946
Depósitos à ordem	228 627	408 088
Depósitos a prazo	283 809	50 858
Juros a pagar	232 583	222 317
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	44 814	91 511
Total de Recursos de Clientes	24 852 322	19 222 053

O escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento é como segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
À vista	13 732 024	11 096 410
Até três meses	3 953 566	440 343
De três a seis meses	1 255 668	166 076
De seis meses a um ano	2 272 609	1 214 739
Entre 1 ano e 5 anos	3 426 078	4 174 726
Mais de 5 anos	212 377	2 129 757
Total	24 852 322	19 222 053

Os depósitos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura por moeda: em (mCVE).

	31/dez/24	31/dez/23
Em Escudos Cabo-Verdianos	19 611 105	17 608 634
Em Euros	4 298 926	928 850
Em Dólares dos Estados Unidos	934 683	677 303
Outras	7 608	7 265
Total	24 852 322	19 222 053

NOTA 19 - PROVISÕES

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Provisões para garantias e compromissos assumidos		
Stage 1	2 298	1 798
Stage 2	1 925	368
Stage 3	0	0
Total	4 223	2 166

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as provisões apresentam os seguintes movimentos em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Saldo inicial	2 166	1 357
Reforços	7 364	63 382
Reversões	-5 307	-62 573
Transferências		
Saldo final	4 223	2 166

O montante provisionado para *garantias prestadas e outros compromissos assumidos*, resultam da aplicação da aplicação da política contabilística divulgada na Nota 2.

NOTA 20 - OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue em (mCVE):

							31/dez/24
	Data emissão	Moeda	Valor Nominal	Justo valor (inicial)	Juros	Valor balanço	Maturidade
Obrigações subordinadas	2019	CVE	500 000	500 000	667	500 667	2025
Suprimentos	2021	EUR	661 590	131 466	23 952	155 418	2051
Total			1 161 590	631 466	24 618	656 085	

							31/dez/23
	Data emissão	Moeda	Valor Nominal	Justo valor (inicial)	Juros	Valor balanço	Maturidade
Obrigações subordinadas	2019	CVE	500 000	500 000	667	500 667	2025
Suprimentos	2021	EUR	661 590	131 466	17 282	148 749	2051
Total			1 161 590	631 466	17 949	649 415	

O escalonamento dos passivos subordinados por prazos de vencimento residual é como segue (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
De seis meses a um ano	500 667	-
Entre 1 ano e 5 anos	-	500 667
Mais de 5 anos	155 418	148 749
Total	656 085	649 415

Os passivos subordinados, apresentavam a seguinte estrutura por moeda:

	31/dez/24	31/dez/23
Em Escudos Cabo-Verdianos	500 667	500 667
Em Euros	155 418	148 749
Em Dólares dos Estados Unidos	-	-
Outras	-	-
Total	656 085	649 415

No período findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco contraiu um financiamento junto da casa-mãe no montante de 661.590 mCVE, no âmbito da aquisição do Ed. BAICenter onde se situa a sua Sede.

As condições do contrato de suprimentos são apresentadas conforme se segue em (mCVE):

	Emissão	Maturidade	Moeda	Taxa	Valor Nominal	Justo valor (inicial)	Diferença justo valor
Suprimentos	31/ago/21	31/ago/51	EUR	Euribor 12M + 1% Cap: 1,5%	661 590	131 466	530 124
Total					661 590	131 466	530 124

O Banco procedeu ao reconhecimento inicial do contrato pelo seu justo valor, tendo a diferença entre o justo valor e o valor nominal do empréstimo, no montante de 530.124 mCVE, sido reconhecido em capitais próprios na rubrica de Outros instrumentos de capital.

O justo valor do instrumento financeiro foi apurado segundo o nível 3 da hierarquia do justo valor, aplicando como metodologia o desconto dos cash-flow do contrato a uma taxa de juro de mercado.

A taxa de mercado utilizada para determinação do justo valor do instrumento financeiro, na data de início do contrato, foi determinada através de obtenção uma taxa de juros sem risco, para o prazo de 30 anos (utilizado a taxa de emissão de dívida Alemã de 0,48%), acrescido de um prémio de risco de longo prazo (utilizado a prémio de risco atribuído a Cabo Verde pelo Damodaran, 6,43%). Nesse sentido, foi apurada uma taxa de mercado de 6,91%.

A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes do apurado segundo os pressupostos assumidos. É apresentado na tabela seguinte uma análise de sensibilidade do justo valor do contrato, em função da variação na taxa de juro de mercado em (mCVE):

Análise de sensibilidade	+200 pbs	+100 pbs	-100 pbs	-200 pbs
Valor Nominal	661 590	661 590	661 590	661 590
Justo valor	86 127	105 797	165 149	209 574
Diferença justo valor	575 463	555 793	496 441	452 016

NOTA 21 - CAPITAL

A estrutura acionista do Banco a 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023 era a seguinte (em mCVE):

	31/dez/24			31/dez/23		
	%	Nº Ações	Valor nominal	%	Nº Ações	Valor nominal
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	81,63%	1 707 987	1 707 987	81,63%	1 707 987	1 707 987
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	9,20%	192 505	192 505	9,20%	192 505	192 505
Silvino Manuel da Luz	7,33%	153 340	153 340	7,33%	153 340	153 340
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	0,89%	18 553	18 553	0,89%	18 553	18 553
Ações próprias (Nota 25)	0,96%	20 000	20 000	0,96%	20 000	20 000
Total	100,00%	2 092 385	2 092 385	100,00%	2 092 385	2 092 385

Em 31 de dezembro de 2024 o capital é constituído por 2.092.385 ações de valor nominal de 1.000\$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, totalmente realizado.

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

O Banco cumpriu durante o período com os todos os requisitos de capital imposto pelo Banco de Cabo Verde.

NOTA 22 - PRÉMIOS DE EMISSÃO

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/24	31/dez/23
Prémios de emissão		
Instrumentos de capital	8 750	8 750
Instrumentos de dívida	-	-
Total	8 750	8 750

NOTA 23 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/24	31/12/2023
Outros instrumentos de capital	530 124	530 124

O saldo da rubrica refere-se à diferença entre o justo valor inicial e o valor nominal do contrato de suprimentos celebrado com o BAI AO em 2021, sendo o justo valor registado na conta 48 – Passivos Subordinados (Nota 20)

NOTA 24 - AÇÕES PRÓPRIAS

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	Quantidade	Preço	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20 000	1	20 000
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20 000	1,000	20 000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não verificamos movimentos nesta rubrica.
Em 31 de dezembro de 2024 o montante de ações próprias corresponde a 0,96% do capital social.

NOTA 25 - OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Outras reservas e resultados transitados		
Reservas legais	54 359	44 170
Reservas estatutárias	37 259	29 108
Outras reservas	227 760	174 779
Resultados transitados	0	0
Total	319 378	248 056

NOTA 26 - MARGEM FINANCEIRA

O saldo da Margem Financeira decompõe-se como se segue em (mCVE):

	31/dez/24	31/dez/23
Juros e Rendimentos Similares	1 513 392	1 140 604
Aplicações em IC's	167 160	58 820
Crédito a clientes	1 074 345	802 813
Ativos financeiros	271 887	278 971
Juros e Encargos Similares	346 637	267 676
Recursos de bancos centrais	8 469	16 812
Recursos de outras instituições de crédito	59 548	31 623
Recursos de clientes	233 145	175 714
Passivos subordinados	37 562	36 440
Outros juros e encargos similares (IFRS 16)	7 912	7 088
Margem Financeira	1 166 755	872 928

NOTA 27 - RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

A rubrica resulta como se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Rendimentos com serviços e comissões:	255 278	183 639
Garantias prestadas	24 171	13 411
Serviços prestados	148 644	127 956
Operações realizadas por conta de terceiros	54 323	19 485
Outras	28 141	22 786
Encargos com serviços e comissões:	86 621	59 169
Serviços bancários prestados por terceiros	7 971	8 233
Por operações realizadas por terceiros	9 606	7 579
Outras	69 044	51 138
Comissões líquidas	168 658	116 689

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo apresentado na rubrica de encargos com serviços e comissões inclui os encargos relacionados com os cartões internacionais.

NOTA 28 - RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de dezembro de 2024 o saldo da rubrica compreende as variações de justo valor do derivado conforme se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Ganhos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	12
Ganhos em derivados de cobertura	-	12
Perdas em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 389
Perdas em derivados de cobertura	-	2 389
Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	- -	2 377

NOTA 29 - RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

O saldo da rubrica compreende como se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Rendimentos de ativos financeiros ao custo amortizado:	39 775	13 109
Títulos de dívida	39 775	13 109
Encargos de ativos financeiros ao custo amortizado:	11 779	3 035
Títulos de dívida	11 779	3 035
Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado	27 996	10 074

NOTA 30 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo da rubrica compreende como se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Ganhos em operações cambiais:	1 827 037	2 418 357
Na posição cambial à vista	1 827 037	2 418 357
Perdas em operações cambiais:	1 825 369	2 415 058
Na posição cambial à vista	1 825 369	2 415 058
Resultados de reavaliação cambial	1 668	3 299

NOTA 31 - RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Ganhos realizados	48	-
Outros ativos tangíveis	48	-
Perdas realizadas	0	1 141
Outros ativos tangíveis	0	1 141
Resultados de alienação de outros ativos	48	-1 141

NOTA 32 - OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Rendimentos de exploração por:	78 535	59 314
Ganhos em activos não financeiros	78 535	59 314
Propriedades de investimento	74 925	56 138
Outros activos tangíveis	630	350
Outros ganhos e rendimentos operacionais	2 979	2 827
Gastos de exploração por:	34 263	55 356
Quotizações e donativos	13 074	11 048
Outros impostos	6 402	7 847
Propriedades de investimento	11 167	8 745
Multas e outras penalidades legais	580	22 816
Gastos de exercícios anteriores	0	0
Falhas na gestão e execução de procedimentos	3 004	1 864
Outros	36	3 036
Outros resultados de exploração	44 272	3 958

NOTA 33 - CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica resulta conforme se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Remuneração dos órgãos de gestão	58 981	52 083
Remuneração Mensal	42 870	37 899
Subsídios	7 169	8 039
Outras remunerações	8 943	6 145
Remuneração dos empregados	279 992	244 317
Remuneração mensal	200 228	160 612
Remunerações adicionais	9 978	559
Subsídios	69 820	83 146
Outras remunerações	-33	0
Encargos sociais obrigatórios	47 819	39 709
Providência Social	47 129	39 042
Seguro de acidentes de trabalho	690	667
Outros custos com pessoal	28 740	19 596
Serviços clínicos	2 275	1 537
Seguros de vida e saúde	1 298	593
Outros custos com pessoal - IAS19	12 481	11 709
Outros custos com pessoal	12 686	5 757
Total	415 532	355 705

O efetivo de trabalhadores em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

Efectivos de trabalhadores	31/dez/24		31/dez/23	
	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício
Administradores	7	7	7	7
Direcção e coordenação	17	17	17	17
Chefia e gerência	16	18	15	15
Técnicos	110	118	97	109
Administrativos	3	4	7	4
Outros colaboradores	1	-	-	-
	154	164	143	152

NOTA 34 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica decompõe-se conforme se segue: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	64 212	58 559
Água, Energia e combustível	35 449	37 745
Impressos e material consumo	25 424	19 624
Outros fornecimentos (materiais diversos)	3 339	1 190
Com serviços de terceiros	360 524	289 561
Rendas e alugueres	2 001	2 362
Comunicação e despesas de expedição	20 299	15 891
Deslocações, estadas e representação	10 694	9 938
Publicidade e edição de publicações	27 398	12 672
Conservação e reparação	20 907	13 059
Transportes	189	374
Formação de pessoal	13 548	2 109
Seguros	5 018	5 117
Serviços especializados	234 744	212 569
Outros serviços de terceiros	25 726	15 470
Total	424 736	348 120

A rubrica de *serviços especializados* inclui gastos com o licenciamento de sistemas de informação, serviços de auditoria, consultoria e outros serviços especializados.

Os serviços contratados ao auditor externo relativos ao exercício de 2024 podem ser detalhados conforme segue:

Detalhe dos honorários com serviços de auditoria

SERVIÇO	HONORÁRIOS
Serviços de Auditoria com referência a 31/12/2024	6 175
Serviços distintos de Auditoria com referência a 31/12/2024	3 661
Total	9 836

NOTA 35 - IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco a 31 de dezembro de 2024.

No quadro abaixo, apresenta-se a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado a 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023: (mCVE)

	31/dez/24		31/dez/23	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		401 313		116 616
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,44%	86 041	22,44%	26 169
Correções fiscais (Acréscimos)				
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 23º, n.º 2 CIRPC)	0,98%	3 950	-2,47%	(2 877)
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 23º, n.º 6 CIRPC)	0,47%	1 885	-2,44%	(2 840)
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC	0,13%	515	0,46%	539
Perdas por imparidade de seguradoras ou instituições bancárias não aceites	9,31%	37 366	35,96%	41 937
O IRPC, as tributações autónomas, e quaisquer outros impostos que incidam sobre lucros	0,10%	412	0,43%	505
Impostos diferidos (art.º 29º, n.º 1, al.º e) CIRPC)	0,61%	2 465	0,58%	673
As multas, coimas e encargos pela prática de infrações, incluindo juros compensatórios	0,00%	-	4,08%	4 764
Imposto único sobre o património	0,34%	1 372	1,50%	1 745
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	0,30%	1 223	1,11%	1 291
50% dos gastos com despesas de representação	0,01%	55	0,04%	43
Outras correções fiscais	0,00%	-	0,00%	-
Correcções fiscais (Deduções)				
Ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 23º, n.º 6 CIRPC)	-0,82%	(3 286)	0,00%	-
Impostos diferidos (art.º 29º, n.º 1, al.º e) CIRPC)	0,00%	-	0,00%	-
Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores	-5,89%	(23 644)	-38,59%	(44 935)
Outras correções fiscais	-9,13%	(36 640)	-39,91%	(46 545)
Retenções na fonte a taxa liberatória	2,09%	8 393	9,21%	10 745
Tributações autónomas	0,48%	1 924	1,89%	2 203
Coleta	8,61%	34 553	0,00%	-
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Imposto sobre o lucro do exercício	11,18%	44 870	11,10%	12 948

O imposto reconhecido em resultados, com referência a 31 de dezembro de 2024, no montante de mCVE 44.870, sendo que mCVE 8.393 refere – se a retenções na fonte a taxa liberatória, mCVE1.924 resulta das tributações autónomas e mCVE 34.553 é referente a colecta de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o imposto do exercício no montante de mCVE 12.948, resultantes das retenções na fonte à taxa liberatória e das tributações autónomas.

NOTA 36 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais: (mCVE)

	31/dez/24	31/dez/23
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	1 633 984	1 347 805
Garantias e avais a residentes	1 536 921	1 329 059
Créditos documentários abertos a residentes	97 064	18 746
Compromissos perante terceiros	2 161 124	2 103 002
Linha de crédito irrevogáveis	2 161 124	2 103 002
Operações cambiais e instrumentos derivados	20	20
Operações cambiais à vista	20	20
Instrumentos de Cobertura	0	0
Responsabilidades por prestações de serviços	3 724 131	3 784 003
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	3 724 131	3 784 003
Garantias Reais	22 044 970	20 223 671
Ativos dados em garantia	2 615 921	2 615 921
Ativos recebidos em garantia	19 429 049	17 607 750
Outras contas extrapatrimoniais	440 299	376 887
Créditos abatidos ao ativo	291 744	237 749
Juros vencidos	147 691	137 580
Contas diversas	864	1 559
Total	30 004 529	27 835 388

O detalhe das provisões para *garantias prestadas e outros passivos eventuais* encontra-se na Nota 19.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, não registamos qualquer evolução no processo de contraordenação, instaurada pela entidade de supervisão (Banco de Cabo Verde) que advém de uma inspeção efetuada no exercício de 2017.

NOTA 37 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas partes relacionadas do Banco:

Membros do Conselho de Administração:

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Jorge Manuel da Silva e Almeida

Carla Monteiro do Rosário

David Luís Dupret Hopffer Almada

Alexandre Augusto Borges Morgado

Maria Encarnação Alves Silva Rocha

Manuel Pinto Frederico

A 31 de dezembro de 2024 os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e Conselho fiscal são apresentados como segue: (mCVE)

	Conselho de Administração	Mesa da Assembleia Geral	Conselho Fiscal	Total
Vencimentos e salários	37 571	1 356	3 943	42 870
Outras remunerações	16 112			16 112
Custos com benefícios pós emprego				-
Total	53 682	1 356	3 943	58 981

Entidades do Grupo BAI:

Banco Angolano de Investimentos, S.A.
 Banco BAI Europa, S.A.
 BAI Micro Finanças, S.A.
 NOSSA - Nova Sociedade de Seguros de Angola S.A.
 SAESP - Sociedade Angolana de Ensino Superior Privado S.A.
 BAIGEST S.A.
 BAI SGPS, S.A.
 Novenge, S.A.
 BAI Invest S.A.
 Novinvest S.A.
 Griner Ganan
 Fundação BAI

Outras entidades relacionadas:

Sonangol Cabo Verde, S.A.
 SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.

Os saldos, a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, das transações verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes: (mCVE)

	PR1	PR2	PR3	PR4	PR5
Rubrica	Membros dos Órgãos Sociais	Familiares dos Membros dos Órgãos Sociais	Entidades Grupo BAI	Acionistas do Banco c/participação qualificada	Outras entidades relacionadas
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	239 915	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	4 601 836	-	-
Crédito a clientes	147	6 045	-	1	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	14 072	-	-
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	5 235 659	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	40 707	12 041	46 817	13 273	-
Provisões	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	2 652	-	155 418	8 840	-
Outros passivos	-	-	-	-	-
Margem financeira					
Juros e rendimentos similares	9	386	143 534	-	-
Juros e encargos similares	298	21	37 248	-	-
Margem complementar					
Rendimentos de serviços e comissões					
Encargos com serviços e comissões					
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
Linhas de crédito irrevogáveis	5 336	985	-	1 049	-
Títulos depositados	12 940	7 418	1 936 555	392 898	-
Juros vencidos	10	23	-	-	-
Crédito abatido ao ativo	-	-	-	-	-
Garantias recebidas	-	-	-	-	-

As transações com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

NOTA 38 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas diretamente na sua sede na Travessa Ho Chi Minh, Complexo Garden Towers, Maianga, Torre BAI, Luanda, Angola.

NOTA 39 – EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificavam factos subsequentes a data de 31 de dezembro de 2024, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de Balanço.

18. Relatório do Auditor Externo



EY Cabo Verde – Auditores e Consultores –
Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Edifício Águia, Complexo Atlântico,
Apartamento N.º 102, 1.º Andar
Av. Cidade de Lisboa, Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

Tel: +238 3561351
www.ey.com

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco BAI Cabo Verde, S.A. (o Banco), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 36.177.696 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 3.419.681 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 367.939 milhares de CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco BAI Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2024, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 618.649 milhares de CVE, representando 3,39% do montante do crédito. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: Entendimento e avaliação do desenho dos procedimentos de controlo interno existentes no

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.11 e 10). A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2024. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do Banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes; ▶ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▶ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados; ▶ com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; v) o teste por amostragem à classificação das operações nos <i>stages</i> 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ▶ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de créditos e propriedades de investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de "Ativos não correntes detidos para venda", "Propriedades de investimento" e "Outros ativos" incluem o registo de imóveis no montante de 55.794 milhares de CVE, 655.087 milhares de CVE e 339.376 milhares de CVE, respetivamente, que em conjunto representam 2,9% do total do ativo líquido. As políticas contabilísticas e o detalhe destes ativos estão divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.13, 2.14, 2.19, 11, 12 e 16). Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade. As "Propriedades de investimento", encontram-se arrendadas a terceiros para obtenção de rendimentos ou para valorização de capital. Estes imóveis estão mensurados ao justo valor, também determinado por avaliações de entidades externas registadas no BCV. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito e a mensuração de propriedades de investimento incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ▶ entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido e propriedades de investimento; ▶ testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Ativos não correntes detidos para venda", "Outros ativos" e "Propriedades de investimento", comparando-o com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ▶ para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ▶ análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades; e
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.



Banco BAI Cabo Verde, S.A.
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2024

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Praia, 19 de fevereiro de 2025

EY Cabo Verde - Auditores e Consultores - Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Representada por:

Assinado por: **SÍLVIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA**
Num. de Identificação: 11891850
Data: 2025.02.19 20:03:37+00'00'

Luis Aguiar
Assinado de forma digital por Luis Aguiar
Dados: 2025.02.19 17:56:35 Z



Luis Alberto da Silva Aguiar
Auditor Certificado na OPACC com o n.º 41

Sílvia Maria Teixeira da Silva
Partner

19. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Confiança no Futuro.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2024

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei, designadamente ao estipulado no artigo 333º do Código das Sociedades Comerciais e as disposições estatutárias do Banco BAI Cabo Verde, SA, o Conselho Fiscal apresenta à Assembleia Geral de Acionistas, o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados pelo Conselho de Administração do BAICV.

1. Ao longo deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade e extensão que considerou adequadas, a atividade do Banco, quer através da análise mensal das contas, do Tableau de Bord, das atas, bem como pelo cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis;
2. Nos termos do Aviso nº 4/2017 o Conselho Fiscal debruçou-se ainda sobre o relatório do Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração;
3. Das reuniões e dos contatos com a Administração e demais estruturas do BAICV, recebeu as informações e os esclarecimentos que considera necessários, e nada tendo observado em contrário às práticas geralmente aceites e que pudessem constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias;
4. Analisou o relatório do auditor independente, cuja opinião apresentava sem reserva e sem ênfase;
5. No âmbito das suas funções o Conselho Fiscal verificou que:
 - i. As demonstrações financeiras e os respetivos anexos satisfazem no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, conforme artigoº 345º do Código das Sociedades Comerciais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, e que as mesmas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e normas estabelecidas para o setor;
 - ii. As políticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii. O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do banco, evidenciando os aspetos mais significativos;
 - iv. A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis;

Banco BAI Cabo Verde, S.A.
Edifício "BAICENTER" R/C • Chã D'Areia, Praia • Cabo Verde
Tel.: +238 2602300
E-mail: bai@bancobai.cv • Portal: www.bancobai.cv
C.R.P.C.A.P n.º 2728 • NIF 254746420
Capital Social: 2.092.385.000\$00

- v. As demonstrações financeiras apresentam no final do exercício, um Resultado Líquido positivo de 367.939 mESC, o total do ativo líquido de 36.177.696 mESC, o passivo total de 32.758.015 mESC e os capitais próprios de 3.419.681 mESC.

Concluindo que as demonstrações financeiras analisadas permitem observar a boa gestão económica e financeira do BAICV.

Assim, face ao exposto o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

- a. Aprove as contas e o relatório de gestão de 2024 e
- b. Aprove a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco o apreço pela colaboração prestada.

Cidade da Praia, 20 de fevereiro de 2025.

O Conselho Fiscal

António Borges

António Borges (20 de fevereiro de 2025 09:12 GMT-1)

Jose Carlos R.Cunha

Jose Carlos R.Cunha (20 de fevereiro de 2025 09:54 GMT-1)

Líver Canuto

Líver Canuto (20 de fevereiro de 2025 09:59 GMT-1)

António Borges
Presidente

José Carlos Cunha
Vogal

Liver Canuto
Vogal